

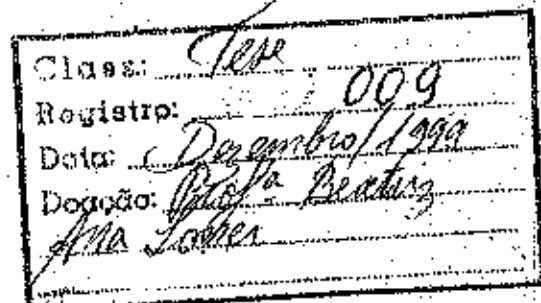
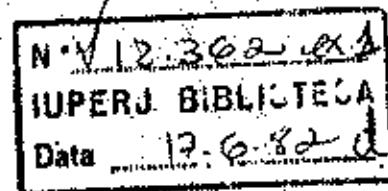
AMARELO E NEGRO :
MATIZES DO COMPORTAMENTO OPERÁRIO NA REPÚBLICA VELHA

MARIA CECÍLIA VELASCO E CRUZ

TESE DE MESTRADO

IUPERJ

23 de dezembro de 1981



CAPÍTULO I - MOVIMENTO OPERÁRIO E TEORIA SOCIAL	1
1. O Modelo Implicito na Literatura Clássica.....	2
1.1 Primeira variável: composição social da classe trabalhadora	4
1.2 Segunda variável: comportamento do Estado em relação às questões trabalhistas	7
2. As Dificuldades do Modelo	10
2.1 Dificuldades de caráter empírico	11
2.2 Dificuldades de caráter teórico	15
3. O Tempo I Problematizado	25
CAPÍTULO II - RIO DE JANEIRO, 1917	34
1. Considerações Preliminares	34
2. A Crise	40
CAPÍTULO III - A REAÇÃO OPERÁRIA	80
Conclusão	144
CAPÍTULO IV - O MODELO REVISTO	148
1. As Variáveis do Modelo	148
2. A Composição Social da Classe Trabalhadora: Brasileiros Anarquistas e Estrangeiros Reformistas	154



CAPÍTULO I

MOVIMENTO OPERÁRIO E TEORIA SOCIAL

Como disse Michele Perrot, toda tese tem uma história que, como qualquer história, não escapa às marcas do seu tempo. Tal aconteceu com o trabalho que ora se inicia.

Meu interesse pelo estudo da classe operária surgiu aos poucos na Faculdade, em meio a discussões em sala de aula, reuniões do centro de estudos, assembleias. Mas embora influenciado pela crise de identidade que o pensamento de esquerda experimentava no Brasil pós-64, surgiu sem grandes interrogações teóricas, marcado pelas questões de fato que a leitura dos jornais a todo momento me sugeria, e alimentado por um desejo romântico e juvenil de tudo reformular e tudo responder.

Ao terminar o curso de mestrado, no entanto, meu projeto de tese já era extremamente ambicioso. Visaava resolver o núcleo central de problemas que a literatura acadêmica sobre a classe operária brasileira, de uma forma ou de outra, procura dar conta - a questão da autonomia/heteronomia do comportamento operário e sindical. Meu sonho era explicar a gênese do populismo e do sindicalismo dependente no Brasil, através de uma pesquisa que iria do período anarquista ao Estado Novo.

Foi com este projeto em mente e visando encontrar um quadro histórico que integrasse minhas questões que me debruçei

sobre a literatura clássica sobre o assunto para, ao cabo de sua leitura, descobri que minhas hipóteses eram muito vagas, meu objeto muito mais denso e rico e meus problemas muito mais complicados e profundos do que inicialmente imaginara, e compreender que, afinal, minhas certezas haviam se transformado em dúvidas.

Os principais problemas que orientam este trabalho nasceram desta reflexão crítica, sendo por isso importante voltar a elas. O objetivo é refazer um caminho - ou seja, explicar como e por que a partir de uma reflexão global sobre a história dos movimentos operário e sindical brasileiros, mergulhei nas "brumas do passado e acabei por efetuar um estudo monográfico sobre a classe operária do Rio de Janeiro, sem nem por isso abandonar o exame de questões que dizem respeito à história da classe operária brasileira como um todo. Para tanto, a mim interessarão de perto apenas os estudos de natureza histórica. Assim, tratarei particularmente destes trabalhos, voltando-me para os outros sómente quando necessário ao aprofundamento das questões que pretendendo discutir.

I. O MODELO IMPLÍCITO NA LITERATURA CLÁSSICA

O exame da bibliografia clássica⁽¹⁾ revela imediatamen-

(1) Estou chamando de bibliografia clássica aos primeiros livros acadêmicos publicados sobre o assunto. Os estudos de natureza histórico-sociológica sobre sindicalismo no Brasil se iniciaram com Aziz Simão ("As funções do sindicato na sociedade moderna brasileira", Revista de Estudos Sócio-Econômicos, ano I, nº 1, São Paulo, 1961; "Industrialização e sindicalização

te certa polarização em torno de dois tipos básicos de enfoques analíticos: de um lado ensaios globalizantes, de natureza macro-histórica, de outro estudos tipo survey (ou com base em entrevistas informais com grupos de trabalhadores), voltados para a caracterização de atributos individuais. Apesar da extrema diversidade de objeto (por exemplo, a classe operária e suas formas de organização e luta, no fim do século XIX e início do século XX/ atitudes e orientações valorativas de grupos de trabalhadores contemporâneos) e de metodologia, os trabalhos não estão separados em compartimentos estanques, nem compõem linhas de investigação que evoluem independentemente uma da outra segundo a dinâmica de suas próprias descobertas. Muito pelo contrário, ao se indagar sobre as raízes de fenômenos como heteronomia sindical, peleguismo etc., a ciência social brasileira acabou compondo, embora muitas vezes de forma mais implícita do que explícita, um quadro explicativo bastante homogêneo do padrão de desenvolvimento do movimento operário e sindical no Brasil, como um todo.

(1) continuação

no Brasil", Revista Brasileira de Estudos Políticos, nº 13, jan. 1962; Sindicato e Estado, São Paulo, Dominus, 1966) autor que marca as análises históricas da classe operária brasileira e estabelece os parâmetros gerais seguidos pelos estudos posteriores de Leônicio Martins Rodrigues (Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, São Paulo, Difel, 1966) e José Albertino Rodrigues (Sindicalismo e Desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difel, 1968). Nestes últimos, contudo, é mais clara a busca de pontos de convergência com outra linha de estudos que, iniciada por Juarez Brandão Lopes (Sociedade Industrial no Brasil, São Paulo, Difel, 1964; Crise do Brasil Arcaico, São Paulo, Difel, 1967), se volta para a análise das atitudes e orientações valorativas de trabalhadores individuais, dentro e fora da empresa, segundo a tradição desenvolvida pela sociologia industrial. É desta busca de convergência, como se verá no decorrer da exposição, que surgirá um quadro explicativo do padrão de desenvolvimento do movimento operário e sindical brasileiros, quadro explicativo que é tributário, ao mesmo tempo que produtor, de certa imagem da história da classe operária no Brasil.

Segundo o modelo que se pode construir a partir da literatura existente, a história do movimento operário e sindical no Brasil é apresentada como tendo sido marcada por um corte bastante profundo: antes de 1930, tem-se um operariado combativo, militante e independente; depois de 1930, ou mais precisamente depois de 1945, uma classe trabalhadora acomodada, burocratizada e extremamente dependente do poder central, o sindicalismo saído do Estado Novo nada mais sendo do que um simples apêndice do Estado, base de manipulação das lideranças populistas surgidas com a queda do regime ditatorial de Vargas.

A discussão e a construção do modelo explicativo das causas dessa ruptura - que praticamente cria dois movimentos sindicais distintos, um marcado pela autonomia, o outro pela heteronomia - envolve, quase sempre, a manipulação de duas variáveis principais:

- a composição social da classe trabalhadora;
- o comportamento do Estado em relação às questões trabalhistas.

1.1 - Primeira Variável:

Composição social da classe trabalhadora

O tratamento da primeira variável leva ao estabelecimento de uma distinção, central para a compreensão do modelo, entre classe operária "velha" e "nova". A distinção é estudada tanto ao nível das diferenças objetivas quanto ao nível das ori-

entações normativas, podendo ser assim resumida: a classe operária "velha" é formada em sua grande maioria de estrangeiros (italianos, portugueses, espanhóis, etc.), profissionalmente qualificados e conhecedores da disciplina do trabalho industrial, conscientes dos problemas inerentes à condição operária e, em geral, bastante politizados (predominância até os anos 20 do anarco-sindicalismo e/ou anarquismo). Sua ação é orientada por um sistema de valores estruturado a partir da experiência na fábrica, o que lhes permite definir interesses específicos e manter uma tradição de autonomia e luta para a constituição e reconhecimento de formas de organização e representação de classe.

A "nova" classe operária compõe-se basicamente de brasileiros de origem rural (movimentos de migração interna impulsados pelo rápido processo de industrialização ocorrido a partir de 30), de baixo nível educacional e pouca ou nenhuma qualificação profissional, sem qualquer experiência, não só do trabalho industrial, como também da vida urbana. Sua politização não existe - possuem uma consciência social em termos de "ricos" e "pobres" e não de classes, orientando-se por valores de mobilidade ascendente e procurando realizar-se em termos individuais e não grupais. Por outro lado, como os valores e normas tradicionais dominantes no campo não são destruídos pelo simples deslocamento para os centros urbanos, estes "novos" operários tendem a buscar formas de integração na fábrica e fora dela mediante o estabelecimento de laços de tipo primário, o que dificulta, ou mesmo impossibilita, a criação de órgãos de representação de clas-



se autônomos. (2)

Como notaram Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero, a distinção entre "velha"/"nova" classe operária se vincula a esquemas analíticos que procuram encontrar as bases sociais dos regimes autoritário-populistas nos estratos ou classes que, "em decorrência da etapa do processo de Industrialização da sociedade a que pertencem, tornam-se massas 'deslocadas' e, portanto, disponíveis para a manipulação por parte de elites". (MURMIS, M. e PORTANTIERO, J.C., 1973:54). Assim, comprovado o corte no seio

(2) É importante enfatizar a idéia de que este modelo está freqüentemente implícito e não explícito. José Albertino Rodrigues, por exemplo, critica o subjetivismo e o simplismo daqueles que, enfatizando em demasia o momento 30, apontam apenas dois períodos no movimento sindical brasileiro - antes e depois de 30 - e propõe nova periodização: período mutualista (até 1888), período de resistência (de 1888 a 1919), período de ajustamento (de 1919 a 1934), período de controle (de 1934 a 1945) e período competitivo (de 1945 a 1964). Por trás da descrição destas cinco fases, no entanto, ele trabalha com a variável apontada, tratando-a como processo mais geral, de valor explicativo mais abrangente, e é a este nível de generalidade que o momento 30 acaba se impondo à sua análise: "A eclosão da II Grande Guerra Mundial favoreceu a expansão da economia industrial do país... O crescimento demográfico e a transferência progressiva da população dos meios rurais para os centros urbanos em processo de industrialização engrossaram consideravelmente a massa operária. Se antes de 1930 fora constituída por imigrantes europeus, agora, ... os trabalhadores nacionais vieram constituir a quase totalidade dos novos contingentes operários. A feição nova que apresenta o crescente proletariado nacional vem contribuir também para que o movimento sindical desse período seja bastante diferenciado do dos anteriores ... constituindo-se o novo proletariado de contingentes de origem rural, vinham eles imbuídos de uma cultura rural de formação patriarcal; tornavam-se, pois, elementos propícios a incorporar uma ideologia sindical de características paternalistas". (RODRIGUES, 1968: 20-21; grifo meu). Para essa distinção entre classe operária "velha" e "nova" ver também seu artigo "Movimento sindical e situação da classe operária" Debate & Crítica no 2, jan-jun 1974, além de IANNI, Octavio, Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, e o livro de Leônicio Martins Rodrigues, já citado.

do operariado brasileiro, identifica-se a fase áurea do movimento sindical à "velha" classe operária, e à fase peleguista, populista, à "nova" classe, que pela sua desarticulação interna, em parte decorrente das tensões geradas pelo rápido processo de industrialização e pelo recente deslocamento do meio rural para o urbano, constitui um grupo social passivo, marginalizado, insatisfeito e por isso mesmo, de fácil manipulação pelo Estado ou por líderes carismáticos:

I.2 - Segunda Variável:

Comportamento do Estado em relação às questões trabalhistas

A outra variável utilizada para a caracterização da ruptura entre o sindicalismo anterior e posterior à Revolução de 30 é a atitude do Estado em relação às questões trabalhistas. Salienta-se, aqui, o absenteísmo dos órgãos públicos na República Velha, que praticamente ignoraram os problemas do operariado: os sindicatos, embora permitidos por lei, não são de fato legitimados pelo sistema de poder, e a legislação a respeito das questões trabalhistas é praticamente inexistente⁽³⁾ - acordos salariais, jornada de trabalho, férias ou descansos semanais, acidentes de trabalho, etc. são problemas para os quais não há a menor regulamentação. Por outro lado, como o movimento operário é en-

(3) Reconhece-se a existência no papel de algumas leis, como por exemplo, o decreto 1313 de 1891, que regulamenta o trabalho dos menores nas fábricas da Capital Federal. As leis sociais, entretanto, têm efeito meramente retórico, e só passam a ser efetivamente cumpridas anos depois da Revolução de 30.

carado como uma "questão de polícia", isto é, apenas como perturbador da ordem pública, a intervenção do Estado, quando acontece, tem fins exclusivamente repressivos.

A partir de 30, contudo, opera-se uma transformação radical no comportamento do Estado. Com a criação do Ministério do Trabalho, a intervenção governamental começa a ser sistematizada e progressivamente intensificada até conduzir à completa reorganização e controle das associações profissionais. Não é necessário examinar em profundidade as nuances encontradas na apresentação e explicação deste fenômeno.⁽⁴⁾ O importante para a constru-

(4) Por exemplo, no artigo "Industrialização e Sindicalização no Brasil", Aziz Simão situa a intervenção do Estado no contexto pós-30, e lhe confere caráter bastante independente: "Foi o Estado que, já nas vésperas da guerra, interessado em estabelecer controle sistemático sobre o movimento operário, transporiou para uma área pouco industrial padrões dos sistemas sindicais totalitários criados na Europa. [...] O estabelecimento do novo sistema associativo, feito de forma abrupta, sob coerção de um Estado ditatorial"... (SIMÃO, 1962:88-89). Já em Sindicato e Estado, publicado posteriormente, é mais cuidadoso. Neste livro, a reorientação do Estado é vista como anterior a 30 (embora tenha se intensificado sobremaneira com a Revolução), devendo-se não só ao crescimento industrial, "mas também a ocorrentes mudanças sócio-culturais, de um modo geral, e em particular, ao estágio alcançado pelo movimento operário, às competições políticas, que envolviam parcelas de todas as classes sociais, e aos levantes militares verificados a partir de 1922." (SIMÃO, 1966:78). Leônicio M. Rodrigues situa a intervenção do Estado na área trabalhista em 30, critica a primeira posição de A. Simão e afirma: "A debilidade do sindicalismo brasileiro não é decorrência da intervenção do Estado nas associações operárias, mas ao contrário: a fraqueza do movimento operário é que permitiu ao Estado chamar a si a organização dos sindicatos." (RODRIGUES, 1966:166). José A. Rodrigues destaca como importante a produção legislativa anterior a 30, embora concorde que sob esse aspecto a Revolução de Outubro tenha adquirido uma relevância muito maior. Não trata, contudo, a legislação revolucionária como um fenômeno em bloco - aponta, com nitidez, que entre 1930 e 1937 são colocadas em prática leis sindicais distintas, e em alguns pontos opostas, e ressalva que isso retarda os efeitos que o novo sistema legal teria sobre o movimento sindical como um todo. É também neste autor que se en-

ção do modelo é discutir as consequências postuladas para o movimento sindical.

O que se procura demonstrar é que a legitimação e integração das organizações sindicais no sistema político e na comunidade nacional decorrem da ação do Estado e não do fortalecimento do movimento operário. Este "ganha", por assim dizer, das mãos do Poder Central, um aparelho sindical criado de cima, sem qualquer participação de seus órgãos de representação de classe. Por outro lado, a Justiça do Trabalho, a legislação social, o imposto sindical compulsório e o sistema previdenciário concorrem para amortecer e inibir formas autônomas de pressão coletiva, esvaziando o movimento operário que, aliás, é considerado em processo de estagnação desde os anos 20. O Estado é visto como o agente responsável pela desintegração da consciência do operariado, embora, é verdade, sempre se diga ter sido sua tarefa facilitada pela constituição de uma classe trabalhadora de base rural.

Assim, é possível ao Poder Central manter por um longo período relações difusas e massivas com a classe operária, relações que são implementadas, a despeito de qualquer forma de organização popular (sindicatos e partidos). O sindicalismo posterior a 30 é uma consequência do populismo, "pois a condição para o regime de Vargas é a existência de uma classe operária e não

(4) continuação

contra a crítica mais fundamentada à ideologia da outorga, ou seja, a imagem de que a legislação trabalhista representa acima de tudo uma concessão generosa de Vargas à classe trabalhadora. Para igual crítica é importante ver, contudo, a obra bem anterior de Evaristo de Moraes Filho, O Problema do Sindicato Único no Brasil, Rio de Janeiro, s/ed. 1952.

de um movimento operário" (WEFFORT, F., 1973:67-68).⁽⁵⁾ Volta-se, portanto, à primeira variável - composição social da força de trabalho - e à distinção "nova"/"velha" classe operária. As variáveis se cruzam e o modelo se fecha.

Resumindo, é possível concluir que o núcleo das hipóteses e teorias desenvolvidas para a explicação do padrão evolutivo do movimento operário e sindical no Brasil gira em torno do problema de sua autonomia/heteronomia. O modelo é construído pela manipulação de duas variáveis básicas - composição social da força de trabalho/posição do Estado em relação às questões trabalhistas, estudadas e cruzadas em dois momentos distintos: Tempo 1 - antes de 1930, Tempo 2 - depois de 1930.¹⁷ As informações sobre o Tempo 1 apoiam-se exclusivamente nas análises históricas existentes sobre o sindicalismo e a formação do proletariado. As informações sobre o Tempo 2 apoiam-se em estudos que trabalham com dados históricos e em análises sociológicas sobre orientações e valores de grupos específicos de trabalhadores.

2. AS DIFICULDADES DO MODELO

O modelo apresenta, entretanto, dois conjuntos de difi-

(5) Francisco Weffort está incorporando aqui uma das hipóteses internas ao modelo que venho explicitando, qual seja, a da relação classe operária "nova"/paternalismo e/ou populismo, no momento 30. Vargas pôde manter relações difusas com a classe operária porque a legislação trabalhista é o pão e o circo do proletariado. Através dela se estabelece um vínculo emotivo entre o líder e a massa, vínculo que explica a participação e o apoio dos trabalhadores ao movimento populista.

duldades - um de natureza substantiva, outro de natureza teórica - que, logo percebi, necessitavam ser resolvidos, pois impediam que eu me satisfizesse com o quadro histórico delineado. Foi ao raciocinar sobre estas dificuldades que então conclui pela necessidade de redefinir meu objeto de estudo. É esse o caminho, portanto, que precisa ser refeito, já que é ele que define os parâmetros do que acabou sendo este trabalho.

2.1 - Dificuldades de caráter empírico

O primeiro conjunto de dificuldades diz respeito à insuficiente base empírica sobre a qual o modelo é construído, principalmente no Tempo I. Como para esse período histórico o único conjunto significativo de dados se refere ao estado de São Paulo,⁽⁶⁾ configura-se uma análise peculiar: a nível histórico, concreto, descreve-se com maior ou menor profundidade a história do proletariado em São Paulo; a nível de modelo, essa especificidade se apaga e o movimento operário é pensado no contexto nacional. Portanto, se a redução Brasil/estado de São Paulo for recusada, há que questionar o modelo como algo "descolado" da reali-

(6) Esse problema é apontado por Leônio M. Rodrigues na introdução do seu primeiro trabalho, já citado. Não deixam de ser curiosos, portanto, suas generalizações São Paulo/Brasil e o fato de ele não ter procurado preencher a lacuna, em suas obras posteriores sobre o assunto. Só recentemente é que essa fraqueza do modelo começou a ser seriamente corrigida, pois em Trabalho Urbano e Conflito Social Boris Fausto leva em consideração de modo mais significativo do que havia sido feito anteriormente o movimento sindical do Rio de Janeiro, além do de São Paulo. Sua publicação, contudo, não invalida as considerações acima expostas. Pelo contrário, as qualifica. Ver FAUSTO, Boris Trabalho Urbano e Conflito Social, São Paulo, Difel, 1976.

dade; se for aceita, incorpora-se como válida a generalização que ele implica.

Mesmo deixando de lado o economicismo e/ou evolucionismo que podem estar implícitos naquela generalização - como São Paulo é o estado mais industrializado e desenvolvido do Brasil, seu proletariado é/foi mais articulado e de maior peso numérico, bastando estudá-lo para se ter de forma paradigmática o padrão de evolução do movimento operário nas demais regiões do país - continuaria olhando com reservas tamanho estreitamento do referencial empírico. Reduzir o Brasil a este ou aquele estado é, no mínimo, uma violência histórica. É fato mais do que conhecido a heterogeneidade das estruturas econômicas e sociais que caracterizam a formação social brasileira, para não se falar na extrema complexidade e diversidade dos subsistemas de poder que compõem o sistema político da República Velha, período ao qual diretamente se referem as análises do Tempo 1. É também fato conhecido a distribuição bastante desigual dos contingentes de operários estrangeiros entre as várias regiões do país. Se os imigrantes predominam em São Paulo e formam um grupo considerável no Rio de Janeiro, são pouco expressivos em Pernambuco ou em Minas, estados que nem por isso deixam de ter um operariado que de alguma forma se organiza, luta e reivindica.

No entanto, a manipulação da variável imigração estrangeira é crucial para a validade do esquema analítico contido no Tempo 1. Ela aparece correlacionada à consciência de classe, politização, e a determinadas ideologias de esquerda, como o anar-

guismo ou o anarco-sindicalismo.⁽⁷⁾ São estas correlações que permitem reconstruir a imagem de uma classe operária aguerrida, independente, agressiva e que, orientada por esses projetos ideológicos, rejeita participar da "política" (eleições, partidos, etc.) por qualificar tal atitude de, no mínimo, colaboracionismo estéril com a estrutura do poder que deseja destruir.⁽⁸⁾ Todavia, será esta a imagem real da classe operária brasileira durante a República Velha? Será que se pode manter a correlação estrangeiro-anarquismo-abstencionismo "político", ou tão somente a narquismo-abstencionismo "político", para o conjunto da classe operária do Rio de Janeiro, por exemplo? Ou será que a generalização para o Brasil como um todo das evidências encontradas para o caso paulista acabou levando a uma supervalorização da ideologia anarquista e a uma homogeneização indévida de práticas sindicais na realidade distintas? Por outro lado, não se estará dissolvendo o operariado em sua vanguarda e deste modo tornando o discurso anarquista ou anarco-sindicalista, tal como aparece em certos jornais operários ou no texto das resoluções de congressos, como expressando de forma perfeita o conjunto de valores e representações dos trabalhadores urbanos como um todo?

(7) Por exemplo, depois de mencionar a supremacia numérica do proletariado estrangeiro, José A. Rodrigues afirma: "Com efeito, o inexplicável proletariado que, no começo do século de na íntio, a nossa formação sindical, compensava seu número diminuto com uma predisposição ideológica muito próxima do proletariado europeu contemporâneo de que era uma expressão reduzida". (RODRIGUES, J.A., 1968:21; grifo meu).

(8) "...as lideranças operárias, influenciadas pelas ideologias anarquistas, rejeitam a participação política, sobretudo tal como ela se apresenta à classe média, e só se interessam pelas reivindicações que impliquem melhoria imediata na situação dos trabalhadores, ou pelas que acreditam preparar a derrocada do sistema capitalista, com base na tática da 'greve geral'." (RODRIGUES, Leônicio M. 1966:119).

Uma leitura apenas cuidadosa dos livros de história do sindicalismo mostra com nitidez que essas questões não podem ser esclarecidas. Na verdade, ainda se teoriza sobre uma enorme insuficiência de dados,⁽⁹⁾ fato que atinge não só o modelo explicativo proposto, como a própria coerência interna do discurso de alguns autores, mesmo a nível descritivo. Por exemplo, após ter mencionado os nomes mais freqüentes das organizações da classe do operariado entre 1888 e 1919 (Associação Operária, Associação de Resistência, Aliança Operária, Centro Operário, Centro Cosmopolita, Grêmio Popular, Liga Operária, Liga de Resistência, Sociedade União e Defesa, União Operária, União de Resistência, União Protetora, União Internacional), José Albertino Rodrigues conclui um pouco adiante: "Pelas designações citadas, torna-se evidente que ao espírito de união e de defesa da classe se acrescenta a preocupação de resistir ao avanço do capitalismo, considerando ameaçador para o futuro operário, sobretudo pelo acentuado processo de espoliação da força de trabalho, submetido a verdadeiro esgotamento físico e a mutilações, recebendo em troca salários infímos que persistiam ao longo de muitos anos." (RODRIGUES, J.A. 1968:29-30; grifos meus). Além de se poder duvidar da validade metodológica de inferências desse tipo, é difícil ver de que forma afirmações vagas, como essa, assim soltas, possam realmente qualificar a prática da classe operária. De fato, o que significa resistir ao avanço do capitalismo? Significa lutar simplesmente por uma espoliação menor? Negar a propriedade privada? Ou

(9) Na bibliografia clássica, o livro de Aziz Simão distingue-se pelo extenso levantamento empírico realizado. Infelizmente sua pesquisa permanece como exemplo quase isolado.

significa lutar contra a sociedade industrial e pelo ideal de uma comunidade de pequenos produtores independentes? É fácil notar que a resposta exige o aprofundamento da pesquisa e a busca de um conjunto de evidências que dê corpo e vida ao nome das organizações compiladas.

2.2 - Dificuldades de caráter teórico

O segundo conjunto de dificuldades imediatamente percebido se refere a aspectos teóricos do modelo. Já indiquei que o núcleo central de problemas que estabelece a ponte de ligação entre os estudos histórico-estruturais sobre sindicalismo e as pesquisas que investigam atributos individuais de grupos de trabalhadores, é a questão da autonomia/heteronomia do movimento sindical. A meu ver, os estudos sobre movimento operário no Brasil têm um centro - e esse é um centro político: no fundo, o que se quer explicar é como e por que um movimento operário autônomo e de características dadas como revolucionárias acaba se transformando num movimento heterônomo e fortemente marcado pelo reformismo. É para responder a essa questão básica que talvez se busque uma convergência com os trabalhos de Juarez Rubens Brandão Lopes, produzindo-se, assim, não só o modelo acima referido, como uma determinada imagem histórica do processo de formação e de envolvimento da classe operária e do sindicalismo brasileiros. Para que isso fique claro, e para que se possa retomar em outras bases a avaliação dos problemas teóricos da bibliografia histórica que venho analisando, seria conveniente dizer algumas pala-

vras sobre o campo de indagações e o marco teórico desse autor.

Convencido da fecundidade do instrumental teórico weberiano para a análise de organizações como a moderna empresa industrial, e partindo do pressuposto de que quando um brasileiro nascido no interior sai do seu rincão natal e emigra para a cidade grande "literalmente transpõe, em poucos dias, várias épocas de evolução sócio-econômica." (LOPES, J. 1964:23), Juarez Brandão Lopes ressalta não só a pertinência da utilização, em sociologia do trabalho, de conceitos weberianos, tais como organização burocrática, como enfatiza a necessidade de se reter o dinamismo das análises de Weber. Isto significa, tomando-se o conceito acima referido como exemplo, incorporar as questões relativas à transformação de estruturas e padrões valorativos que configuram a formação mesma do padrão burocrático. E a razão para isso é clara: a sociedade brasileira está numa etapa de transição da "economia tradicional" para a "economia de mercado", sendo importante estudar os processos de formação da sociedade urbano-industrial e de desagregação da sociedade patrimonialista. Para ele, portanto, "a ênfase deve ser na compreensão das relações de trabalho, dentro da matriz de organização da empresa e da estrutura social, vistas uma e outra como fenômenos em transformação. E este o modo de se colocar a problemática da sociologia nesse campo: com a perspectiva da sociedade em mudança:" (LOPES, J. 1964:20; grifo meu).

Trabalhando quase sempre com grupos específicos de operários, Brandão Lopes analisa, então, seu comportamento dentro e

fora da empresa, e procura descobrir as estruturas valorativas que, latentes ou manifestas, revelam e explicam a forma pela qual os trabalhadores vivenciam a passagem do tradicional ao moderno e a ela se ajustam. As conclusões a que chega são claramente formuladas: existe uma determinação estrutural entre origem e consciência de classe. Os trabalhadores nacionais vindos do campo ou do pequeno comércio de cidadezinhas do interior, maioria dos que executam os serviços não-qualificados e semi-qualificados dos complexos industriais urbanos, "não se identificam imediatamente e completamente com a condição de operários industriais. Desligados da estrutura social tradicional que controlava a sua conduta, elas tendem a se comportar conforme os seus 'interesses pessoais', pois sem quase nenhuma experiência anterior com padrões de cooperação que os unam à pessoas com as quais não têm parentesco." (LOPES, 1964:94) não chegam a explicitar uma consciência de classe, fato que se deve à inexperiência com os padrões de cooperação próprios ao ambiente industrial moderno. Por outro lado, os trabalhadores qualificados "já revelam um grau apreciável de ajustamento à indústria." (ídem:95), sendo lícito supor que "a identificação com o emprego industrial" surge "com a aquisição de qualificação em ofício industrial, ou com a obtenção dos primeiros postos de supervisão na hierarquia da fábrica." (ídem:50). Portanto, "na medida em que se estabilizar a condição do operário industrial é de se esperar, pressupondo-se a sua continuada participação na sociedade de massa, maior fundamentação psico-social de sua ação coletiva, declínio do controle estatal sobre os sindicatos ..." (LOPES, J. 1976:162-163), em síntese - solidariedade de classe e autonomia de ação na defesa de seus interesses.

econômico-corporativos.



E exatamente essa perspectiva ampla da "sociedade em transição", a importância conferida à dimensão valorativa, e a postura marcadamente sociológica, e não política, das análises de Juarez B. Lopes que são incorporadas aos trabalhos de natureza histórica, ao se refletir sobre a questão da autonomia/heteronomia do movimento sindical brasileiro. Na bibliografia clássica pensa-se da mesma forma o problema proposto, ou seja, enquadrando-o no contexto de uma sociedade em transição - a transição do tradicional ao moderno, do pré-capitalista ao capitalista.⁽¹⁰⁾ E como se faz uma transposição de conclusões retiradas de análises do sistema de motivação de trabalhadores individuais, a questão a ser respondida é com freqüência encarada em termos comportamentais. Com isso, a ênfase da explicação passa a girar em torno dos padrões de atitudes e orientações valorativas os quais, apesar de formados num ambiente rural (tradicional/pré-capitalista), persistem nos indivíduos que, recém-chegados à cidade (ambiente moderno/capitalista), encontram-se submetidos aos processos de mobilização social que acompanham o processo global de transição da sociedade inclusiva.⁽¹¹⁾

(10) É interessante notar que mesmo alguns estudos que aparentemente trabalham com proposições analíticas vinculadas ao campo intelectual do marxismo, baseiam-se em Parsons e G. Germani e não em Marx, utilizando-se do instrumental teórico da sociologia da base funcionalista para a formulação e resolução das questões propostas. Ver IANNE, O. Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.

(11) Nos trabalhos de A. Simão, em que essa busca de convergência é pouco marcada, a ênfase nos valores tradicionais do "novo" operariado do bairro rural é bem menos importante do que nos outros autores. No artigo "Industrialização e Sin-

E esse processo global de transição a verdadeira variável independente, que, embora nem sempre explicitada, hierarquiza as variáveis por mim já apontadas, e dá sentido às explicações do modelo. Pois é justamente a especificidade da mudança no caso brasileiro, que permite a proposição, a nível do modelo, de uma continuidade entre a situação tradicional de origem do trabalhador nacional (primeira variável: composição social da classe trabalhadora) e a recepção paternalista na cidade, onde já domina o interventionismo social do poder público (segunda variável: comportamento do Estado em relação às questões trabalhistas),⁽¹²⁾ gerando a dependência do movimento operário.

Chega-se, assim, ao primeiro problema teórico que vejo no modelo - a excessiva generalidade e abstração de suas variáveis.

(11) continuação
dicalização no Brasil", já citado, essa variável quase não tem valor explicativo ante o peso conferido à intervenção do Estado para a burocratização e conformação do sindicalismo brasileiro contemporâneo. Essa posição "radical" é corrigida em Sindicato e Estado, mas mesmo ali o universo dos valores continua não tendo lugar de grande destaque em seus escritos.

(12) "O papel e a influência da legislação e da intervenção do Estado devem ser entendidos tendo em conta o modo como se está estruturando a sociedade industrial capitalista no Brasil... e as características da classe operária brasileira. Particularmente, faz-se necessário atentar para as condições específicas do subdesenvolvimento e da industrialização retardatária e para a remodelação que esse contexto impõe nas relações entre as diferentes camadas sociais, no peso e influência que essas camadas adquirem no esforço pela industrialização, e no papel e função que determinadas instituições assumem para a aceleração da constituição da sociedade de classes." (RODRIGUES, Leônio M. 1966: 167-168, grifos meus). A hierarquia e o peso explicativo das variáveis composição social da classe trabalhadora e comportamento do Estado em relação às questões trabalhistas variam entre os autores e, às vezes, entre obras de um mesmo autor. Comparar, por exemplo, o livro Sindicato e Desenvolvimento no Brasil e o artigo "Movimento Sindical e Situação na Classe Operária" de José A. Rodrigues, já citados.

veis e hipóteses de trabalho. Concordo com Weffort quando ele diz que "hipóteses deste nível de generalidade são úteis para estudos comparativos de alto nível de agregação ou, eventualmente, para a consideração de longos períodos históricos, mas, são insuficientes quando o foco de análise se transfere para as conjunturas concretas vividas pelas classes sociais num dado período histórico." (WEFFORT, F. 1972: 1). Nestes casos, a falta de hipóteses e teorias de médio e curto alcance que estabeleçam uma ponte de ligação entre as hipóteses e a teoria geral e os fenômenos a serem estudados, cria freqüentemente situações paradoxais em que fenômenos são explicados sem terem sido de fato examinados.

Na literatura histórica que venho examinando isso acontece toda vez que se procura demonstrar com exemplos concretos a análise feita, ou que se fazem afirmativas taxativas e generalizantes a partir de fenômenos que só foram estudados a um nível muito restrito. E isso, como indica Weffort, por uma razão muito simples: da combinação de proposições estruturais abstratas (como a especificidade do processo de industrialização brasileiro) e proposições de natureza psico-social genéricas (como o universo ideológico tradicional dos trabalhadores urbanos de origem rural), largamente utilizadas na bibliografia em questão, só podem resultar explicações nascidas de inferências que tenham por base estas mesmas proposições. E como estas proposições não se referem diretamente a tais fenômenos ou exemplos concretos, chega-se a explicações que prescindem de análises específicas, explicações; por isso mesmo, tão abstratas e genéricas que servem com igual propriedade para uma infinidade de outros objetos.

Por outro lado, devido, talvez, a essa mesma generalidade e abstração do modelo, e à falta de mediação teórica entre o esquema geral e os diversos fenômenos que se quer explicar, nos ensaios históricos analisados raciocina-se por saltos e se criam impasses substantivos nunca solucionados, ou sequer enfrentados. A esse respeito vale lembrar que, na história do movimento operário e sindical, a década de 20 se apresenta como um espaço vazio. Questões como a desintegração do movimento sindical anarquista, a criação do Partido Comunista e a possível difusão de sua ideologia no seio do proletariado, a formação do Bloco Operário e Camponês e seu impacto sobre a atividade política da classe operária, etc. não são seriamente estudadas e resolvidas. Por outro lado, a correlação apressada entre greve e ação operária consciente e ativa cristaliza uma imagem da década de 20 como um período de desorganização e desenso do movimento operário - exclusivamente.⁽¹³⁾ Neste contexto, e para se ficar num só exemplo, quando se passa à década de 30, torna-se difícil até mesmo entender a repressão desencadeada pelo governo sobre o movimento operário, e a necessidade de medidas corporativas que "docilizem" o movimento sindical, muito embora já se tenha comprovado que nos anos 31-35 esse movimento não só é ativo, como tem uma dimensão nitidamente política (às lutas de caráter econômico - corporativo se superpõe uma ação marcadamente política de resistência a várias medidas governamentais - denúncias contra a atuação do Mi-

(13) Parece existir um consenso na bibliografia histórica a respeito da existência de um declínio substantivo do movimento operário durante a década de 20, fato que é explicado pelo início das migrações internas do Nordeste para as grandes cidades, pela queda das migrações estrangeiras e pela maior repressão aos sindicatos.

Ministério do Trabalho, repúdio à Lei de Sindicalização de 1932, etc.).

Como explicar essa súbita reativação do movimento operário e sindical a partir dos pressupostos mais gerais da teoria da modernização? Isto é, como explicá-la a partir dos processos que caracterizam a passagem da sociedade tradicional à sociedade moderna? A década de 30 não apresenta nenhuma interrupção dos processos macroestruturais (industrialização, urbanização, migração interna, e a consequente mudança na composição social da classe trabalhadora) que são dados como explicação para o desenso que teria ocorrido na década de 20, e para a posterior heteronomia do movimento operário. Não há nenhuma quebra brusca dos movimentos migratórios internos; muito pelo contrário, eles parecem ter se acelerado com a crise do café, a desorganização da produção agrícola e o aumento do ritmo do processo de industrialização, durante o governo Vargas. São, então, esses movimentos simples efeitos reativos da mudança de posição do Estado em relação às questões trabalhistas? Nas se na década de 20 o movimento independente se desintegra com o inicio das migrações internas, a repressão e a deportação dos líderes estrangeiros, quem, como, e a partir de que bases está reagindo ao Estado? Além do mais, se o paternalismo de Vargas conquista o trabalhador de origem rural que agora domina a cena, por que está ele reagindo?

O segundo problema teórico se refere a um aspecto mais interno do modelo. As explicações nele contidas (principalmente no que diz respeito ao Tempo 2) são tributárias de procedimentos

analíticos a meu ver questionáveis do ponto de vista metodológico, na medida em que se explica o comportamento concretamente verificado da classe operária ou dos sindicatos na política por uma simples transposição de conclusões retiradas de estudos socio-lógicos feitos com trabalhadores individuais. Assim, salta-se, por um lado, do individual ao coletivo, das atitudes personalizadas à atividade sindical como se o comportamento e a ação política coletiva (organizados e/ou desorganizados) não tivessem dinâmica própria ou não estivessem submetidos a determinações que escapam à conduta individual, e se aceitam, por outro lado, como verdades, isto é, apriorismos que explicam indiferenciadamente os mais diversos fatos da história política, as correlações sugeridas pelos surveys entre variáveis estruturais, psico-sociais e comportamento político. Ou seja, tais correlações não são problematizadas e tomadas como hipóteses a serem comprovadas pela análise política e pela investigação histórica,⁽¹⁴⁾ mas verdades que a história apenas serve para ilustrar. Não é de surpreender, portanto, que os ensaios de natureza histórica pouco acrescentem aos esquemas explicativos anteriores, e sejam marcados por um determinismo estrutural que vale a pena explicar.

Como foi apontado, o Tempo 2 fala de uma classe operá-

(14). Quando falo em investigação histórica não penso, necessariamente, na busca de origens, nem em pesquisas que tomem a dimensão temporal como fator explicativo ou causal. É perfeitamente possível fazer estudos a-históricos do passado, como estudos históricos do presente, tudo dependendo, é evidente, do tipo de análise feita com os dados históricos coletados. A esse respeito, ver, por exemplo, a distinção feita por Jürgen Habermas entre visão histórica e narração histórica em "History and Evolution" in Telos, n°39, Spring 1979.

ria dependente, tanto no plano organizatório (sindicatos vinculados e subordinados ao Estado), quanto no plano político (ação controlada por pelegos e dirigida por líderes populistas estranhos a mesma), e portadora de baixo nível de politização e consciência de classe. Isolando-se a variável "posição do Estado em relação às questões trabalhistas", que funciona no modelo quase como um elemento dinâmico exógeno a atuar sobre um elemento passivo (a classe operária), desorganizando-o, logo se verá que a explicação da heteronomia da classe operária é dada pelo caráter rural da maioria dos trabalhadores, seu baixo nível educacional, sua pouca ou nenhuma qualificação profissional, sua inexperiência na fábrica, na vida urbana, na política e, por fim, seu universo tradicional de representações. Ou seja, o operariado está numa fase de transição entre os padrões tradicionais de comportamento vigentes no campo e os padrões modernos próprios da vida urbana, e sua ação política de classe determinada e delimitada pelo movimento global das estruturas - transição da sociedade tradicional à moderna sociedade capitalista de mercado.

Este é o núcleo da questão. A passagem mecânica de proposições estruturais a proposições que visam caracterizar o conteúdo e o sentido da prática dos agentes faz com que muitas vezes o simples enunciado e descrição de processos infraestruturais se configurem como evidências suficientes para revelar a relação de dependência entre o caráter e o conteúdo da ação política e a infraestrutura que a determina. Na verdade, o determinismo estrutural que esse tipo de procedimento acaba sempre implicando já está praticamente contido na forma pela qual o problema

da autonomia/heteronomia do movimento operário vem sendo tratado, com base na teoria da modernização. Assim, se por um lado a teoria da modernização explica a dependência política do operariado por sua origem rural e pela migração recente, fato que o coloca numa etapa de transição entre padrões tradicionais vigentes no campo e padrões modernos urbanos, tenderá por outro lado a explicar a autonomia da classe operária por um processo gradual de resolução daquela fase de transição. Isto é, ocorrendo como expressão da mudança do conjunto (a sociedade inclusiva), do qual é uma parte organicamente dependente, a autonomia do operariado tenderá a crescer com a socialização urbana dos trabalhadores de origem rural, com o aumento dos contingentes operários de origem urbana, com a imposição e introjeção (pelo proletariado) dos padrões modernos de comportamento próprios da sociedade industrial.⁽¹⁵⁾ Colocado desta forma, o problema da autonomia da classe operária é equacionado como variável dependente do processo de modernização da sociedade em geral, ou seja, como variável dependente de processos estruturais globais.

3. O TEMPO E PROBLEMATIZADO

Mas se o problema se resolve assim, como explicar a existência, admitida e mesmo enfatizada nos ensaios históricos, de um operariado combativo e autônomo em plena sociedade tradicio-

(15) Ver a esse respeito os trabalhos de Juarez Brändão Lopes, particularmente o livro Desenvolvimento e Mudança Social, onde estão integradas, numa visão geral, as conclusões de todos os seus estudos.

nal? Precisando melhor, como explicar a ação da classe operária brasileira no início do século XX, época em que o país mal se libertara das relações de produção escravistas, e em que o capitalismo dava os seus primeiros passos, sem poder ter gerado ainda um operariado maduro e consciente dos seus interesses de classe? A solução é dada através do recurso a um elemento exógeno - isto é, o estrangeiro, o anarquista europeu.

A primeira vista pode-se pensar que os esquemas analíticos contidos no Tempo 1 e no Tempo 2 funcionam de modo autônomo. A narrativa no Tempo 1 gira em torno do estrangeiro, do anarquista, pois tudo é explicado pelas marchas e contramarchas da ação deste elemento externo, moderno, trazido de fora para o seio da sociedade tradicional. Os processos estruturais ficam em segundo plano, pois determinam a prática de um elemento que, na verdade, é concebido como exterior ao sistema. No Tempo 2 esse fator externo, dinâmico, representado pelo estrangeiro, é expelido e a lógica interna do sistema (isto é, as características, o ritmo etc. do processo global de mudança) assume grande importância dentro da estrutura explicativa do modelo. Em outras palavras, as determinações estruturais ganham relevância, pois são nelas que, em última análise, vai se buscar as verdadeiras condições de autonomia/heteronomia do movimento sindical.

No entanto, esta é apenas a forma aparente pela qual o problema se apresenta - duas estruturas narrativas distintas. Se a questão for olhada mais a fundo, logo se verá que, na verdade, uma só lógica e um só princípio ordenam as reflexões nos dois

tempos do modelo. Isto é, para evitar maiores digressões, também no Tempo 1 a análise é comandada pelos pressupostos teóricos subjacentes à teoria da modernização. Só à luz destes pressupostos (e das dificuldades que enfrentam no Tempo 1) é que se pode perceber com maior clareza a insistência e o significado do recurso a uma variável exógena - o estrangeiro, o anarquista europeu. Na realidade, ela confirma o modelo, na medida em que o operário estrangeiro supostamente já se modernizou em seu país de origem e por isso se comporta de maneira não tradicional. O fato serve tão bem ao modelo que, nos ensaios de natureza globalizante, a história do Tempo 1 é vaga, imprecisa e restrita em sua base empírica, como se fosse escrita para conferir maior legitimidade às teorizações sobre o presente. De fato, sem grande exagero, tem-se em vários momentos a impressão de que esta é uma história que é contada com o único objetivo de compor um quadro de apoio e um fio evolutivo que dêem maior elegância e "concretude" às análises, já feitas, do Tempo 2.

Mas, e se não for assim? Isto é, e se o imigrante estrangeiro médio não for esse elemento moderno, maduro e consciente de que fala o modelo?

É nesse sentido que caminham as pesquisas posteriores, que se voltam mais diretamente para a figura do imigrante. Num artigo contundente - "Imigração e Classe Operária em São Paulo" - Michael Halli falsifica essa proposição do modelo, procurando demonstrar que o radicalismo imigrante não passa de uma lenda cujo fascínio já durou tempo demais. Baseado em farta documentação

primária,⁽¹⁶⁾ afirma categoricamente que a grande maioria da massa imigrante é composta de homens e mulheres, freqüentemente famílias,⁽¹⁷⁾ provenientes das áreas rurais do sul da Europa. "Não apenas estavam eles pouco familiarizados com as indústrias, como também a maioria dos trabalhadores tinha pouca, senão nenhuma experiência prévia em política ou em formas organizatórias da classe operária. Os italianos tinham partido antes que a mobilização política alcançasse o meio rural no seu país, e poucos dos outros imigrantes parecem familiarizados com partidos, greves ou sindicatos. A idéia de uma classe operária imigrante que chegou a São Paulo possuindo habilidades industriais, sofisticação política e experiência organizatória pode ser um mito conveniente, mas com infima base real." (HALL, 197 :2)⁽¹⁸⁾ Na verdade, Michael Hall percorre exatamente o caminho inverso ao proposto pelo mode lo, pois, segundo ele, "o fato do primeirão proletariado de São

(16) Para uma estimativa da amplidão e ineditismo do seu trabalho empírico ver, além do artigo citado, HALL, Michael M. The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914, Ph.D. diss., Columbia University, 1969, mimeo., e o artigo "Italianos em São Paulo" Universidade de Campinas, s.d., onde, por exemplo, lista mais de vinte fontes italianas do fim do séc. XIX, início do século XX, por ele utilizadas.

(17) Pelo esquema de imigração subsidiada arquitetado pelos fazendeiros de café paulistas, o subsídio é limitado "à famí lia, a fim de reduzir a incidência da remigração já que, tal como reconhecido publicamente por Martinho Prado, irmão de Antônio Prado, os imigrantes dispõem a vir ao Brasil tendiam a ser aqueles que 'não têm recurso nenhum', e se tornava então difícil para eles, no caso de insatisfação com as condições de São Paulo, conseguirem pagar o preço da passagem de volta para uma família inteira." HALL, "Italianos em São Paulo", citado acima.

(18) Num artigo mais recente, escrito em colaboração com Verena N. Alier, Hall admite que vários imigrantes podem ter saído de áreas rurais politizadas na Itália, mas isso para ele só cria um paradoxo, pois continua não encontrando traços dessa politização na massa imigrante italiana de São Paulo. Cf. "Greves de colonos na Primeira República", São Paulo, CEDEC, 1979 mimeo.

Paulo ter sido predominantemente estrangeiro ajudou - contrariamente a lenda - a manter a classe operária relativamente fraca e desorganizada." (idem:5).

Este ponto de vista também é defendido por Sheldon Leslie Maram, autor de tese de doutorado e de alguns artigos sobre movimento operário e sindicalismo no Brasil.⁽¹⁹⁾ Trabalhando basicamente com a questão do efeito da imigração na organização da classe operária, Maram procura marcar a presença do imigrante na massa do proletariado de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, e demonstrar que essa presença enfraquece, em vez de fortalecer, os primórdios do movimento sindical no Brasil.⁽²⁰⁾

O contraste marcante entre as versões de Maram e (principalmente) Hall e a versão da bibliografia clássica sobre o papel do imigrante estrangeiro no movimento sindical brasileiro, aliado a minha insatisfação teórica e substantiva com o modelo, e ao trabalho paralelo que eu havia iniciado de recuperação da memória operária, acabaram me jogando no passado e desviando minha atenção para o anarquismo e o movimento sindical na República Velha. As entrevistas me davam o que pensar.

(19) Anarquistas, imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro - 1890/1920, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; "Labor and the Left in Brazil, 1890/1920: A Movement Aborted" Hispanic American Historical Review, vol. 57, nº 2, 1977:255-272; "The Immigrant and the Brazilian Labor Movement, 1890/1920" in DAURIL, A. e ARREN, D. (Eds.) Essays Concerning the Socio-economic History of Brazil and Portuguese India, University Press of Florida, 1977.

(20) A tese de Maram é, na verdade, dupla, pois ele também sustenta que a vanguarda, e portanto, a força motriz dos movimentos operário e sindical na República Velha, é formada basicamente de estrangeiros.

Pelas histórias contadas é inegável que o anarquismo chega ao Brasil com os imigrantes estrangeiros, embora também seja verdade que muitos europeus que para aqui imigram não estão familiarizados com os ideais libertários. Essas histórias também registram com nitidez o papel organizador desempenhado por militantes libertários. Entretanto, se os operários mencionam o impacto da organização nascida na militância de anarquistas, em grande parte, mas não somente, estrangeiros, sobre o movimento operário, também contam inúmeros episódios que registram com igual clareza o caráter conflitivo do cotidiano na fábrica, e a ocorrência de greves e explosões de revolta entre trabalhadores industriais brasileiros de origem rural, intocados pela ideologia anarquista. Ou seja, os velhos operários entrevistados aos poucos foram revelando uma realidade complexa e em muitos pontos desconhecida. Em seus relatos, informações factuais e qualitativas sobre a ação dos sindicatos e lideranças políticas se misturavam com dados sobre a vida cotidiana - sobre os bairros e vilas operárias, sobre o trabalho e a organização interna das fábricas e oficinas, sobre os clubes, bares e pontos de encontro dos trabalhadores, etc. - produzindo um quadro fragmentado e impressionista, mas que ressaltava claramente um tema indiscutível: o da diferenciação e heterogeneidade do mundo operário na Primeira República. A descoberta foi decisiva, porque, contrastando vivamente com o modelo e a imagem homogeneizadora e unívoca de uma classe operária revolucionária, anarquista e estrangeira (Tempo 1), aguçou algumas das minhas dúvidas até convertê-las no meu interesse principal.

Resolvi fazer delas, portanto, o tema deste trabalho: qual terá sido a verdadeira composição social dos movimentos operário e sindical na República Velha? Terão os militantes libertários mobilizado brasileiros e estrangeiros indiscriminadamente ou as histórias que os operários me contaram são parciais e enganadoras? Por outro lado, qual terá sido o caráter desses movimentos? Será que se pode falar na existência de um movimento sindical predominantemente anarquista, ou é importante falar de um sindicalismo cujas clivagens internas são tão profundas que justificam o reconhecimento de práticas sindicais inteiramente distintas?

Tentar responder a tais perguntas implica enfrentar diretamente a questão da natureza dos movimentos operário e sindical na Primeira República. O projeto implica também um diálogo constante com o modelo, pois o problema de suas variáveis não foi claramente resolvido: afinal, estou, ou não, jogando fora essas variáveis explicativas e, se o faço, que outras coloco no lugar?

A questão é legítima e exige precisão na resposta. Não quero, entretanto, adiantá-la agora. Prefiro seguir um caminho talvez mais difícil, mas certamente menos árido: ir construindo aos poucos meu argumento a partir dos dados, e chegar com o leitor às conclusões finais. Antes, porém, de me lançar nessa aventura, seria conveniente dizer algo sobre a razão da escolha do Rio de Janeiro como o locus da pesquisa.



O Rio foi escolhido para iniciar um diálogo com o modelo. Como eu ia estudar o Tempo I, pareceu-me importante romper com a estreiteza de sua base empírica de inferência. Gramsci uma vez sugeriu "que a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente fragmentada e episódica. Na atividade histórica desses grupos existe, sem dúvida, uma tendência para a unificação, mas esta tendência é continuadamente interrompida pela atividade dos grupos dominantes. ... Cada traço de iniciativa independente por parte dos grupos subalternos deve, portanto, ter valor incalculável para o historiador integral. Consequentemente, este tipo de história só pode ser feito monograficamente, e cada monografia requer uma quantidade imensa de material que, com frequência, é muito difícil de ser coletado." (GRAMSCI, 1976 : 154-55). Ou seja, para ele - e em grande parte concordo com a observação - a história dos grupos subalternos é como um enorme quebra-cabeça cujas peças foram espalhadas, soterradas, apagadas ou destruídas pela ação dos grupos detentores do poder, donde a dificuldade da busca de suas próprias peças, e a importância do trabalho monográfico - pelo menos num primeiro momento. Ora, ao escrever a história do trabalhador urbano no Brasil, a bibliografia clássica caminhou exatamente no sentido oposto: a partir de um elo, de uma peça, descoberta basicamente pelo trabalho pioneiro de Aziz Simão, propôs uma solução para o quebra-cabeça inteiro. Dizendo melhor, a partir do estudo histórico sobre a classe operária paulista na República Velha, e combinando este estudo com trabalhos sociológicos sobre trabalhadores individuais contemporâneos, propôs uma síntese explicativa do padrão histórico de desenvolvimento do movimento operário brasileiro - o quebra-

cabeça a ser solucionado.. Acontece, porém, que São Paulo não é o Brasil, nem seu proletariado o brasileiro, a redução do Brasil a São Paulo, sendo, como se viu, bastante discutível e problemática. Resolvi, então, travar com o modelo um diálogo duplo: a nível empírico, buscando outras peças do quebra-cabeça, através de um estudo monográfico sobre o Rio de Janeiro em 1917, e a nível teórico, testando suas variáveis explicativas, assim como a solução por ele proposta. Os capítulos que se seguem serão o desdobramento, passo a passo, deste diálogo.

CAPÍTULO II
RIO DE JANEIRO, 1917

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

"Um testemunho firme da queda total da organização burguesa, zela na Rússia, onde está verdadeiramente implantada a Revolução Social, que em breves tempos será mundial.

O povo não pode mais viver nesta miséria, neste baldão de ignomínia.

Estamos no século XX, é o século chamado das luzes; pois bem, a luz cintilante aponta-nos ao longe um novo porvir, uma nova vida de paz e amor; e nós todos, unidos, firmes e coesos marchamos cantando estridentemente a Internacional dos Trabalhadores, entre gritos de justiça e ecos de liberdade.

A Revolução Social fará brevemente alastrar o seu braço luminoso por toda a face da terra, fazendo triunfar a justiça e impinar a mais absoluta liberdade.

A luta, camaradas, escuta-se ao longe o clarim da "Guerra Social" e nós somos os guerreiros que queremos pão para todos e liberdade sem restrições."

Carta aberta de Joaquim Campos aos companheiros operários da Gazeta de Notícias e aos têxteis da Gávea - junho, 1917. (1)

1917 não é, certamente um ano qualquer. Marcado pela revolução de fevereiro na Rússia tzarista, por um aumento brutal do custo de vida e por tensões operárias em toda a Europa, 1917 representa acima de tudo a imagem de um tempo de crise, simbólico não só da miséria e do aviltamento das classes trabalhadoras, como do seu virtual poder de rebeldia, revolta e destruição. A imagem de 1917 como ano excepcional, no qual a virtualidade revo-

(1) A Razão, de junho de 1917.

lucionária do proletariado se materializa em atos de sublevação, está, na história brasileira, claramente associada à greve geral de São Paulo. Viciosa, massiva, incontrolada, a greve de julho em São Paulo possui uma força expressiva que transcende em muito os ganhos instrumentais conquistados: como fagulha em palha seca ela incendeia o movimento operário no Brasil inteiro, perpetuando-se na memória coletiva como a explosão que detona as greves que explodem ao norte e ao sul do país. Como Boris Fausto reconhece,⁽²⁾ é preciso, no entanto, não tomar a greve geral de São Paulo como ato exemplar que englobe a compreensão de todos esses outros movimentos. Para o operariado brasileiro, 1917 é um ano de crise tanto em São Paulo, como em Pernambuco ou no Distrito Federal, e em cada um desses lugares essa crise tem sua dinâmica particular e sua marca específica.

No Rio de Janeiro, a insatisfação da classe é visível desde os primeiros dias do ano. A Federação Operária local inicia uma série de comícios contra a carestia de vida; o aumento dos impostos, a participação do Brasil na guerra e em prol da organização sindical. Várias associações de classe são organizadas ou reorganizadas, e as greves se sucedem de janeiro a novembro, abrindo uma conjuntura de luta que se prolonga até os primeiros anos da década de 20. Por outro lado, alimentada pela guerra e pela exaltação do movimento operário no mundo inteiro, uma atmosfera de sonho, de fé no futuro e de esperança na iminê

(2) FAUSTO, Boris. "Conflito Social na República Oligárquica: A Greve de 1917", Estudos CEUBRAF 10, out.nov.dez. 1974; 31.

cia da grande revolução libertária envolve e influencia o cálculo político de inúmeros militantes anarquistas e anarco-sindicalistas. Diante desse quadro, portanto, uma questão metodológica há que ser esclarecida, pois se não se comprehende, com nitidez, os objetivos e a natureza da pesquisa realizada, pode parecer estranha, e até mesmo errônea, a escolha de ano tão atípico como marco temporal para um estudo sobre a classe operária no Rio de Janeiro. Em poucas palavras, por que 1917?

A idéia de escolher um ano de crise me foi sugerida pela leitura de um texto de Regis Debray: "Notes de Prison - Temps et Politique". Nele, entre reflexões de todo tipo, se encontram inúmeras considerações sobre a dimensão do tempo na crise política. Toda crise política, diz ele, é marcada por uma ruptura. Ao tempo politicamente lento das épocas de estabilidade se substitui o tempo acelerado, convulsivo, do conflito em sua forma mais aguda. Para Debray, contudo, essa mudança radical na temporalidade é um corte apenas aparente, pois o tempo da crise não é senão o tempo normal concentrado:

"... é quando o extraordinário se torna cotidiano, dizia Che, referindo-se às revoluções. Mas o extraordinário, pede-se acrescentar, é o cotidiano concentrado e revelado a si mesmo; o momento da crise política geral revela o que se escondia de extraordinário na raiz da luta cotidiana das classes, ao nível econômico ou ideológico. O tempo de crise suspende as normas em vigor, sacode os hábitos, destrói as regras admixtidas de comportamento, mas é aí que a regra aparece, que desaparecem as falsas máscaras que escondiam dos adversários a evidência da luta." (DEBRAY, 1967:1951). (grifo meu). (3)

(3) Isso implica, evidentemente, a idéia de que junto ao equilíbrio, à estabilidade, à coesão, convivem o desequilíbrio, a

É exatamente essa idéia de que a crise desnuda relações e acentua traços distintivos preexistentes que quero guardar. No conflito aberto, declarado, é possível analisar com maior clareza os condicionamentos recíprocos das forças em luta, porque a relação mascarada dos tempos normais, que opõe ou irmana diferentes forças sociais, emerge sem disfarce ou ambigüidades, e as regras, isto é, os princípios sociais que estão por trás de certas formas de comportamento padronizado se revelam com maior precisão.

Ao pesquisar 1917 não tento, portanto, explicar uma conjuntura em si mesma, nem faço um estudo completo de processo histórico; origens, evolução, fim de qualquer coisa. Não só porque nada termina em dezembro de 1917, como porque não é minha intenção recompor aqui a história do movimento anarquista. O que se quer é tomar um momento de crise aberta para tentar sorvê-lo até a última gota, buscando todas as regras e relações por ele evidenciadas a fim de travar o diálogo proposto com o modelo extraído da bibliografia criticada e comprovar ou desqualificar a relevância do tema da diferenciação operária para o estudo dos movimentos operário e sindical no Rio de Janeiro da Primeira República.

Acontece, porém, que a crise é o resultado de uma teia

(3) continuação

instabilidade, a ruptura e, portanto, de que a crise não é inteiramente aleatória ou acidental, mas relacionada a processos em curso em épocas de normalidade. A proposição se mantém, mesmo quando as causas externas ou conjunturais são decisivas para o irromper da crise.

de ações e reações humanas que se desenrolam no tempo, e as regras por ela evidenciadas estão inscritas no comportamento dos atores. Por outro lado, é preciso lembrar que o conceito de classe social implica a noção de relação social, o que significa dizer que, como feixe de relações, as classes necessitam ser entendidas historicamente; isto é, em movimento. O trabalho não pode pretender, portanto, o abandono da diacronia em favor da sincronia, nem o desprezo da História em benefício da Sociologia. Pelo contrário, o que é necessário é buscar o terreno comum entre as duas disciplinas, e esse terreno pode ser encontrado no que Philip Abrams denomina de "a problemática do estruturar".

Em seu artigo "History, Sociology, Historical Sociology" (4), Abrams procura mostrar que apesar de distintas, e de envolverem lógicas explicativas que não podem ser integradas (embora possam e devam ser combinadas), a História e a Sociologia são, na verdade, o mesmo empreendimento, se olhadas segundo a perspectiva da "problemática do estruturar". A partir desse ponto de vista, "ambas procuram compreender o enigma da ação social, concebendo-o em termos de processos de estruturação social", e por essa razão ambas "são impelidas a conceber esses processos tanto cronológica quanto logicamente, isto é, tanto como seqüência empírica, quanto como forma abstrata". Nesse contexto, é evidente, as oposições um tanto formais ação-estrutura, diacronia-sincronia, história-sociologia perdem, em parte, sentido, pois seu formalismo abstrato dificulta a compreensão do fato essencial de que

(4) ABRAMS, Philip. "History, Sociology, Historical Sociology" - Past and Present (87), 1980;3-16.

entre qualquer grupo social e as regras que definem o seu comportamento existe uma interação complexa a se desenrolar no tempo. É esse processo dinâmico pelo qual as regras fazem o grupo e o grupo faz as regras que P. Abrams denomina de "a problemática do estruturar", e é em função dessa problemática que ele afirma: "a Sociologia precisa preocupar-se com seqüência de eventos (eventuation), porque é assim que se dá a estruturação. E a História precisa ser teórica, porque é assim que a estruturação é apreendida." (ABRAMS, 1980:5).

Ora, como quero buscar regras e relações pelo "estudo de um processo de crise, acredito que as proposições acima são um bom ponto de partida. Ao estudar 1917 procuro conceber a experiência humana como processos estruturados de estruturação social, entendendo que a ação do indivíduo é um produto de regras, mas que as regras são criação sua. Para tanto estudo as greves, os comícios, as passeatas da classe operária partindo do pressuposto de que todo movimento social tem duas faces, ou duas linguagens. A primeira, quase imediatamente percebida, o que não quer dizer explicada, é a imagem produzida pela ação imediata dos atores, pelo dia a dia da ação política. É a imagem dos resultados das vitórias e dos fracassos. É a imagem externa de forças sociais em conflito, em conchavos, em coalizões, em alianças, e que só pode ser explicada; ou analiticamente pensada ao nível macro-sociológico das relações de força inseridas no contexto global em que ocorrem. A segunda, mais difícil de ser percebida, é a imagem produzida pelo efeito de processos estruturados sobre os atores. É uma linguagem mais profunda, disfarçada, escondida.

é uma linguagem interior, que não remete a vitórias e fracassos - a não ser de forma indireta; e que só pode ser lida, ou analiticamente pensada se, rompendo com a problemática voluntarista dos sujeitos, se examinar as dimensões estruturais das práticas sociais. A primeira linguagem me remete aos projetos políticos, às ideologias mais formalizadas e ao tempo da diacronia; a segunda me joga no tempo sincrônico e num mundo simbólico muito mais difuso e abrangente, escorregadio e impreciso, mas tão concreto e determinante para a ação de uma classe quanto as ideologias "a cabadas" e exteriorizadas. Nestas duas linguagens, que na realidade são apenas os dois lados de uma mesma moeda, está oculta, creio eu, a chave para a compreensão da ação operária na crise de 1917. Procurar decifrá-las será, por conseguinte, o meu objetivo maior, como será também a forma de dialogar com o modelo.

2. A CRISE

"Altíssima, a carestia foi alta. Tanto é que lá em casa a gente comia pão de trigo, deixou-se de comer pão de trigo para comer pão de milho. Por causa que não vinha o trigo! Não tinha nada disso! Houve muitas casas ali que parou, o problema de comer foi todo modificado."

"Aí é que começou o desenvolvimento da indústria, porque coisas que não se fazia aqui começou a se fazer. Os industriais começaram a botar a mão! [...] Por exemplo, eu trabalhava na metalúrgica, a gerência fez uma fabricação de fechaduras. E! Na época quando foi criado esses ferro-velhos! Todo ferro que saía de construção, era posto num depósito desse e aproveitado, era vendido!"

"Não, não. Os salários pelo contrário diminuíram, que é a lei da oferta e da procura, não é? Havia mais procura de trabalho, havia diminuição de pagamentos - de

mão-de-obra. [...] O indivíduo ficava desempregado, quando voltava a trabalhar ele sujeitava-se ao ordenado que o empregador queria lhe dar." (5)

Manoel A. da Rocha, velho operário metalúrgico.

Carestia e escassez de certos gêneros alimentícios, desenvolvimento industrial e substituição de importações, depreciação dos salários e desemprego - três lados de uma história que, na verdade, tem muitas faces: o impacto da Primeira Guerra Mundial sobre a vida sócio-econômica do Rio de Janeiro.

Analisando as controvérsias geradas pelas interpretações mais recentes da Revolução Industrial na Inglaterra, E. P. Thompson tece algumas considerações que a meu ver servem como lição nos trabalhos de história econômica sobre o período que vou estudar: "Quando encontramos certas frases sonoras como 'o forte fluxo e refluxo do ciclo econômico' é preciso ficar de sobreaviso, pois atrás deste ciclo econômico existe uma estrutura de relações sociais que alimenta algumas formas de expropriação (aluguel, juro, lucro) e destrói outras (roubo, obrigações feudais), legitima alguns tipos de conflito (competição, conflito armado) e inibe outros (sindicalismo, saques de gêneros alimentícios, organização política popular) - uma estrutura que pode aparecer,

(5) Entrevistas com Manoel Alves da Rocha, antigo operário metalúrgico, nascido a 3 de abril de 1901 na cidade do Rio de Janeiro, e falecido em julho de 1979 no mesmo local. Realengo, Rio de Janeiro, 6 e 15 de agosto de 1978.

(Nas citações das entrevistas reproduz-se com fidelidade a linguagem empregada pela entrevistadora e entrevistados, não tendo sido, assim, corrigidos nenhum dos erros ou vícios de linguagem cometidos por mim ou pelos informantes).

aos olhos do futuro, tanto bárbara quanto efêmera." (THOMPSON, 1976:224-225), mas que é sempre concreta para aqueles que a vivem. O mesmo pode ser dito das controvérsias geradas pelo estudo das origens da industrialização brasileira.

A real dimensão da Primeira Guerra Mundial sobre a economia brasileira tem sido objeto de inúmeras discussões: para os autores "clássicos" (Simonsen, Caio Prado Jr., Celso Furtado)⁽⁶⁾ a guerra constitui o impulso inicial da industrialização; para os "revisionistas" (Dean, Villela e Suzigan)⁽⁷⁾ representa um corte abrupto na importação de bens intermediários e de capital, significando uma desaceleração no ritmo do processo de formação de capital que vinha ocorrendo desde 1905; para os "revisores" dos "revisionistas" (Fishlow, Flávio e M. Teresa Versiani)⁽⁸⁾ ela não é nem uma coisa nem outra, mas ambas ao mesmo tempo, já que é real a importância do surto industrial anterior à Primeira Guer-

(6) Ver por exemplo: SIMONSEN, Roberto, "Evolução Industrial no Brasil", in CARONE, E. (Ed.) Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos, São Paulo, Editora Nacional, 1973; PRADO JUNIOR, Caio, História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1959; FURTADO, Celso, Formação Econômica do Brasil, São Paulo, Editora Nacional, 1970.

(7) DEAN, Warren, A Industrialização de São Paulo, São Paulo, Dísel, s.d.; VILLELA, A. e SUZIGAN, W. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Instituto de Pesquisas Monográfica, nº 10, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

(8) FISHLOW, Albert, "Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil", Estudos Econômicos, 2 (6):7-75, São Paulo: IPE/USP, dezembro de 1972; VERSIANI, Flávio R. e VERSIANI, Maria Teresa R.O., "A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma Contribuição", Estudos Econômicos, 5 (1): 37-63, IPE/USP, dezembro de 1975. Para uma longa e minuciosa refutação de teses de W. Dean ver CANO, Wilson, Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo, Dísel, 1977.

ra Mundial, e clara a relevância, para os investimentos feitos posteriormente, dos lucros gerados pelo enorme aumento de produção do período de guerra. Para todos estes autores, no entanto, a Primeira Guerra tem valor eurístico apenas como um dos elos de uma grande cadeia de fatos econômicos, pois o que se procura é determinar as grandes linhas do desenvolvimento industrial brasileiro. Nada de mal nisso, é claro. Mas como sempre, perde-se em profundidade o que se ganha em abrangência, e com as minúcias dos detalhes ignorados se evita, inevitavelmente, a possibilidade de se perceber a enorme diversidade de fatos e vivências humanas que cada elo dessa cadeia, na realidade, condensa. Como, entretanto, é exatamente esta diversidade de fatos e vivências humanas que constitui a matéria prima da minha investigação, a mim é necessário descer aos detalhes. Só assim será possível iniciar o convívio íntimo que procuro com meus longínquos personagens, e perceber a estrutura de relações sociais que, como Thompson ressalta, existe por trás dos ciclos econômicos.

1917 é vivido pela classe operária como um ano de crise. Isso é evidente à menor leitura das fontes contemporâneas. Só um olhar mais cuidadoso pode distinguir, contudo, a variedade de forma e intensidade pela qual esta crise é de fato vivida, e perceber que essa variedade é o primeiro sinal a mostrar que, sob a denominação genérica de "classe operária", existem vivências diferenciadas, estilos de vida distintos, valores heterogêneos, além de graus variados de sujeição aos mecanismos de exploração próprios ao sistema capitalista de produção.

Em 1913, a crise internacional que antecede a Primeira Guerra Mundial atinge bruscamente a economia brasileira, reduzindo o preço dos seus principais produtos de exportação e provocando uma retração no mercado consumidor interno. A indústria têxtil, que desde 1912 vinha revelando sintomas agudos de superprodução,⁽⁹⁾ não consegue evitar a crise - importantes fábricas de tecidos do Rio e de São Paulo começam a trabalhar apenas quatro dias por semana, e várias fábricas de Minas e de outros estados fecham ou entram a funcionar à meia força.⁽¹⁰⁾ Os salários caem e a angustiosa sensação da fome invade a casa do operário têxtil. A retração dos negócios e das operações bancárias atinge proporções caóticas com a eclosão da guerra, mas começa a arrefecer já no ano seguinte. Em 1916, e principalmente em 1917, as fábricas têxteis trabalham a todo o vapor e sua produção encontra, via de regra, fácil colocação no mercado. Essa retomada do ritmo da produção industrial não destrói, contudo, o sentimento de pauperização que fora internalizado pelos operários durante os anos mais agudos da crise. Muito pelo contrário, o que parece ocorrer é o seu acirramento.

(9) Esse fato, pouco analisado nos estudos sobre a industrialização brasileira, encontra-se fartamente documentado nos relatórios do Centro Industrial do Brasil, principal associação de classe do empresariado têxtil da época. Nesta fonte encontram-se muitas evidências de que a aplicação maciça de capital ocorrida de 1908 a 1913 fora além da capacidade de absorção do mercado consumidor interno, o que torna inteligível a crise de superprodução ocorrida dois anos antes da guerra. Cf. Centro Industrial do Brasil, relatório da Diretoria apresentados às assembleias gerais ordinárias do ano de 1915 (relativo ao ano de 1914) e do ano de 1918 (relativo aos anos de 1916 e 1917).

(10) Centro Industrial do Brasil, Relatório da Diretoria apresentado à assembleia geral ordinária do ano de 1918:85.

Como os salários continuam deprimidos e o aumento da produção é obtido pelo prolongamento das jornadas de trabalho, o cotidiano na fábrica torna-se mais opressivo e a exploração da força de trabalho facilmente visível: "Nos bons dias, os serões eram das 6 às 9 horas da noite, e ganhávamos um dia; hoje a Diretoria quer que façamos três serões, das 6 horas às 8,40 da noite, para ganharmos um dia; e roubar-nos mais dia de trabalho." E nem um pio! Agora perguntamos, é justo, decente e humano que pobres chancinhas possam suportar esse trabalho exaustivo e ganhem por noite 300, 400 e 500 réis? Desumanidade incrível!!!⁽¹¹⁾ Por outro lado, a leitura feita dos anos de superprodução parece indicar a muitos operários têxteis que eles haviam sido convertidos em bodes expiatórios da incompetência alheia, o que torna a exploração da qual se sentem objeto ainda mais injusta: "Cremos... que neste estabelecimento fabril age um espírito mau. Há três anos a esta parte, os prejuízos causados aos acionistas são colossais; milhares de metros de pano foram encinerados nas fornalhas da fábrica e com ciência do diretor-gerente. O Sr. Shool, cunhado de um dos diretores e atualmente residindo em São Paulo, já não consentia, naquele tempo, que se levasse mais pano para as fornalhas da fábrica (era o chefe desta repartição); memetia para os fundos da fábrica onde então era queimado. Não há ninguém aqui... que não salva desses desmandos... Ora, é preciso que o operário sofra diminuição nos seus minguados salários e faça três serões para ganhar um dia de trabalho, pois urge cobrir

(11) Mensagem dos operários da Fábrica de Tecidos Carioca, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 23 de junho de 1917:7.

os prejuízos?"⁽¹²⁾



É importante notar, porém, que salários estagnados e depreciados, pleno emprego,⁽¹³⁾ e exploração intensa da força de trabalho são elementos que conjugados compõem a situação de vida do trabalhador têxtil, mas não da classe operária em sua totalidade. Na verdade, apesar do ritmo febril da produção industrial, muitos operários parecem não encontrar trabalho em 1917, o desemprego total ou parcial se convertendo numa ameaça constante em suas vidas. É que, se a recessão iniciada em 1913 atinge a indústria de modo geral, espalhando por todos os lados o desemprego e a redução de salários,⁽¹⁴⁾ a recuperação do ritmo da pro-

(12) Apelo dos operários da Fábrica de Tecidos Carioca, naquele momento em greve, ao Presidente da República. Jornal do Brasil, 5 de julho de 1917:10.

(13) Os relatórios de Diretoria das fábricas têxteis atestam muitas vezes considerável aumento de pessoal no período. A Fábrica de Tecidos de Linho Sapopemba, por exemplo, empregava 1.114 operários em 1916, e 2.460 em 1917. Cia. de Tecidos de Linho Sapopemba, Relatórios apresentados às assembleias gerais de 30 de março de 1917 e de 30 de março de 1918. O fato se repete em outras fábricas têxteis, configurando um quadro setorial de pleno emprego numa conjuntura de desemprego generalizado.

(14) Estudando os níveis salariais e a mobilidade social no Rio de Janeiro, Eulália Maria Lahmeyer Lobo analisou as fichas dos operários de quatro grandes empresas industriais da cidade (Fábrica de Velas Moinho da Luz, Fábrica de Bebidas Brahma, Fábricas Têxteis da América Fabril e da Cia. Progresso Industrial ou Bangu), em todas encontrando evidências da queda de salários ocorrida entre 1914 e 1917. Cf. E.O. BO, Eulália M.L. História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro), Rio de Janeiro IBNEC, 1978:621-622.

Os jornais da época também testemunham a queda dos salários ocorrida, mas enfatizam ainda mais a crise do emprego. A 15 de março de 1915, por exemplo, o periódico do Centro de Estudos Sociais, Na Barricada, comenta: "Há dias o Dr. Chefe de Polícia, apavorado com o número crescente dos sem trabalho nesta capital, para salvaguardar a ordem pública, sugere

dúção se faz, contrariamente, de forma bastante desigual, pois depende do nível de capitalização de cada setor e de cada estabelecimento, e da maior ou menor capacidade para enfrentar ou aproveitar as novas realidades econômicas geradas pela guerra.

Ao mesmo tempo em que provocam a queda dos preços dos gêneros de exportação tradicionais brasileiros - do café e da borracha, principalmente - a crise do comércio internacional e logo depois a guerra produzem também grande elevação dos preços dos bens de consumo, matérias primas e bens intermediários e de capital, o que logicamente determina mudanças consideráveis na estrutura e no volume do comércio exterior, e interfere de modo significativo no custo da produção industrial interna. Há de i-

(14) continuação

reu ao Ministério da Agricultura o alvitre de enviar para os Estados algumas levas de fámitos, sob o pretexto de lhes dar trabalho nas colônias. Só o fato de ter partido essa medida da iniciativa do Chefe da Polícia basta para caracterizá-la; não era a preocupação de matar a fome aos fámitos dando-lhes trabalho, mas apenas uma medida policial preventiva." O fracasso da medida - os operários enviados pelo Governo Federal a São Paulo, Minas, Santa Catarina e outros Estados não encontraram emprego satisfatório - faz o jornal voltar ao assunto a 15 de junho: "É muito fácil dizer que só não trabalha quem não quer, em um país como o nosso, onde há terras férteis em abundância e grande falta de braços. É verdade que há muita terra fértil e inculta, mas não há terras sem dono, senão nos inóspitos sertões ainda habitados por selvagens. Nos lugares, porém, onde o governo mandou deixar os trabalhadores que aqui estavam na miséria, não há terras disponíveis; nem instrumento de trabalho, nem sementes, nem recursos com que se pudesse manter até a primeira colheita." Na Barricada, Ano 1, nº 1, 19 de março de 1915:10 e Ano 1, nº 7, 15 de junho de 1915:135.

Em 1917, os jornais da chamada imprensa burguesa ainda faliam no elevado número de desempregados existente na cidade e sugerem sua transferência para o campo, como forma de atender aos pedidos de trabalhadores que se acumulam na Intendência da Imigração do Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura. Ver por exemplo, Jornal do Brasil, 19 de janeiro de 1917:6;27 de janáriro:5 e 23 de junho:4.

mediato, desequilíbrio da balança de pagamentos, na medida em que as importações não diminuem visando contrabalançar a queda dos preços dos produtos exportados. O deficit da balança comercial ocorrido em 1913 não se repete, contudo. A partir de 1915 o Brasil volta a dinamizar suas exportações através da venda de produtos não tradicionais (manganês; açúcar refinado, carne, arroz, feijão, milho, algodão, madeira, e até tecidos), cujos preços estáveis no mercado mundial permitem que as exportações superem novamente em valor os gastos feitos com as importações:

QUADRO III-1

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL.

VALOR DA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E BALANÇA COMERCIAL

Anos	Valor em contos de réis		
	Exportação	Importação	Saldo
1910	939.413	713.863	225.550
1911	1.003.925	793.716	210.209
1912	1.119.737	951.370	168.367
1913	981.768	1.007.495	-25.727
1914	755.747	561.853	193.894
1915	1.042.298	582.996	459.302
1916	1.136.888	810.759	326.129
1917	1.192.175	837.938	354.437

Fonte: VILLELA e SUZIGAN, Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973:439-40.

A superação dos efeitos depressivos sobre a economia da queda abrupta dos preços dos produtos tradicionais de exportação, possível em parte pela manutenção de níveis elevados dos saldos da balança comercial, assim como pela maior circulação da moeda ocorrida em função da nova política monetária⁽¹⁵⁾ e da relativa diversificação das exportações, parece ter contribuído, juntamente com a queda das importações de bens manufaturados de consumo, para um significativo aumento do mercado interno, fato que está, com certeza, na raiz da prosperidade dos industriais têxteis do período: "A razão dominante desse fenômeno (prosperidade) não está apenas na circunstância insuficiente de uma menor importação: encontra-se, principalmente, no forte aumento da capacidade aquisitiva dos Brasileiros, sobretudo do habitante do interior, que, após largo período de aperturas, no qual ganhava apenas para comer, passou a dispor de recursos pecuniários relativamente fartos, resultantes da alta crescente dos preços de guerra, alcançados por vários gêneros de produção nacional como o algodão, o açúcar, os cereais, o gado e os couros. Esse homem do interior entrou, consequentemente, a comprar diversos antigos do uso geral, entre os quais tecidos, refazendo assim o seu desfalecido guarda-roupa. A intensificação da procura de tecidos começou a desenhar-se em 1915, acentuou-se mais em 1916 e chegou

(15) Dependendo em cerca de 70% dos impostos sobre as importações, a receita federal fica seriamente abalada com a pronunciada queda no valor das importações ocorrida nos anos 1913 e 14 (ver Quadro II-1). Impossibilitado de saldar os compromissos com a dívida externa e precisando conviver com os constantes déficits orçamentários, o Governo se viu obrigado a assinar um segundo funding loan e a emitir papel-moeda, desta forma abandonando a política de contenção monetária e fiscal que vinha sendo adotada desde os anos 90.

talvez ao seu máximo no corrente ano, acompanhando de perito, os progressivos lucros agrícolas das diversas zonas do país."⁽¹⁶⁾

Nem sempre é possível, contudo, aproveitar estas circunstâncias, para alguns tão favoráveis. O enorme aumento do preço dos bens de capital e das matérias primas não permitem que a intensificação da produção ou a substituição de importações se transformem no eldorado de todos os patrões. Para tanto, é necessário dispor de capacidade ociosa e de capital de giro em quantidade suficiente a suportar com lucro o elevado aumento no custo dos insumos importados, ou ainda estar em condições de poder substituir por produtos nacionais o que não pode ser suprido pelo mercado externo. Se este é o caso dos industriais têxteis, e em certa medida dos industriais em metais,⁽¹⁷⁾ não parece ser

(16) Centro Industrial do Brasil, Relatório da Diretoria apresentado à assembleia geral ordinária do ano de 1918:85. Menos ligado à indústria têxtil, único setor industrial que já antes da guerra praticamente domina o mercado interno, o Centro de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro confere importância bem menor do que o CIB ao aumento da capacidade aquisitiva do habitante do interior, enfatizando o crescimento da demanda interna produzido pelo corte das importações de bens de consumo, como razão primordial para o desenvolvimento industrial do período. Cf. Centro de Comércio e Indústria, Relatório da Diretoria apresentado à assembleia geral ordinária do ano de 1918:47.

(17) Em sua última mensagem ao Congresso o Presidente Wenceslau Braz, por exemplo, faz a seguinte observação ao se referir à metalurgia nacional: "A orientação deve ser o emprego exclusivo do minério, desde a gusa até o refigo. Nós não temos ferro velho. Andam catando o pouco que ali existe e recurso de que só aproveita o açoita, para grandes lucros na ocasião das apurais. Bem cedo virá o corrígivo do preço exagerado, e do desaparecimento total da matéria prima e da indústria fletileia." Entre os autores contemporâneos, W. Dean, por exemplo, aponta a facilidade da utilização de metal usado e retrabalhado, e destaca a fundação de numerosas oficinas metalúrgicas de conserto ou de fabricação de peças de máquinas inteiras de ferro fundido, para a agricultura ou

o de inúmeros outros fabricantes que produzem de forma ainda artesanal ou semi-artesanal, para o mercado local.

O fato emerge com limpidez nas entrevistas feitas pelo Jornal do Brasil com líderes sindicais do Rio, visando conhecer e demonstrar ao leitor da época as verdadeiras condições de vida dos diversos ramos da classe operária da cidade: "... é necessário dizer que dos 7.000 alfaiates que trabalham, a maioria passa horríveis necessidades, porque muitas oficinas que trabalham por peça às vezes só fazem um paletô por semana. (...) antes da crise, quando a vida nos era mais fácil, as alfaiatarias pagavam 18\$000 por paletô, isto é, por casear e sem mangas, e agora pagam 14\$000 e exigem o caseado! Quanto aos oficiais que trabalham em calças, antes pagavam 7\$000 com bainhas alinhavadas e atualmente só pagam de quatro a cinco mil réis prontas. As coleteiras também sofreram com esse estado de coisas. Ganhavam 6\$000 por colete e, na quadra presente, para ganharem por peça de 3 a 4\$000 é necessário que o trabalho seja perfeitíssimo." E explica: "Os negociantes em menor escala sempre faziam diretamente as suas encomendas. Hoje não o podem fazer porque a Alfândega lhes absorve todos os lucros. Assim, os atacadistas que os servem, cobram-lhes 25 e 28\$000 por metro de fazenda que antes custava 14 ou 17\$000. Também (as casemiras nacionais) estão sendo vendidas pelo preço das estrangeiras antes da crise. ... Antes

(17) continuação

outras finalidades. República dos Estados Unidos do Brasil. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Presidente da República Wenceslau Braz Pereira Gomes. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918:94. DEAN. W. op.cit.: 106-107.

custavam sete a oito mil réis o metro, agora custam quatorze!"⁽¹⁸⁾ Já o Sr. Caiazzo, um dos diretores do Sindicato dos Sapateiros, responsabiliza o monopólio dos couros - "pois muitos pequenos fabricantes suspenderam seus trabalhos por não poderem comprar a matéria prima" -, lamenta a exportação dos couros - "o couro sai mas não volta"; e pede ao jornal que torne pública "a angustiosa situação em que se encontram ... os seis mil infelizes companheiros que estão sem trabalho."⁽¹⁹⁾ E, todavia, entre os operários ligados à construção civil que o desemprego e a pauperização se apresentam de modo mais crítico: "A construção civil está sofrendo as consequências da crise que estamos atravessando. Os mestres ainda enriquecem, mas os operários definharam, estão reduzidos à miséria. Ganhávamos os carpinteiros e pedreiros 7 e 8\$000; os estucadores, 8\$, 9\$ e 10\$000; os pintores, 7\$500 e 8\$000. Hoje os pedreiros e carpinteiros estão reduzidos a 4\$ e 4\$500; os estucadores a 5\$500, 6\$ e 6\$500; os pintores a 4\$500 e 5\$000. Os serventes ganham atualmente de 2\$ a 3\$000, trabalhando de um modo de causar compaixão (...) nas poucas obras onde os operários

(18) Entrevista com Maximiano de Macedo, militante junto a União dos Alfaiates. Jornal do Brasil, 27 de janeiro de 1917:6. O aumento dos preços dos tecidos brasileiros, no período da Ia. Guerra, é enfatizado por Fishlow e corroborado por W. Ca no. Cf. trabalhos já citados.

(19) Entrevista com José Caiazzo, diretor do Sindicato dos Sapateiros. Jornal do Brasil, 25 de janeiro de 1917:6. Em 1915, segundo as estatísticas de arrecadação do Imposto de Consumo, o Brasil consumiu na fabricação de calçados 5.434.648kg de sola, dos quais apenas 2.544kg, ou seja, 0,05t, foram importados. Com relação aos couros para corte e forros, no entanto, a participação do produto estrangeiro era bem mais elevada. Dos 1.977.382kg aproximadamente consumidos, 43,7% foi suprido pelo mercado externo. Cf. Centro Industrial do Brasil (daqui por diante CIB), Relatório de Diretoria apresentado à assembléia geral ordinária do ano de 1918:41-46.

têm trabalho são maltratados pelos mestres e encarregados, que os ameaçam de lhes dispensar os serviços, em vista da facilidade de encontrarem substitutos; que pela miséria vão se sujeitar a ganhar aquilo que lhes for oferecido."(20) "... as oficinas [de obras em mármore] quase que não têm trabalho. ... O mármore por sua vez encareceu de modo sensível. As construções já não se fazem, todos esperam o resultado da guerra para tratar desse problema. ... Há operários que não tiram mais de três dias por semana. Em algumas oficinas são eles admitidos enquanto há obras a executar, e dispensados em massa logo que terminam."(21)

Mas por que conferir tamanha importância a um punhado de artesãos, sapateiros, alfaiates, marmoristas, estucadores ou carpinteiros? Não formam eles um contingente inexpressivo na massa de operários que constitui a população proletária da cidade? É o que podem sugerir alguns estudos recentes sobre os primórdios da industrialização brasileira, sendo oportuna, assim, uma pequena digressão sobre o assunto.

Em seus trabalhos A Expansão Cafеeira e Origens da In-

(20) Entrevista com Lícínio de Almeida, delegado da antiga União Geral de Construção Civil, sindicato em fase de reorganização. Jornal do Brasil, 28 de janeiro de 1917:7.

(21) Entrevista com Manoel Ferreira Moreira, diretor do Centro dos Operários Marmoristas. Jornal do Brasil, 27 de janeiro, do 1917:6. Não foi só o mármore - importando da Itália, França, Bélgica e Portugal - que encareceu neste período; também o ferro, o aço e o cimento sofreram fortes aumentos com a guerra. Ver, a esse respeito, W. Cano e, principalmente, Villela e Suzigan, nos trabalhos já citados.

dústria no Brasil, O Capitalismo Tardio, e Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Sérgio Silva,⁽²²⁾ João W. Cardoso de Mello⁽²³⁾ e Wilson Cano, respectivamente, analisam o crescimento industrial ocorrido nos primeiros anos da República a partir do processo interno de acumulação engendrado pelo complexo cafeeiro, procurando revelar de que forma o capital-dinheiro acumulado na cafeicultura transborda para as atividades urbanas, se transforma em capital comercial, capital bancário, e capital industrial; e permite a implantação de grandes indústrias mecanizadas.⁽²⁴⁾ Nos três autores, portanto, é possível encontrar fortes argumentos (e boas evidências) para demonstrar que a evolução brasileira não repete os processos "clássicos" de industrialização, pois aqui não se verifica a gradativa transformação do artesanato ou da manufatura em produção especificamente fabril: nosso capitalismo retardatário é, no fundo, uma criança precoce, na medida em que já nasce de forma concentrada. Estariam, então, sonhando todos aqueles que falam em artesanato ou em pequenas empresas familiares quando descrovem o surgimento da indústria no Brasil? Esta questão é tratada mais de perto por Sérgio Silva e Wilson Cano.

(22) SILVA, Sérgio, A Expansão Cafеeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

(23) MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, UNICAMP, 1975, mimeo.

(24) Não estou, evidentemente, levando em consideração a especificidade de cada um destes trabalhos, nem tentando resumir o conjunto de problemas que abordam ou procuram resolver. Trato apenas da questão que, sendo comum aos três, interessa diretamente ao meu argumento.

Partindo da constatação de que as informações estatísticas disponíveis sobre o crescimento da indústria na República Velha (levantamento feito pelo Centro Industrial do Brasil em 1907, recenseamento industrial organizado pelo governo federal em 1920) agregam sob o título geral de "indústria" tanto oficinas artesanais, quanto manufaturas e grandes unidades de produção inteiramente mecanizadas, Sérgio Silva afirma, com razão, que para se dizer algo de esclarecedor sobre o nível de desenvolvimento do capitalismo neste período, seria antes preciso desagregar os dados e separar os três tipos de unidades de produção. Com esse objetivo, reorganiza os dados relativos a São Paulo e ao antigo Distrito Federal, isolando do conjunto de empresas recenseadas aquelas que empregam 100 ou mais operários (indicador das manufaturas de porte médio ou grande), ou um capital igual ou superior a 1.000 contos (indicador das unidades de produção fabris), e cruzando, então, as duas variáveis: número de operários e capital empregado. Os resultados a que chega são reveladores.

Em 1907, o conjunto de empresas com 100 ou mais operários reagrupa 82,8% do capital e 79,8% do número total de operários existentes em São Paulo, e 68,2% do capital e 56,9% do número total de operários existentes no Rio.⁽²⁵⁾ Esta descoberta torna-se mais significativa ainda à luz dos resultados relativos às empresas com 100 ou mais operários e um capital igual ou supe-

(25) No texto do seu livro Sérgio Silva raciocina com valores percentuais um pouco mais altos, porque não diminui dos sub-totais os valores relativos às 4 empresas encontradas com 1.000 contos ou mais e menos de 100 operários. Cf. SILVA, Sérgio, Op.cit., 81-91.



rior a 1.000 contos, pois elas absorvem praticamente todo o capital e mais da metade da força de trabalho empregada pelo conjunto de empresas com 100 ou mais operários. Por outro lado, a comparação com os dados referentes ao ano de 1920 permite a constatação de que a importância relativa das empresas com 100 ou mais operários se acentua entre 1907 e 1920. No Rio de Janeiro, por exemplo, elas passam a concentrar 73% do capital e 63% do número total de operários existentes na cidade. Com base nestes dados, Sérgio Silva conclui, então, pela improcedência da tese segundo a qual, no período áureo da cafeicultura, a indústria se caracteriza pela predominância de pequenas empresas familiares voltadas para mercados locais reduzidos. Na verdade, são as grandes empresas concentradoras de capital e mão-de-obra, e não as pequenas empresas de tipo artesanal, que melhor caracterizam a indústria nascente no Brasil. (26)

Não cabe aqui discutir o sentido geral destas afirmações que, na verdade, não tenho razões para negar. Não estou estudando a natureza da industrialização brasileira, e sim a ideologia e a prática da classe operária. Neste sentido, a pergunta pertinente diz respeito à importância estratégica ou numérica dos operários empregados em manufaturas e oficinas artesanais ou

(26) Esta posição também é defendida por Wilson Cano. Com relação às pequenas unidades de produção é, no entanto, mais específico. Ao estudar o processo de concentração industrial a nível das empresas, classifica três segmentos industriais segundo o tamanho e a complexidade tecnológica das unidades de produção: os segmentos simples, os intermediários e os complexos. Apenas para este último segmento afirma a inexistência de pequenas empresas de base artesanal. Cf. CANO, W. op.cit.: 206-207.

semi-artesanais: o que importa saber é se é possível afirmar, sem desconhecer o acima exposto, que os artesãos são suficientemente importantes para merecerem análise detida.⁽²⁷⁾ Acredito poder responder afirmativamente a esta pergunta por duas razões específicas.

Em primeiro lugar, não se deve pressupor qualquer correspondência direta e automática entre a dinâmica do crescimento econômico e a dinâmica da vida social e cultural (THOMPSON, 1968: 211). As grandes fábricas mecanizadas podem encerrar o segredo da natureza do processo de industrialização brasileiro, mas nem por isso conseguem guardar toda a história do movimento operário que aos poucos desponta no país. Tradições culturais e políticas, formas de organização e idéias têm uma especificidade que muitas vezes não segue a lógica do crescimento econômico. Os operários fabris podem inaugurar uma realidade futura avassaladora, e mesmo assim never sua organização ou mobilização a alguns pobres artesãos em vias de desaparecimento. A meu ver nenhum indicador econômico justifica descartar ou subestimar a relevância

(27) Ao falar em "artesão" emprego o conceito da mesma forma que Marx ao descrever o processo de trabalho na manufatura. Na manufatura "a decomposição de um processo de produção em suas várias fases sucessivas coincide inteiramente com a divisão de uma arte em suas operações manuais sucessivas. Seja complexa ou simples, cada operação tem de ser feita manualmente, restando o caráter artesanal e sendo, portanto, dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual ao manejar o seu instrumento. A arte, isto é, esteja continua sendo a base (...), pois cada processo passará pelo qual o produto passa, tem de ser realizável como trabalho parcial manual de um artesão." (MARX, 1975, Vol. 1:338; grifos meus). Ou seja, ao utilizar a categoria artesão não refiro a artífices independentes que trabalham por conta própria para seus próprios clientes, mas a trabalhadores manuais já submetidos ao controle do capital.

da hipótese.

Em segundo lugar, a importância numérica da "mão-de-obra artesanal ou semi-artesanal carioca é, em 1920, bem maior do que Sérgio Silva parece se dar conta. E é fácil prová-lo, pois corrigidos, seus próprios dados servem para demonstrar minha afirmação. Ciente das imperfeições da pesquisa realizada pelo CIB, Sérgio refaz seus cálculos, tomando como ponto de partida a margem de erro apontada pelos autores do censo. Chega, assim, à conclusão mais provável de que, em 1907, as grandes empresas concentram 43,7% da força de trabalho no Rio de Janeiro, o que revela a presença de 56,3%, ou seja, de uma população superior à metade do conjunto total de operários, empregada em pequenas empresas de base artesanal. Ao limitar suas correções ao Censo de 1907, Sérgio Silva comete, entretanto, um equívoco. O recenseamento industrial de 1 de setembro de 1920 também não trabalha com um universo perfeito. Abrange apenas as principais manufaturas e deixa de computar, entre outras, as seguintes atividades: 1) indústrias do vestuário representadas por encomendas feitas por ordem do comprador mediante ajuste: oficinas de fazer e consertar calçados, oficinas de costuras, de fazer roupa sob medida (alfaiatarias), estabelecimentos de moda, etc.; 2) empresas industriais relativas a diversos trabalhos de construção: oficinas de calçamentos em asfalto; colocação de pedras e concreto, oficinas de forração, de bombeiros, estucadores, empresas de construção de estradas de ferro, etc.; 3) padarias, barbearias, ourivesarias, etc., consideradas pelo censo como estabelecimentos varejistas; 4) indústrias exercidas a domicílio; 5) oficinas a car

go do governo (federal, estatal e municipal) e as pertencentes a empresas particulares de transporte; 6) artes gráficas; e 7) pequenas oficinas em que se fazem trabalhos de reparação ou conserto, ou se executam encomendas de particulares: oficinas de ferreiros, funileiros, serralheiros e armeiros, gravadores e estampadores, carpinteiros, marceneiros, etc. (28). Assim, sua conclusão de que, em 1920, 63% da força de trabalho industrial carioca está concentrada nas grandes empresas também é errônea; precisa ser corrigida. A população global de trabalhadores do Rio de Janeiro é muito maior do que o conjunto de operários computados pelo censo industrial, o que pode ser visto com nitidez no Quadro II.2 (na pág. seguinte) onde comparo os resultados dos censos demográficos e industrial, no item relativo à indústria, e sugiro correções.

Este quadro desvenda duas realidades que o censo industrial mascara, e que são, para mim, de grande relevância: 1º) o número de trabalhadores existentes no Rio é duas vezes maior do que o número computado por aquele censo (29); 2º) só serem in-

(28) A enumeração das atividades não computadas baseia-se nas próprias classificações e explicações do censo. Ver, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil realizado em setembro de 1920, Vol. I - Anexos (Decretos, Instruções e Modelos das Cadernetas e dos Questionários para a Execução do Recenseamento). R. Janeiro. Tip. da Estatística, 1922:55-56 e 80-88.

(29) Note-se que os 119.401 operários revelados pelos dados ajustados não refletem ainda o número global de trabalhadores existentes no Rio. O setor de transportes (44.107 pessoas pelo censo populacional), por exemplo, que inclui grande número de ferroviários, portuários e a maior parte dos trabalhadores da Light e outras companhias de transporte urbanos, não está afi representado.

QUADRO III-2

DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL NA INDÚSTRIA SEGUNDO NÚMERO DE OPERÁRIOS - D.F. - 1920

RAMOS INDUSTRIAIS	CENSO POPULACIONAL		POPULAÇÃO		DADOS AJUSTADOS	
	Números	%	Números	%	Números	%
Têxtil	14.914	9,7	19.264	34,0	14.914	12,5
Couros e Peles	1.564	1,0	631	1,0	1.251	1,0
Madeiras	17.097	11,0	1.444	2,6	11.904	10,0
Metalurgia	15.898	10,3	4.977	8,8	12.718	10,6
Corâmica	706	0,5	2.343	4,2	706	0,6
Produtos Químicos	446	0,3	3.454	6,1	446	0,4
Alimentação	5.811	3,8	7.306	12,9	5.811	4,9
Vestuário e Toucador	54.891	35,5	10.639	18,8	41.168	34,5
Móveis	1.239	0,8	2.749	4,9	1.239	1,0
Edificação	26.383	17,1	892	1,6	20.051	16,8
Construção de Aparelhos de Transporte	322	0,2	1.944	3,4	322	0,3
Produção e Transmissão de Forças Físicas	4.139	2,7	589	1,0	3.269	2,7
Indústrias de Luxo	7.470	4,8	285	0,5	3.269	2,7
"Outras"	3.607	2,3	60	0,1	-	-
T O T A L	154.402	100,0	56.577	100,0	119.401	100,0

Fontes: Para o censo populacional, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil Realizado em 1 de Setembro de 1920, Vol. II, 1a. Parte (População do Rio de Janeiro - D.E.), Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1923; para o censo industrial, Vol. II, 2a. Parte (Agriculturas e Indústrias do D.F.) Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1923; XXX-XXXIII; para os dados ajustados ver Apêndice nº 1.

cluídos os trabalhadores ignorados pelo censo industrial, a participação relativa de cada ramo da indústria no conjunto de força de trabalho se altera drasticamente. A participação percentual do setor têxtil (setor eminentemente fabril) cai de 34,1% para 12,5% (dados ajustados), e o das indústrias alimentícias de 12,9% para 4,9%. O ramo de vestuário e toucador tem sua participação aumentada de 18,8% para 34,5% e o quase inexistente setor de edificação desponta em segundo lugar, empregando 16,1% da força de trabalho. Também as indústrias de madeiras se destacam de modo significativo, na medida em que passam a concentrar 10% do conjunto total de operários, contra a percentagem de apenas 2,6% apontada pelo censo industrial. Ora, uma razão entre outras para a existência dessas diferenças percentuais é justamente a importância numérica da mão-de-obra de caráter artesanal ou semi-artesanal.

A chave da compreensão destes resultados tão diversos está nos critérios distintos que norteiam os dois levantamentos estatísticos: o censo demográfico toma como objeto a população e como unidade o indivíduo, classificado segundo sua ocupação; o censo econômico toma como objeto a indústria e como unidade o estabelecimento produtivo, classificado por segmentos industriais. Com isso em mente é fácil entender as disparidades encontradas. A diferença percentual para mais verificada pelo censo industrial no setor têxtil, alimentício e de produtos químicos, é justificada pelos autores do próprio censo, como sendo devida à maior quantidade de trabalhadores de várias outras categorias profissionais empregados nos grandes estabelecimentos fabris existentes.

nestes ramos: mecânicos, torneiros, carpinteiros, etc. nas oficinas de manutenção das fábricas de tecidos; caixoteiros, tanoeiros, caldeireiros, etc. nas fábricas de cerveja, conservas ou velas. (30) A diferença percentual para mais encontrada de forma gritante pelo censo populacional em vários ramos industriais, se explica em parte (31) pela presença dos trabalhadores manuais omitidos pelo censo industrial: na metalurgia o censo industrial não inclui as inúmeras oficinas de funileiros, ferreiros, serralheiros ou latoeiros espalhadas pela cidade; do ramo de vestuário e toucador exclui as alfaiatarias, as pequenas oficinas de calçado e toda exploração exercida a domicílio; o setor de construção civil é praticamente suprimido, pois na indústria de edificação não são incluídas nem as próprias empresas construtoras, nem as várias oficinas de carpintarias, colocação de pedras e concreto, estucadores, frentistas, etc. que proliferam no ramo; por fim, das indústrias de luxo são eliminadas as várias atividades ligadas às artes gráficas. (32)

-
- (30) A mesma razão procede para parcialmente explicar a diferença para menos encontrada pelo censo industrial no setor de madeiras. Muitos dos operários classificados pelo censo populacional como sendo do setor de madeiras - caixoteiros, tanoeiros, cesteiros, etc. - são subtraídos deste setor pelo censo industrial e computados nos ramos correspondentes aos estabelecimentos fabris nos quais estão empregados. A isso se soma a exclusão, pelo censo industrial, das pequenas oficinas de fabricação de móveis e de quase toda a construção civil.
- (31) Digo em parte porque o resto da explicação é dado pela supressão, pelo censo industrial, de todas as oficinas industriais estatais e de certas oficinas industriais particulares como as oficinas de manutenção das empresas privadas de transporte; as da Light, por exemplo.
- (32) A esse respeito, ver: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil Realizado em 1 de Setembro de 1920, Vôl. V, Ia. Parte, (Indústria). Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1927. LXX-LXXI.

Não é necessário continuar explorando as diferenças percentuais que o Quadro III-2 aponta. Elas podem ser rapidamente entendidas por uma simples consulta ao censo. Vale a pena, contudo, chamar a atenção para dois pontos que podem passar despercebidos, mas que merecem ser retidos. O primeiro refere-se à exploração exercida a domicílio, e serva para destacar a importância da mão-de-obra artesanal ou semi-artesanal, num ramo industrial cujos operários estão entre os mais combativos na época.

A primeira vista pode-se supor que a mão-de-obra domiciliar inclui apenas alfaiates, costureiras, coleteiras ou calceiras que trabalham em casa fazendo roupas sob medida para fregueses particulares, ou para pequenas oficinas ou casas de moda. Só a presença destes profissionais, no entanto, não basta para explicar a diferença brutal de 30.529 trabalhadores que a comparação entre os dois censos e o ajustamento proposto fazem emergir no setor de vestuário e toucador. Para entender este dado, é preciso lembrar que este setor também engloba a indústria de calçados, e colocar ao lado dos alfaiates e costureiras o elevado número de sapateiros que, concentrados no Rio, constituem, talvez, o maior núcleo de trabalhadores desse ofício existente no país. No setor de calçados (que depois dos tecidos e das bebidas é o ramo de maior relevância na produção industrial do período), embora haja grandes fábricas mecanizadas e concentradoras de mão-de-obra semi-especializada, a participação do artesão é uma realidade que não pode ser desconsiderada, pois seu trabalho é utilizado pela maior parte das fábricas de sapatos

daquela época, não só no Rio, como no Brasil⁽³⁴⁾. Entre estes operários salientam-se por exemplo, os pespontadores, muitos deles trabalhadores domiciliares, como pode ser visto no trecho da entrevista:

"Uma coisa que o senhor havia me dito da outra vez: é que as fábricas pequenas, em 1917, 18, quase nunca tinham bancada de pesponto.

- Não, a maioria delas não. Trabalhava fora, nas casas deles mesmos.

.....

Eu vou te dizer o que foi. As fábricas pequenas não tinha lugares pra botar tudo, bancada. Então o sujeito [palavras inaudíveis] em três ou quatro máquinas. Então eu posso fazer uma sala, um quarto, ou na minha casa, no quintal, área. Então eu botava aquelas cinco máquinas - uma esquerda, três de bancada, e uma máquina de chanfrar - então eu pegava a obra nas fábricas de calçado e levava pra minha casa e pagava meus três operários: Era o pespontador. (...)

- O pespontador, em geral, empregava outros operários também?

Podia empregar. Que eles panhavam obra pra trabalhar

(33) Em 1916, o CIB arrolou 116 fábricas brasileiras de calçados de mais de 12 operários, que juntas empregavam 15.597.000\$000 de capital, 1.466 cavalos a vapor e 7.310 operários. Visando demonstrar a necessidade destas fábricas, "salvo o caso de certos calçados de luxo", conquistarem a grande produção parcelada das pequenas oficinas manuais existentes no ramo, o CIB completa seus dados com informações retiradas da Estatística do Imposto de Consumo do ano de 1915 (o que verifica a existência de 117 fábricas de mais de 12 operários, 61 de 6 até 12, e 4.518 pequenas oficinas de menos de 6 operários) e compara os dados dos dois levantamentos. Em 1916, as 116 fábricas por ele arroladas produziram 5.800.493 pares de sapatos. Assumindo que a produção total de 1916 não fora inferior à de 1915, e comparando a produção destas 116 fábricas com a produção total de 1915 (13.658.099 pares), o CIB conclui que as 4.580 oficinas produziram 7.857.606 pares de sapatos, ou seja, 1.751 pares em média, contra a média de 50.000 pares produzidos pelas 116 fábricas maiores. O CIB adota a média de 3 operários para as oficinas manuais, estimando, portanto, em 13.740 o número total de operários empregados nestas unidades de produção. Centro Industrial do Brasil. Relatório de Diretoria apresentado à assembleia geral ordinária do ano de 1918:48-51.

com eles. É ele que fazia o pagamento do pessoal dele. Ele recebia na fábrica aqueles salários e vinha pagar o pessoal dele igualzinho e talvez até melhor que a fábrica! Salários mais elevados." (34)

O segundo ponto refere-se ao peso numérico da construção civil - 20.051 trabalhadores - e ajuda a contextualizar os comentários, freqüentes nos jornais da época, sobre "a vaga sombria dos desocupados", trazendo-me de volta às asperezas de 1917.

O período de Guerra é particularmente duro para os operários ligados à construção civil. Cimento, ferro, aço, mármore, carvão de pedra sofrem forte aumento e grande queda de importação, determinando por toda a parte diminuições bruscas no ritmo das construções. Com base nos dados de R. Simonsen, W. Cano afirma que em São Paulo, por exemplo, o número de construções apresenta em 1914 uma queda, em relação aos níveis de 1913, de aproximadamente 40%, caindo em 1915 para 20% do nível de 1913, e continuando a se reduzir entre 1916 e 1919 (CANO, 1977:167). O mesmo acontece no Rio de Janeiro, e talvez de forma mais acentuada ainda, devido à retração dos gastos públicos e à importância das verbas Federais para a vida econômica da cidade.

Por ser a capital do país, o Rio tem de conviver com a presença do Executivo Federal. Ora, se por um lado isso acarreta perda de autonomia política e administrativa, por outro pro-

(34) Entrevista com Pedro Gonçalves da Andrade, ex-operário sapateiro, nascido em 1897 em Tinguá, interior do Estado do Rio. Pedro G. de Andrade veio para a cidade do Rio de Janeiro em 1911, onde aprendeu o ofício e viveu o resto da vida. Entrevista feita em Niterói, Rio de Janeiro, a 5 de março de 1978.

(35) duz ganhos econômicos tangíveis. Entre estes está, com certeza, o grande volume de recursos mobilizados pelos Prefeitos e pelas agências governamentais federais (principalmente os Ministérios da Viação e Obras Públicas, e da Justiça e Negócios Interiores), e gasto na cidade em obras de infra-estrutura e aembelezamento. Tais transferências de recursos, já marcantes nos primeiros anos da República, se acentuam bastante na primeira década deste século, encorajadas pelos saldos crescentemente favoráveis da balança comercial brasileira.

Em 1902, o Prefeito Carlos Leite Ribeiro conduz com sucesso as negociações para a concessão de vultoso empréstimo externo, visando a realização de inúmeras obras no Rio. A cidade conhece, então, com Pereira Passos, seu sucessor no cargo, verdadeira revolução urbana. De 1902 a 1906, se inicia, entre outras

(35) Pela Lei Orgânica do Distrito Federal, decretada em setembro de 1892 e consolidada em março de 1904, o Prefeito (poder executivo) é nomeado pelo Presidente da República para um mandato de tempo indeterminado (é conservado no desempenho de suas funções enquanto bem servir) e tem poder de veto sobre qualquer lei ou resolução aprovada pelo Conselho de Intendentes Municipais (poder legislativo), eleito por voto direto para um mandato de 2 anos improrrogáveis. O Conselho tem 2 sessões anuais de no máximo 70 dias cada uma, só podendo se reunir extraordinariamente sob convocação do Prefeito Municipal ou do Presidente do Conselho. O veto apresentado pelo Prefeito às leis e resoluções do Conselho é submetido ao conhecimento do Senado Federal, qualquer que seja a natureza daqueles atos, mas só pode ser rejeitado se a decisão do senado reunir dois terços dos votos dos senadores presentes. No caso de anulação da eleição dos Intendentes, ou em qualquer circunstância que prive o Conselho de se compor ou de se reunir, o Prefeito administra e governa o D.F. O Prefeito nos seus impedimentos ou faltas tem no entanto substituto de nomeação direta do Presidente da República. Consolidação das Leis Federais sobre a organização municipal do Distrito Federal. Decreto nº 5.160 de 8 de março de 1904.

obras, a construção do cais de Inhaúma e Maria Angu, na Avenida Beira Mar; Teatro Municipal, Pavilhão Mourisco, Mercado das Flores, Mercado Municipal, etc.; abre-se ou se alarga inúmeras ruas, assim como se retifica o alinhamento e o nivelamento (inclusive das calçadas) de muitas outras; faz-se a ligação do Méier com o Engenho Novo, Engenho de Dentro, Piedade, e Cupertino (Hoje Quintino), e se procura resolver o problema do escoamento das águas pluviais; canalizam-se rios, limpam-se e se muram terrenos baldios; faz-se novo revestimento das muralhas do Canal do Mangue. A volúpia das obras públicas, alimentada pela interferência direta dos poderes federais,⁽³⁶⁾ prossegue menos intensa, mas ininterrupta, por muitos anos ainda, inchando sobremaneira o exército de operários da construção civil, que assim cresce e vive cavando, construindo e consertando, até que a dura realidade da guerra lhe traz de súbito o desemprego.

Em 1914, o estrangulamento das importações determina queda tão profunda no montante dos impostos arrecadados e, por conseguinte, na receita federal, que a política de obras públicas se converte momentaneamente numa aventura perigosa demais para ser vivida com a intensidade anterior: "enfrentar energicamente

(36) Para dar apenas um exemplo, neste mesmo período, o Presidente Rodrigues Alves cria duas comissões subordinadas ao Ministério da Viação - à primeira cabe supervisionar as obras do porto e construir as avenidas Rodrigues Alves, Lauro Müller e Francisco Bicalho; à segunda, abrir e construir a Avenida Central, hoje Rio Branco. A construção do cais do porto pode ser encarada como obra de responsabilidade federal, a das avenidas, porém, é nitidamente da esfera municipal. Por outro lado, é preciso não esquecer que por ser nomeado pelo Presidente da República e ter a ele livre acesso, o Prefeito atuava no Rio como um preposto do governo federal.

te o problema econômico-financeiro, pela redução implícita das despesas públicas e dos encargos por contrato, e alcançar o indispensável equilíbrio orçamentário, a fim de retomar o serviço da dívida externa em espécie," são assim duas das principais metas do governo Wenceslau Braz, período durante o qual se desenvolve a crise que venho analisando.⁽³⁷⁾ Na raiz do mal-estar provocado pela grande massa de desocupados existente no Rio está, portanto, além dos desequilíbrios causados pela guerra à indústria ou ao comércio,⁽³⁸⁾ a contenção das despesas do Estado e a momentânea suspensão das obras de infra-estrutura urbana: pelo decreto nº 12.113 de junho de 1916, o governo federal cancela a construção de onze armazéns externos no cais do porto, contratada em 1913 a Rebecchi & Cia., e paralizada desde 1914; pelo decreto nº 12.182 de agosto de 1916, referenda acordo com Sir Jackson (Sul América) Limited para que não fossem mais executadas obras de prolongamento do porto no trecho compreendido entre o Arsenal da Marinha e a Ponta do Calabouço.⁽³⁹⁾ O fato se repete a nível municipal. Rivadávia Correia, Prefeito de novembro de 1914 a maio de 1916, ainda inicia algumas obras, mas a situação crítica

(37) Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da Primeira Sessão da Décima Legislatura pelo Presidente da República Wenceslau Braz P. Gomes. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918:6. Note-se que a redução dos gastos federais não significa de modo algum a supressão total da política de investimentos públicos. As obras contra a seca no Nordeste, por exemplo, continuaram intensas durante todo o governo Wenceslau Braz.

(38) Entre os efeitos das transformações ocasionadas pela guerra do comércio exterior do Brasil, está o aumento da mão-de-obra ociosa no porto do Rio de Janeiro, principalmente entre os membros da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, sindicato cujos sócios tinham no armazenamento e arrumação de sacos de café, sua mais importante fonte de trabalho.

(39) Mensagem acima citada: 54-57.

das finanças municipais (10.813:111\$777 de déficit em 1915, e 15.080:939\$490 em 1916) fez com que Azevedo Sodré (maio-1916/janeiro-1917) e Amaro Cavalcanti (janeiro-1917/novembro-1918) adotem uma política de economias e sequer cogitem de melhorar a zona urbana. Amaro Cavalcanti chega, inclusive, a suspender toda e qualquer nomeação, a exonerar os funcionários para os quais não há verba de despesa prevista no orçamento, e a ordenar que "se fizesse cessar todas aquelas [obras] cuja paralização não ocasionasse dano ou prejuízo maior aos cofres municipais; devendo, em consequência, serem também dispensados os operários; a pouco e pouco, e depois de pagos integralmente dos seus salários".⁽⁴⁰⁾ O fato é importante, porque aumenta de modo significativo a taxa de desemprego numa cidade duramente castigada por problemas de abastecimento e alta dos gêneros alimentícios. E nada mais dolorosamente concreto do que a opressão da escassez e da carestia para quem não encontra emprego, ou se sente explorado por trabalho intenso e salários minguados.

Poença crônica de um país que sempre dedicou suor e sangue à produção quase exclusiva de bens primários para o comércio exportador, a escassez de gêneros alimentícios no mercado interno assume, com a Primeira Guerra Mundial, dimensões de crise aguda.⁽⁴¹⁾ O esforço de guerra transforma os países beligerantes

(40) Os operários das obras municipais não recebiam desde outubro de 1916. "Mensagem do Prefeito Amaro Cavalcanti lida na sessão do Conselho Municipal de 23 de junho de 1917" - Jornal do Brasil, junho de 1917:7.

(41) Segundo Maria Yedda Leite Linhares, "todo o século XIX, até os anos finais da Guerra Europeia de 1914/1918, [o Brasil] viveu em estado de crise etônica de abastecimento, e a fome nunca deixou de expressar os seus queixumes, se não a

em vorazes importadores de alimentos, tornando lucrativa a exportação de gêneros de primeira necessidade. E como, segundo a lógica do capitalismo, as leis da oferta e da procura devem comandar soberanas o mercado, gêneros até então pouco exportados são subtraídos ao consumo popular e vendidos em quantidades crescentes no mercado externo:

QUADRO II-3

EXPORTAÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, 1913-1917
(em toneladas)

Produtos	Anos					Aumento % 1916-1917
	1913	1914	1915	1916	1917	
Arroz	51	4	15	1.315	44.639	3.295
Feijão	7	4	304	45.817	93.536	104
Milho	1	3	-	4.933	24.054	388
Açúcar	5.397	31.875	59.184	54.445	138.169	154
Carnes*	243	426	10.902	41.639	81.732	96
Banha	25	3	4	4	10.235	255.775
Farinha mandioca	4.876	5.063	4.629	5.370	18.745	249
T O T A L	10.600	37.376	75.036	153.523	411.110	168

* Inclui carne em conserva, carne de vaca resfriada e congelada, e xarque.

FONTE: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, Resumo de Várias Estatísticas Econômico-Financeiras, Rio de Janeiro, Tipografia de Estatística, 1924, pp. 48-51.

(41) continuação

pequena favoreta, que esta poucas oportunidades tinha de encaminhar seus problemas, pelo menos aqueles que se organizava em função de um mercado interno." Cf. LINHARES, Maria Yedda L. O Problema do Abastecimento numa Perspectiva Histórica, 1530/1918. Rio de Janeiro, 1979, mimeo.

O quadro torna-se mais significativo, ainda, se a ele for agregada a informação adicional de que tais exportações são acompanhadas por um brutal descenso das tradicionais importações de gêneros alimentícios:

QUADRO II-4

IMPORTAÇÃO DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, 1913-1917
(em toneladas)

Produtos	Anos					Variação % 1916-1917
	1913	1914	1915	1916	1917	
Arroz	7.777	6.635	6.948	714	35	- 95
Feijão e fayas	8.545	5.315	1.318	995	134	- 86
Xarque	14.371	3.936	2.054	782	1.571	+101
Bacalhau	49.569	36.051	33.032	23.831	20.569	- 14
Trigo/grão	438.426	382.295	370.745	423.872	191.935	- 55
Trigo/farinha	170.160	133.589	128.812	118.121	109.960	- 7
T O T A L	688.848	567.721	542.909	568.315	324.204	- 43

FONTE: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, Resumo de Várias Estatísticas Econômico-Financeiras, Rio de Janeiro, Tipografia de Estatística, 1924, p.54.

Ou seja, exatamente quando decaem as importações de alimentos, exporta-se a já insuficiente produção nacional. E para tornar as coisas piores, a isto se soma o emissionismo adotado pelo Governo Federal visando contrabalançar os déficits orçamentários, combater a retração dos primeiros meses de guerra e finalmente a política de sustentação do café. Não é de admirar, portanto, a escassez produzida e o galopante processo inflacionário ocorrido. O abastecimento torna-se caótico em todos os centros urbanos industrializados, entrando virtualmente em colapso.



no Rio de Janeiro, em razão das dimensões de sua população e dos problemas e interesses envolvidos com sua alimentação.

Apesar de ser o centro cultural e administrativo do Império e da República, o Rio jamais consegue resolver satisfatoriamente a questão do fornecimento de gêneros de primeira necessidade. A precariedade da produção de leite, ovos, aves e hortaliças nas chácaras e granjas dos subúrbios, assim como a inexistência de vias públicas adequadas ligando a cidade ao então chamado sertão carioca, fazem com que a maior parte dos gêneros cheguem ao Rio com mais facilidade e em maior quantidade dos Estados vizinhos do que propriamente da suas redondezas.⁽⁴²⁾ Este fato, aliado à distância das fontes de provisão de milho, carnes bovina e suína, manteiga, banha, queijos e toucinho (Minas Gerais, principalmente), tem, como Maria Yedda Leite Linhares demonstra, dois

(42) Em mensagem ao Conselho Municipal assim descreve Amaro Calvanti a situação do fornecimento local de gêneros à cidade do Rio de Janeiro: "O território do P.F., quase todo ele fertilíssimo, subsiste grande parte inculto; e a pouca lavoura que ali se pratica não obedece até agora a nenhum sistema ou método recomendável para a boa cultura dos diferentes legumes e cereais... De outra parte, não existem estradas ou caminhos devidamente construídos e cuidados o bastante para facilitar o transporte dos gêneros... de localidade a localidade; nem tão pouco mercados locais em sitios bem escolhidos, para os quais possam ser levados os produtos das lavouras mais próximas... O que com este nome se encontra não passa de pequenas áreas reservadas em várrios povoados para servirem de feira eventual aos poucos gêneros que para ali sejam conduzidos pelos lavradores da vizinhança... A avicultura, a qual pedia ser praticada com inegável vantagem nas vizinhanças da cidade, continua igualmente assim descartada..." Cf. Mensagem do Prefeito Amaro Calvanti lida na sessão do Conselho Municipal de 23 de junho de 1917 - Jornal do Brasil, 24 de junho de 1917:7. Os subúrbios cariocas eram, por sinal, de acesso tão difícil que foram apelidados por Pereira Passos de Mato Grosso.

efeitos principais: 1) a estrutura de transportes e comercialização necessária ao abastecimento do Rio escapa às possibilidades do pequeno produtor; este, quando situado nas proximidades da cidade, ou entrega seus produtos às sociedades que exploram o comércio de gêneros alimentícios, ou coloca seu reduzido excedente no mercado ambulante. 2) Os produtores mais distantes acabam se subordinando às normas estabelecidas pelas firmas de fazendeiros comerciantes que passo a passo assumem posições de destaque na praça do Rio de Janeiro e nos negócios políticos da cidade (LINHARES, 1978-105).⁽⁴³⁾ Surgem, então, a figura do atravessador, o poder dos monopólios, a prática da especulação. E com eles nascem as denúncias dos políticos em horas de maior dificuldade, os choques de interesses com a Municipalidade, e a revolta surda dos que se sabem explorados. A história do abastecimento no Rio é, assim, pontilhada de momentos críticos, de medidas paliativas e de conflitos,⁽⁴⁴⁾ 1917 sendo apenas um destes momentos de catalização e revelação de contradições nunca superadas.

(43) A autora também ressalta que o cultivo do café pelo Vale do Paraíba, chegando até Minas e Espírito Santo, provoca o deslocamento cada vez maior das fontes de abastecimento do Rio. Com isso aponta o principal fator determinante das dificuldades do abastecimento urbano no país como um todo: o latifúndio exclusivamente voltado para a monocultura de exportação.

(44) As raízes profundas da carestia dos gêneros alimentícios no Brasil (monocultura e especulação monopolística da distribuição) foram apontadas e brilhantemente analisadas por Sebastião Ferreira Soares, já em 1860. Veja: SOARES, Sebastião F., Notas Estatísticas sobre a Produção Agrícola e Carestia dos Gêneros Alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro, IIEA/INPES, 1977 (reedição). Para estudos recentes sobre o abastecimento no Rio, ver além da obra já citada, LENHARO, Alcir, As Trovas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil - 1808-1842, São Paulo, Símbolo, 1979; e LINHARES, M. Yedda L. e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da., História Política do abastecimento (1918-1974), Brasília, BINAGRI, 1979.

De longe a cidade mais populosa e diversificada do país, concentrando quase todo o corpo burocrático do Governo Central, um setor comercial e de serviços hipertrófiado, e enorme contingente de operários nos limites mesmos de seu perímetro urbano, o Rio se transforma, ao ser golpeado pela forte carestia dos anos de guerra, no palco de um conflito que tende a se tornar cada vez mais explosivo.

Alguns jornais iniciam campanha contra a alta vertiginosa dos preços e enchem suas páginas com editoriais indignados (45) e com a ironia dos leitores: "todos os governos Inteligentes impõem tabelas fixas de preços, tabelas que põem cobro à especulação. Mas o Governo, que parece ter cabeça de cabaça, deixa correr o marfim, e não quer ouvir os clamores do povo, a vítima eterna. Vá andando assim que mal vai. (...) Quem avisa meu amigo é. Ora, eu que vivo entre o povo, e que todos os dias lhe tolho o pulso, vejo os ares turvos, muito turvos. Ali fica o aviso ao Sr. Wenceslau, que é, pelo visto, quem manda nos seus ministros." (46)

(45) Mais voltado para as regras da novíssima arte republicana de apaziguar as desavenças dos chefes locais que para a dolorosa realidade em que se debatem os desafortunados, o responsável pela administração pública não viu ou não teve tempo alhuma para medir a extensão do protesto ... contra a bárbara agraviação das condições atuais da vida nesta capital." Jornal do Brasil, editorial de 22 de janeiro de 1917; 4. Não só o Jornal do Brasil, como vários outros jornais do Rio de Janeiro defendem algum tipo de intervenção do Estado para solucionar o problema da carestia;

(46) Jornal do Brasil, Coluna "A Pedido". 14 de fevereiro de 1917:11.

Na Câmara Federal começam a se ouvir discursos inflamados. Nicanor Nascimento, entre outros, acusa a burguesia de tentar contra a lei natural da oferta e da procura, por práticas monopolísticas: - "um grupo poderoso de açoitadores riquíssimos adquire nos Estados de Minas, São Paulo e Rio as colheitas, não só pendentes como aquelas que não se acham semeadas, para que dentro desse espaço de tempo possam, por um monopólio assim colossal, impor o preço das suas mercadorias contra a fome da massa enorme da população brasileira" - e sem distinguir a fração diretamente vinculada ao abastecimento (usineiros, xarqueadores, beneficiadores de cereais, etc.) da burguesia como um todo, ataca indiscriminadamente a "alta, a fina flor da finança" e as "leis exageradas de pretensa proteção às fábricas do país" mas de "verdadeiro apoio aos monopólios", pedindo com insistência o controle das exportações e a intervenção do Estado no mercado interno de gêneros. (47)

O Prefeito nomeia Comissão de 14 Intendentes Municipais para estudar e procurar debelar as causas da carestia, e convida a participar de suas reuniões, ou nelas se fazer representar, o Sr. Ozório de Almeida, Presidente Interino do Centro Industrial do Brasil. A Comissão colhe dados pelos armazéns e trapiches da cidade e, ao final de alguns meses apresenta um Relatório apontando "como primordial fator da elevação de todos os preços, a gananciosa exploração de determinados capitalistas", e encaminhan-

(47) Discurso de Nicanor Nascimento, Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 13 de junho de 1917, Vol. III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1918:403.

do dois projetos à Câmara Municipal: o primeiro, autoriza o Prefeito a estabelecer durante o período de guerra armazéns para a venda de retalho de alimentos, conforme tabela de preços a ser aprovada pela Prefeitura; o segundo, a abrir concorrência para o fornecimento da carne verde à população a preços não superiores a 600 réis o quilo.⁽⁴⁸⁾ Além do Relatório, a Comissão escreve também longo Parecer sobre o assunto, propondo ao final medidas como: a redução dos fretes que gravam os gêneros de primeira necessidade, e estabelecimento nos vapores do Lloyd, ou de qualquer outra empresa subvencionada, preferência de praça e embarque para alimentos, quando destinados declaradamente ao consumo interno; promoção no Rio e em seus arredores de feiras livres onde, sob a proteção dos fretes reduzidos e da isenção de impostos, os pequenos produtores possam vender diretamente seus produtos ao consumidor; decretação de lei repressiva dos trustes, nos moldes da lei Sherman.⁽⁴⁹⁾

O Centro Industrial do Brasil, que participa de todas as reuniões da Comissão de Intendentes Municipais (representado pelo Secretário Geral, Sr. J.A. Costa Pinto) assina o parecer encaminhado ao Prefeito e ao Presidente da República) e ainda põe lenha na fogueira. Abaixo de sua assinatura, Costa Pinto

(48) Relatório da Comissão de Intendentes Municipais encarregada de estudar as causas da Escassez e Carestia dos Gêneros Alimentícios, lido na Câmara Municipal, sessão de 6 de agosto de 1917. O Debate, 23 de agosto de 1917:12-15. O relatório foi publicado em quase todos os jornais da cidade, podendo ser encontrado em outras fontes. Cf. por exemplo Jornal do Brasil, 10 de agosto de 1917:8.

(49) Centro Industrial do Brasil, Relatório da Diretoria apresentado a assembleia geral ordinária do ano de 1918:55-57.

faz algumas restrições a conceitos da parte expositiva do documento, mas propõe a inclusão da seguinte medida saneadora: "propôr mover a revisão das taxas de armazenagem nos trapiches oficiais, no sentido de as aumentar de mês a mês, ao contrário do que se pratica." E justifica: "atendendo a que, pelos dados estatísticos examinados, é um fato o aumento geral do estoque de alguns gêneros alimentícios do Distrito Federal", é conveniente ao Governo se livrar da acusação de que o sistema de taxas de armazenagem nos trapiches sob sua dependência facilita a possibilidade de açambarcamento de gêneros de primeira necessidade.⁽⁵⁰⁾ Ou seja, o Centro Industrial do Brasil reconhece na prática a especulação dos preços dos alimentos, e assume de público atitude contrária aos interesses do Comércio.

A reação, é claro, não tarda. Os retalhistas de carne acusam os frigoríficos de pretenderem envenenar a população vendendo carne estragada, e iniciam resistência contra as medidas tomadas pela Prefeitura, em particular o tabelamento da carne, a suspensão provisória da matança de bois para consumo, e o contrato feito com Cia. de Frigoríficos Britânica. O Centro de Comércio e Indústria, ao qual se filia a maior parte das firmas atacadistas responsabilizadas pela carestia, mobiliza o apoio da Associação Comercial e em reunião agitada contra-ataca. A causa da carestia não está no excesso das exportações ou na especulação interna dos preços, e sim nas dificuldades de transporte e no exagero dos fretes e impostos: "os culpados são os que au-

(50) Centro Industrial do Brasil, Relatório da Diretoria apresentado à assembleia geral ordinária do ano de 1918:58-59.

tam delirantemente as despesas públicas, despendendo a farta, sem peso nem medida, ... fazendo emissões de papel moeda à jato contínuo, criando impostos sobre impostos, aumentando os fretes para todos os artigos necessários à vida do povo, fretes esses que subiram de 300%... ." A causa da carestia é no fundo político-administrativa: "a crise se vem avolumando em consequência da falta de responsabilidade dos nossos estadistas e financeiros que nos arruinam. Por que, pois, atirar a responsabilidade para as classes produtoras do país, quando os verdadeiros responsáveis são os profissionais da política? (51)

A carestia de vida é, assim, fator importante na crise sócio-econômica de 1917. Atingindo a população como um todo, e não apenas a classe operária, ela se transforma no elemento catalizador do descontentamento popular e acaba provocando escaramuças e choques mais violentos entre as diversas frações da burguesia, quando as autoridades federais, visando contornar o problema, criam o Comissariado de Alimentação Pública em junho de 1918.

(52) É importante notar, no entanto, que o circo só começa a pegar fogo depois que um punhado de líderes operários vai à rua e

(51) Discurso de Dias Tavares na reunião conjunta das duas entidades de classe realizada a 8 de agosto de 1917. Relatório do Centro de Comércio e Indústria, relativo ao ano de 1917: 77.

(52) Sobre o Comissariado de Alimentação Pública ver: LINHARES, M. Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos T. da., op. cit. BEIGELMAN, Paula. Os Companheiros de São Paulo, São Paulo, Editora Simpôlo, 1977.

grita a plenos pulmões que a fome e a miséria tinham que ter um ponto final. (53) Convém, com isso, ouvir com cuidado as suas vozes, quanto mais não fora porque, também entre os operários, a carência é um tema que desnuda posições divergentes e abertamente conflitantes, revelando fissuras até agora insuspeitadas.

(53) O caráter operário da iniciativa do protesto transparece claramente nos jornais da época. Transcrevo apenas um pequeno comentário, a título de exemplo: "Em certa revista portuguesa, vimos há anos um não te rales, tipo perfeito de indolência e da resignação de certos parados. Era uma caricatura de galhofa, sendo um retrato completo. Nós todos somos os não te rales deste Brasil, que tem orchata nas velas. E o caso de dizer que o bruto a nada se move, ainda que o esplacasse e levem couro e cabelo. O quitandeiro eleva os preços, e nós muita. Os produtos nacionais sobem, e nós muita. Os cigarreiros carregam nas mixórdias tabaqueiras, que impingem como sendo uma pureza, e nós muita. Todos nos roubam sem dó nem piedade, e nós muita.

Bolas para tanta muita!

Deixar andar e que corra o marfim. Os ricos não se importam. Os pobres têm medo da polícia. E cá vamos andando e aguentando sem protestos, sem indignações. Apenas alguns operários se desfazem a dizer celdas ásperas em concelhos públicos. [...]

Há uma entidade mais forte que a Razão e a Justiça, e não há energia e força que lhe resistam.

E é não te rales deste país de sibiás, de cantigas a vila, de exelinos e tráficantes. Bolas! José Laranjeira." Jornal do Brasil, coluna "A Pedido", 14 de fevereiro de 1917:II. (grifos do jornal).

CAPÍTULO III
A REAÇÃO OPERÁRIA



"Uma crise econômica em si mesma não é nunca estratégica, ela apenas se torna estratégica quando transposta ao nível político."

Debray

É característica da crise política projetar lideranças. Tal como Debray analisa, "as condições objetivas formam sempre um quadro de determinações que limitam o leque de alternativas ou respostas possíveis aos acontecimentos, mas, na crise, estas determinações parecem de algum modo se retrair para colocar em primeiro plano a atividade consciente e criadora das direções políticas." Assim, se dada a polarização das forças sociais em conflito a margem de iniciativa dos atores se reduz violentamente, (a crise se apresentando como bifurcação, escolha entre alternativas extremas), justo por esta razão o peso das decisões se torna imensurável. É como se houvesse uma "contracção súbita dos tempos passado e futuro no presente [...]. A crise resume um passado complexo e, sobretudo, prefigura um período futuro. Achamento das perspectivas ôticas: o longínquo é rebatido no imediato, colocando-se em primeiro plano: E por isso que a solução escolhida, a linha adotada e a conduta observada podem ser encaradas como decisivas; havendo um encurtamento dramático dos prazos: o que for necessário fazer terá de ser feito imediatamente;

e o que se fizer terá efeitos por um longo período de tempo." A distância entre o plano da estratégia e o plano da tática torna-se, então, mínima. Na realidade, a estratégia se apresenta como tática. Investe-se na tática diretamente. De fato, nela se conta." DEBRAY, 1970:1959-60; grifo do autor). (1)

Configura 1917 período de crise política assim tão profunda? No Brasil, claro que não. Mas é regra básica da investigação histórica não projetar o conhecimento presente no passado que se analisa, mas examinar os fatos a partir da lógica de seus contemporâneos. Para se compreender o movimento operário em 1917 é importante notar, portanto, que na percepção e na raiz da ação de pelo menos um grupo de intelectuais e/ou militantes operários existe o sentimento nítido de que se vive uma conjuntura excepcional, limiar da grande crise. Defendendo a viabilidade e, sobretudo, a relevância do Congresso Anarquista Sul-Americano, a se realizar no Rio em 1915, assim escreve Astrójildo Pereira, nas páginas do Na Barricada, edição de 15 de junho desse mesmo ano:

"Parece que nem todos compreenderam ainda a grandeza decisiva destas horas trágicas que vivemos. Não é possível que, terminada a luta colossal dos bandidos do patriotismo e do industrialismo guerreiro, continue a vida universal nas mesmas condições materiais e morais de antes da guerra. Profundas e radicais transformações se fazem de operar. O desequilíbrio é demasiado forte e brusco para que o equilíbrio volte à posição antiga. Cem anos para diante ou cem anos para trás!" (2)

(1) Em alguns trechos faço tradução livre do texto citado.

(2) PEREIRA, Astrójildo, "Congresso Anarquista Sul-Americano". Na Barricada, Ano I, nº 7. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1915, Grifos meus.

Se o que está em jogo é caminhar cem anos para diante ou cem anos para trás, não há lugar para dúvidas. É ir à luta ou desistir dela, pois a história não espera pelos indecisos. O tempo histórico é heterogêneo e nunca igual a si mesmo. É marcado por descontinuidades, comportando momentos em que a fusão das contradições torna a ação decisiva. Nestes momentos estratégicos, os erros transformam a própria natureza do processo - se não se faz a revolução, enfrenta-se a contra-revolução. Para Astrogildo, assim como para vários líderes operários, a conjuntura que se inicia com a Primeira Guerra Mundial tem precisamente este significado.⁽³⁾ Para eles é necessário, por conseguinte, aprovei-

(3) Na imprensa operária os exemplos se multiplicam, ganhando colorido mais forte após a Revolução Russa: "O mundo todo atravessa uma crise decisiva, cuja solução se acha fundamentalmente ligada à resolução da questão social. E esta, é clara, tem que ser levada a cabo pelo proletariado e não pelos exploradores do proletariado, governantes e patrões. Ora, as classes operárias do Brasil não podem ficar estranhas ao formidável movimento de transformação social inevitável que se nos apresenta. (...) O movimento é de energia, de prontidão, de vontade, e de inteligência firme das causas. Que os trabalhadores do Brasil se coloquem desde logo a altura dos acontecimentos e se mostrem dignos do futuro que se esboça em nossa frente." (artigo do Jornal O Cosmopolita, porta-voz do Centro Cosmopolita, organização da classe dos trabalhadores em hotéis e restaurantes do Rio de Janeiro, edição de 19 de novembro de 1917, transscrito pelo Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, nº 1, fevereiro de 1918); "Mas a sociedade iníqua em que vivemos, tem os seus dias contados. A grande guerra que ora ensanguenta o Velho Continente será o início de uma sociedade mais equitativa, fundada unicamente no bem coletivo. A recente Revolução Russa, destruindo de uma vez para sempre o despotismo secular dos Romanoff, abriu novos horizontes à humanidade, deixando antever ao mundo melhores dias." (do jornal oficial da Associação Gráfica do Rio de Janeiro, O Gráfico, ano II, nº 33. Rio de Janeiro, 1 de maio de 1917:1); "Que melhor exemplo temos que esses movimentos políticos internos de que está sendo teatro a despotica Rússia de há pouco, e que é um incentivo para os trabalhadores dos demais países...? E essa esperança que nos induz a perseverar na grande luta de propaganda contra todos os artifícios principais calcados na obediência às autoridades e no respeito à propriedade individual, origem dos males que assolam toda a humanidade." (coluna "Meditações", O Gráfico,

tar o momento para jogar uma cartada decisiva, acordar o operariado e chamá-lo à revolta, e para isso, nada melhor do que o tema da carestia de vida:

Logo nos primeiros dias do mês de janeiro de 1917, nu-

(3) continuação:

Ano II, mesmo número:2). O entusiasmo com a Revolução Russa transparece também em alguns manifestos (ver, por ex. o manifesto distribuído pelo Centro Libertário do Rio de Janeiro, transscrito pelo jornal O Debate, Ano I, nº 6, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1917), reuniões de propaganda (por ex., na grande assembleia de propaganda entre os têxteis de 16 de junho de 1917, Joaquim Campos discursa sobre "O movimento na Rússia") e em algumas entrevistas que fiz com operários que militavam na época:

- "... Agora, depois da Revolução Russa, aí criou a base, não é?
- Como é que o sr. soube da Revolução Russa?
- [risindo] Ah! Foi a coisa mais fácil, não é? Espalhou para o mundo inteiro.
- Sei, e como é que a notícia chegou tão cedo lá em Santo Aleixo?
- Por meio de jornais. [...] Ah! naquele tempo não havia censura rigorosa como agora não! Ia jornais, cartas, tudo muito bem!" (entrevista com Orlando Gonçalves de Andrade, ex-operário têxtil, nascido em 1894, em Santana do Japuiba, atual Japuiba, distrito do município de Cachoeiro de Macacu. Entrevista feita em Caxias, Rio de Janeiro, novembro de 1946).

É importante observar, contudo, que, em 1917 a Revolução Russa é ainda apenas um exemplo no argumento daqueles que acreditam na possibilidade de uma transformação radical iminente, o modelo inspirador das paixões revolucionárias permanecendo, em grande parte, a lendária Revolução Francesa, símbolo máximo da insurreição popular vitoriosa. (Ver, por exemplo, as minuciosas reportagens publicadas pelos Jornal do Brasil e A Razão sobre as assembleias sindicais e os comícios operários realizados no Rio em 1917. As alusões à Revolução Francesa e à queda da Bastilha são uma constante no discurso de não poucos oradores). Em síntese, embora seja correto argumentar que, em 1917 a maioria dos militantes operários não avaliam corretamente ainda o significado da Revolução Russa, é impossível negar a sobredeterminação da política internacional no clima de mobilização da época - ela existe, e de forma bastante visível, na crença, gerada em muitos pela guerra, pelas agitações operárias que explodem em toda a parte, e pela Revolução Russa, de que a sociedade capitalista vive, de certo, seus derradeiros momentos de glória.

ma reunião convocada pela Federação Operária do Rio de Janeiro,⁴¹ os delegados das associações de classe federadas discutem o estado lamentável de desorganização da classe operária e, em função da triste situação econômica dos trabalhadores em geral, chegam a um consenso sobre a oportunidade de uma campanha contra a exorbitância dos impostos e o aumento sempre crescente dos gêneros de primeira necessidade. O Comitê Federal, órgão executivo cen-

- (4) A Federação Operária do Rio de Janeiro é filha do debate ideológico travado no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Distrito Federal, em 1906, por iniciativa das sociedades que compõem a Federação Operária Regional Brasileira, com sede também no Rio. Neste congresso se confrontam de um lado, os membros das associações operárias que são as principais promotoras do encontro, empenhados em criar um forte partido político, e de outro, os delegados representantes do operariado paulista aliados a alguns representantes do operariado carioca, que lutam por fazer prevalecer, ao que tudo indica, os pontos de vista do anarco-sindicalismo. Desse confronto, e refletindo o predomínio do segundo grupo, mas não a sua vitória completa, surge uma nova orientação, de base eminentemente sindicalista: "considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária, (...); que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora da sua vontade e ação, reconhecem a necessidade inelutável da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não há lei que valha; o Congresso operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica (...) e sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a por fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultaram da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral." Para por em prática esta decisão a Federação Operária Regional Brasileira se dissolve, depois de renhidas discussões, em setembro de 1906, surgindo em seu lugar a Federação Operária do Rio de Janeiro, organismo federativo que, apesar de algumas soluções de continuidade (nov.-1906 a março-1907; dez.-1910 a jan.-1912 - pelo menos), consegue se manter de pé até 1917. "Relatório Histórico da FORJ ao Segundo Congresso Operário Brasileiro, publicado em A Voz do Trabalhador nos dias 15 de out., 15 de nov., 1 a 12 de dez. de 1913" in HALL, M. e PINHEIRO, Paulo S., A Classe Operária no Brasil 1889-1930 - Documentos, São Paulo, Omega, 1979; Relato-

tral da Federação, começa, de imediato, a divulgar a idéia, anunciando para breve a promoção de uma assembléia aberta a todas as classes e associações operárias da cidade, a fim de discutir a natureza e forma de condução do movimento. São então realizadas três grandes assembléias populares: na primeira (14 de janeiro), se decide que os operários devem agir por si mesmos, e se resolve a eleição de um Comitê Central de Agitação e Propaganda contra a Carestia e o Aumento dos Impostos para coordenar o movimento e organizar sub-comitês para a propaganda nos subúrbios; na segunda (16 de janeiro), se escolhe um Comitê Central de Agitação de 10 membros, e se decide que a Federação Operária deve oficializar a todos os sindicatos do Rio pedindo a designação de representantes para a auxiliarem na propaganda pela cidade; na terceira (21 de janeiro), é colocada em discussão e aceita a decisão de ir à rua - seriam feitos comícios preparatórios nos subúrbios e depois um "comício monstro" no centro da cidade, no qual "a voz do operariado se hâ de fazer tão forte que hâ de ser ouvida pelos que até agora se tem mostrado surdos a todas as queixas e a todos os protestos."⁽⁵⁾ Por outro lado, apenas eleito, o Comitê Central de Agitação, começa a trabalhar febrilmente: de 17 a 24 de janeiro organiza sub-comitês nos bairros de maior concentração operária, e já no dia 28 realiza os primeiros "meetings" em praça pública.

(4) continuação:

Brasil da Confederação Operária Brasileira contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro, reunido no Rio de Janeiro nos dias 8, 9, 10, 11, 12 e 13 de setembro de 1913 e as resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, reunido em Abril de 1906. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C. 1914. (grifos meus).

(5) Palavras de Paschoal Cravina em comício no Cajú. Jornal do Brasil, 9 de fevereiro de 1917:6.

A campanha é lançada num momento de aparente "apatia", pois a maior parte da população tem sua atenção voltada para o Rei Momo e as folias da Avenida. Os "meetings" em Vila Isabel chegam mesmo a provocar um curioso incidente com algumas "gentis senhoritas do bairro", mais interessadas em batalhas de confete do que em discursos políticos, os comícios de janeiro e do princípio de fevereiro sendo abertos, em geral, por condenações veementes ao Carnaval e palavras de censura e desgosto pelo reduzido número de assistentes.⁽⁶⁾ A primeira discussão sobre a data do comício monstruoso dá, aliás, a exata medida do problema. O Jornal do Brasil assim relata os debates: "Depois de atacar por longo tempo a polícia, o comércio e os dirigentes do país, (Joaquim Campos) propôs que o comício seja no Largo São Francisco. No Largo de São Francisco porque acima da vontade do Chefe de Polícia está a do operariado.⁽⁷⁾ Se houver receio de fraca concorrência, que se anuncie para ali uma batalha de confete. Uma vez os foliões ali reunidos que se faça o comício. J. Gonçalves da Silva propõe que o grande comício seja realizado depois do Carnaval porque neste momento ele, por vários motivos, não teria o êxito desejado. ... Há muita gente que anda com a cabeça às tontas por causa da folia. O melhor seria deixar agravar ainda mais isso com a festa. O Sr. Alonso propõe que o comício seja realizado

(6) Ver o manifesto do sub-comitê de Vila Isabel contra "as senhoritas residentes ou frequentadoras da Praça 7 de Março", que vão ao 16º Distrito pedir a proibição de comícios populares naquela praça "para não estorvar os seus passeios" as suas batalhas de confete e outros divertimentos." Jornal do Brasil, 4 de fevereiro de 1917:6.

(7) O Chefe de Policia, Aureliano Leal, havia proibido comícios no Largo São Francisco a pedido dos comerciantes do local.

de acordo com a marcha dos trabalhos nos subúrbios e arredores. Assim, ele tanto se pode realizar antes como depois do Carnaval. Brada o orador que os bondes desceram anteontem dos subúrbios repletos de famílias para as pândegas da Avenida." A discussão se generaliza e um operário diz ser favorável à realização do comício independente do preparo, e observa: "se for necessário esperar que os necessitados que se preocupam com o Carnaval, dispam fantasias e tirem da cara as máscaras para realizar o comício, seria perder tempo precioso na defesa dos que têm fome. As grandes revoluções, no entanto, se têm feito sem preparo. A prova estava na tomada da Bastilha. E, pois, de opinião que se faça com urgência o comício."⁽⁸⁾ O debate é longo, só final se decidindo, contudo, não marcar data alguma, mas esperar que os comícios preparatórios dessem os frutos cobiçados. Sábia decisão. Passado o evento carnavalesco, as coisas começam logo a mudar.

Já em meados de fevereiro a mudança é saudada por um operário através da coluna "A Pedido" do Jornal do Brasil: "Ora graças a Deus! O operário agita-se e caminha de cabeça levantada, com altivez e prudência, o que não está agradando à polícia, que deseja menos prudência para meter o pau nos oradores dos comícios. Um bravo ao operariado que, cônscio dos seus direitos, desta vez se uniu para ir defender e protestar com energia contra o atual estado de coisas. Os 'meetings' realizados anteontem em Nilópolis, Ramos e Bangu honram a Federação Operária que neste momento congrega à sua volta toda a numerosíssima classe o

(8) Assembleia de 21 de janeiro na Federação Operária. Jornal do Brasil, 22 de janeiro de 1917:6.

perânia. Houve muitos tímidos que não acreditavam na eficácia da campanha. Essa timidez desapareceu hoje, convencidos de que a união faz a força; todos se aprumaram à volta da bandeiра em que se lê a palavra reivindicações. Bem Rajam!"⁽⁹⁾

Mas qual o objetivo real dos comícios? Verbalizar o descontentamento surdo da classe trabalhadora com relação às suas miseráveis condições de vida? A análise do manifesto convocatório do "comício monstro" demonstra, de modo inequívoco, que a posição da Federação Operária face à carestia e ao aumento dos impostos significa muito mais do que isso.⁽¹⁰⁾

A característica central do manifesto é buscar na configuração global da realidade social brasileira as causas da carestia e do protesto operário, o texto sendo construído em torno de três afirmações básicas: 1) "enquanto o povo morre de fome e dorme ao relento pelas ruas da cidade, o governo e os capitalistas banqueteiam-se ao esporcar do chamarrete"; 2) "enalcentem [a

(9) Jornal do Brasil, 13 de fevereiro de 1917:11. Iniciada a campanha, a Federação Operária recebe logo a adesão e o apoio das seguintes associações operárias do Rio: Centro dos Carregadores do D.F., Liga Federal dos Empregados em Padarias, Sindicato dos Ofícios Vários, Sindicato dos Operários em Pedreiras, Sindicato dos Sapateiros, Centro dos Operários Marmoristas, Centro Cosmopolita, Sociedade dos Operários Panificadores e União dos Oficiais de Barbeiro, além das seguintes organizações: grupo Jovens Libertários, Grupo Libertário de Cascadura, Jornal do Centro Cosmopolita e Anarquistas de Belo Horizonte. A Associação Gráfica adere depois, em abril.

(10) O manifesto convocatório do Grande Comício é redigido e discutido primeiro pelo Comitê Central de Agitação (22 de março), depois pelo Comitê Central e Sub-comitês de bairro (25 de março), e por fim por uma assembleia popular realizada na Federação a 26 de março, quando é então definitivamente aprovado. A data escolhida para o comício é o dia 1 de Maio.



governo e os capitalistas] as liberdades americanas, onde impera ferozmente a torpe exploração das classes produtoras"; 3) "na evolução progressiva das nacionalidades livres, o Estado é um balcão de ignominiás, no sentido democrático das instituições modernas, a autoridade é uma iniquidade". Ou seja, o texto se constrói em torno da afirmação central de que no Brasil uma situação de desigualdade social e de exploração do povo pelos capitalistas existe, sob a capa de aparente liberdade, sustentada pelo Estado, com base na Autoridade, antidemocrática por definição. E neste quadro abrangente que a carestia ganha sentido e pode ser explicada, já que "o motivo da crise econômica em que se debate o operariado do Rio de Janeiro não é a falta de gêneros, como o demonstra o inquérito por nós meticolosamente feito (...) nos armazéns e trapiches abaixo citados (...)", mas sim "o criminoso estado de coisas que a burguesia está a construir sobre as ruínas causadas pelo flagelo guerreiro." A burguesia armazena impunemente gêneros de primeira necessidade para aumentar seus ganhos e melhor explorar o povo por ser a beneficiária de uma ordem social que é essencialmente injusta, pois baseada na "escravidão moderna": nela "os exploradores fazem dos operários simples máquinas, sem outro direito senão o de produzirem." Por isso "o proletariado do Rio de Janeiro se levanta já, e já em meio da tremenda miséria, decidido a agir, a reivindicar o que a sua condição de produtor lhe confere em direitos ao bem estar e à liberdade." Ali está a resposta da Federação Operária à carestia: "os trabalhadores, para se libertarem do jugo opressor e da miséria avassaladora que esta sociedade lhe proporciona, devem aprimorar suas forças em torno de um só ideal: o de liberdade.

Tal ideal só pode ser conquistado quando todos os operários tiverem a compreensão nítida do papel que lhes cabe na sociedade, de cuja compreensão tirarão a conclusão de que só podem ser livres quando se libertarem totalmente das garras adunca da burguesia insaciável e cruel." Em síntese, a Federação transforma o combate contra a carestia no elemento menor de uma luta muito mais ampla e radical - a luta pela "emancipação" do trabalhador. Seu alvo não é, portanto, o aumento do custo dos gêneros alimentícios, mas um conjunto de problemas e todo um programa de ação: "Realizando o Grande Comício, a Federação Operária do Rio de Janeiro tem em vista organizar o proletariado em geral para, de acordo com os seus princípios, preparar-se para a luta de ação da nossa reivindicação, sendo o seu programa: a) a jornada de oito horas e aumento de salário e fixação do salário mínimo; b) abolição do trabalho infantil nas fábricas e oficinas; c) equiparação do salário da mulher ao do homem; d) responsabilidade dos patrões nos acidentes de trabalho; e) a higiene, ventilação e luz nas fábricas, oficinas, cozinhas de hotéis, padarias, e em todos os departamentos do trabalho; f) diminuição de 30% nos aluguéis das casas; g) criar escolas nacionalistas; h) diminuição dos preços nos meios de locomoção, tanto terrestre como fluvial; i) diminuição imediata nos preços dos gêneros de primeira necessidade; j) pagamento pontual nas fábricas, nas oficinas e em todos os departamentos de trabalho; k) combater o álcool."(11) Esta posição se completa pela concepção sustentada pela maioria dos militantes da Federação a respeito dos meios legítimos de ação e lu-

(11) "Ao Proletariado é ao Povo", manifesto convocatório do Grande Comício. Jornal do Brasil, 26 de março de 1917:7.

ta; a classe operária não deve esperar nada da política, nem do governo, nem de terceiros; deve contar apenas com sua própria força para, lutando, arrancar dos seus dominadores tudo aquilo a que tem direito como produtora e verdadeira criadora da riqueza social.

Nada mais claro. Para a Federação Operária a "cares-tia, a falta de alimentos ou o pão que diminui, consequências naturais de uma sociedade defeituosa, denunciam o sofrimento das classes trabalhadoras nessa mesma sociedade, fornecendo imagens necessárias à estruturação de uma linguagem de revolta. É esse a meu ver o sentido mais profundo da campanha: utilizar a carlesia para abordar o operariado, e assim conseguir politizar o momento, "criando" o conflito pelo verbo⁽¹²⁾ e preparando o caminho para a luta em prol de uma ordem social menos injusta. Não é por outra razão que os comícios logo se convertem em vigoroso trabalho de organização.

E que a conformação do operariado enquanto sujeito supõe um duplo movimento de ação da classe sobre si mesma e de luta contra seu opositor. E neste duplo movimento a linguagem política tem importante papel, não só porque a identidade de classe não é criada e recriada de forma inexorável e natural, mas principalmente porque toda prática social, seja de cooperação ou

(12). Como diz Pierre Ansart, "a criação ideológica não é aqui o comentário justificador de um conflito (poderá ser utilizada, ulteriormente, nesse sentido) e sim uma das formas do próprio conflito, empenhada no desenvolvimento da ação." (ANSART, P., 1978:117; grifo meu).

de conflito se desenvolve sempre numa estrutura de sentido dada por um código coletivo e interiorizado. Ora, se isso é verdade, para que uma linguagem política mobilize energias, participe do confronto e contribua para a interiorização de valores e projetos políticos num grupo, classe ou fração de classe, é preciso que ela desempenhe a função social mais geral e universalizante de atribuir sentido à ação, particularmente à ação política, desse grupo, classe ou fração de classe. Em poucas palavras, é preciso que a linguagem política, em certo grau, se converta neste código coletivo, desta forma atuando como um mecanismo simbólico integrador. Para tanto deve procurar: 1) constituir um sujeito coletivo pela identificação dos indivíduos - convocando um determinado público para uma ação também determinada, a linguagem política particulariza e nomeia este público, ao mesmo tempo em que transforma os indivíduos em sujeitos, fazendo com que eles vivam a relação com suas condições reais de existência como se eles próprios fossem o princípio autônomo de determinação dessa relação; (13) 2) redefinir no tempo a experiência social dos indivíduos - operando por seleção e reconstrução, valorizando e/ou negando certos heróis, experiências ou eventos, a linguagem política recria a temporalidade num esquema em que passado, presente e futuro se encadeiam de modo específico, o que atribui um sentido particular e único à história daqueles a quem interpela e procura constituir como sujeito; 3) redefinir no espaço a experiência social dos indivíduos - constituindo um modelo particular da

(13) O mecanismo básico desta inversão é dado pela interpelação ideológica. Ver a esse respeito LACLAU, E., Política e Ideologia na Teoria Marxista. R.Janeiro, Paz e Terra, 1979. A noção de que a função básica da ideologia consiste em constituir os indivíduos como sujeitos é desenvolvida por Louis Althusser no artigo "Ideologie et appareils idéologiques d'Etat", La Pensée, nº 151, juin 1970, pp. 3-38.

realidade social inclusiva, pelo qual designa posições legítimas e/ou ilegítimas em função de uma determinada imagem das clivagens sociais existentes e da natureza e condições do exercício do poder, a linguagem política produz um determinado saber sobre o conjunto das relações sociais e políticas que permite a localização daqueles a quem interpela no todo social, e a formulação de julgamentos de valor com relação à ordem social global; 4) fornecer um projeto legítimo para a ação - inserindo o presente nessa temporalidade e sociedade reconstruídas, e contrastando este presente com o modelo da sociedade legítima, a linguagem política hierarquiza valores e fins e fornece um projeto justificado e legitimado para a ação daqueles a quem interpela e procura constituir como sujeito. (14)

Quem quer que acompanhe os comícios da Federação Operária pelos jornais da época logo percebe que esses quatro campos de produção discursiva são enfaticamente elaborados pelos oradores em suas falas, e sem grande dificuldade comprehende a importância desse quadro de militantes para a dinâmica posterior do movimento.

Os operários são diretamente interpelados e transformados em sujeitos por um sem número de apelos de conteúdo tanto negativo: - "Mas de quem é a culpa? Devemos confessar que é nossa, porque cruzamos os braços e deixamos que os goradores triunfem sobre a nossa indiferença; Indiferença criminosa porque so-

(14) Sobre a ideologia política como mecanismo simbólico integrador ver ANSART, Pierre. Les Idéologies Politiques, Vendôme, Presses Universitaires de France, 1974; Ideologias, Conflitos e Poder, Rio de Janeiro, Zahar, Ed., 1978.

mos a força e não nos agitamos, somos as vítimas e não reagimos, somos o braço produtor da riqueza pública e vivemos na fome! Operário! É preciso vencer o abutre que nos ultimam morrer no campo de uma luta nobre defendendo os nossos direitos de vida e dignidade, há de ser bem mais vantajoso e preferível do que nas quatro paredes em que escondemos a nossa covardia ... "(15), como positivo: - "é insulto atirado ao proletariado brasileiro, dizer que ele é ordelho e não se revolta contra as humilhações que lhe são infligidas. Que são os estrangeiros que aqui vêm implantar idéias revolucionárias." (O operário brasileiro) "é digno, é nobre, é bravo."(16)

A penúria da classe operária brasileira é comparada à

(15) Discurso de Juvenal Leal em comício na Ponta do Caju. Jornal do Brasil, 5 de fevereiro de 1917:7.

(16) Palavras do representante do jornal operário O Cosmopolita na assembléia popular feita pela Federação no dia 21 de Janeiro. Jornal do Brasil, 22 de jan. de 1917:6.
Vale a pena ressaltar que as interpelações de conteúdo positivo são quase sempre uma resposta, dada por oposição linguística, ao discurso burguês dominante. São uma decodificação deste discurso, um jogo de linguagem, uma luta pela apropriação do significado, em que as palavras e imagens pelas quais o discurso burguês designa os operários são uma apóia outra reusadas, negadas e reapropriadas. Assim, tal como Rancière aponta, "mesmo levando em consideração a atitude defensiva que está na origem destes protestos, e reconhecendo as influências ideológicas que ela acarreta, é preciso ver ali algo de mais sério do que a récusa das qualificações injuriosas da burguesia: a contestação do próprio poder de qualificar os operários." (FAURE, Alain e RANCIÈRE, Jacques, 1976:15-16; grifo do autor). Em síntese, é necessário ver aí uma estratégia discursiva reveladora da batalha simbólica que está na raiz da afirmação, por parte dos dominados, de um discurso de classe relativamente independente. Na citação acima, por exemplo, é colocado em questão um dos mais poderosos e constantes artifícios discursivos da burguesia - a designação do operário brasileiro como um ser pacífico e cordial e a fusão da noção de conflito com a imagem do estrangeiro.

miséria dos trabalhadores nos demais países capitalistas e sistematicamente referida a um passado de opressão. Mas a busca do marco comparativo e a evocação do passado são feitas para reconstruir uma História que privilegia e ressalta não a miséria e a opressão, mas sim a revolta e a luta constante do proletariado contra a fome e a exploração. O relato do fato é recorrente nas reportagens sobre os comícios: (o representante de O Cosmopolita) "após falar sobre a carestia de vida, lembrou as revoltas populares em Lisboa e Madri, os assaltos aos armazéns e nos quais até as mulheres e as crianças tomaram parte"; (Joaquim Campos, na Praça Onze), "começou provando que o operário não tem pátria. ... e encarou em seguida a situação do proletariado no momento atual, não só o proletário brasileiro, como o argentino, o norte-americano, o inglês, etc. Todos reclamam, todos fazem valer, por meio do protesto público, o direito que lhes assiste"; (Azevedo Machado, em Vila Isabel) "historiou os movimentos populares havidos em vários países e terminou dizendo que o povo pode libertar o Brasil assim como o povo francês, em 89, libertou a França".⁽¹⁷⁾

(17) Jornal do Brasil, 22 de janeiro de 1917:6, 5 de março de 1917; , e 29 de janeiro de 1917; , respectivamente. Nesse processo de redefinição da experiência social dos indivíduos, festas e ritos ocupam, também, lugar de destaque. No que tange à classe operária, o exemplo óbvio de redefinição no tempo (consagração de certos heróis e/ou eventos) é a solenidade do dia 19 de Maio, mas a esse rito, universalizado, se somam um sem número de outros mais obscuros, + mas nem por isso menos significativos. A esse respeito, seria interessante analisar o anúncio publicado pelo Centro Cosmopolita nos primeiros dias de janeiro de 1917: "Centro Cosmopolita. Sede social: rua do Senado 215. Convida-se a claus se em geral a assistir ao grande comício e sessão solene que se celebra domingo, 7 do corrente, às 21 horas, em comemoração à rebelião de 7 de Janeiro de 1912 - o Comitê". (A época, 7 de janeiro de 1917:4). Esse pequeno convite é particularmente representativo dos processos de que falo, já que aponta de modo claro os mecanismos de redefinição e repropriação da linguagem que, junto com outros, podem formar

Por outro lado, a estrutura social, o sistema de poder e as relações econômicas existentes no país são veementemente criticadas com o objetivo de, primeiro, denunciar e maximizar as desigualdades sociais - no Brasil uns vão "morrendo de fome, enquanto outros afrontam a miséria pública com as suas fortunas egressais",⁽¹⁸⁾ pois "a sociedade está dividida em duas partes: uma das ditosos e outra de deserdados. Uma que ri outra que chora";⁽¹⁹⁾ segundo, apontar a injustiça social reinante e ressaltar tanto a exploração da população em geral, como da classe operária em particular: "se as vastas extensões de terra do Brasil estivessem equitativamente repartidas pelos homens não se falaria em fome nesse momento", brada José Romero; no entanto, "o trabalho escasseia e o salário diminui. A vida cada vez mais encrece. Os produtos nacionais são exportados porque o momento é todo de negócios à custa das desgraças humanas. ... Ela (a guerra) tem como causa a concorrência comercial. E enquanto durar, o povo infeliz que morra de fome porque a melhor carne é exportada ao preço de 500 réis o quilo, enquanto a que aqui fica, laza-

(17) continuação:

a própria tecitura simbólica de tais ritos, a eles conferindo um significado singular e distinto. Assim, é importante notar que a rebelião (rebeldia, em outras publicações do anúncio) ali mencionada, e que será o motivo da comemoração, é a forma pela qual os operários nomeiam os fatos que a linguagem corrente designa como sendo a greve e/ou parede feita no Rio em 1912, pelos trabalhadores em hotéis e restaurantes visando a redução das horas de trabalho e o descanso semanal. Tal disparidade de categorias não é, a meu ver, aleatória, sendo em si mesma plena de significado, pois são exatamente mecanismos como esse de redefinição simbólica que uma vez imbricados nas solenidades e ritos operários, contribuem para que eles reforcem a cristalização de uma vivência social de classe.

(18) Joaquim Campos, falando aos operários têxteis da Gávea. Jornal do Brasil, 26 de fevereiro de 1917:5.

(19) Palavras de Pedro Matera, J. Brasil, 12 fev. de 1917:7.

renta, é vendida por 1\$000", (20) e (Maximiano de Macedo, em Ramos) "referindo-se às condições em que a classe se encontra (disse) ser ela a principal vítima da ganância dos exploradores. Depois analisou a situação das mulheres e das crianças, dizendo-as exploradas pelos patrões que lhes sugam a vida em um trabalho exaustivo sem a recompensa necessária." (21) terceiro, destacar a responsabilidade do governo pela carestia de vida e a escassez de alimentos: - "que há crise, já todos estamos fartos de saber e ainda mais fartos de senti-la. O que é necessário é clamar que ela existe por culpa dos homens do governo, que abandonam os interesses do povo para cuidar dos resultados que tiram da política. É uma vergonha falar-se em crise em um país grande, novo e rico como o Brasil, onde tudo está por fazer. Se a fome é um flagelo para as classes laboriosas, é uma vergonha para os dirigentes do país, que assim provam a sua incapacidade administrativa"; (22) quarto; mostrar a venalidade e a insinceridade da classe política: - "Nada de política", grita Bento Alonso, "...esses que pedem voto aos operários irão para o Conselho ou qualquer causa do Congresso elaborar leis que os levam à ruína total," (23) e (Joaquim Campos, da Ponte de Tabuas) "os operários precisam preaver-se contra as astúcias e ciladas dos políticos. Que não lhes deleguem nunca mais poderes para resolverem as suas questões. Os homens do trabalho, até agora só têm servido de esca-

(20) Declarações de José Romero nas assembleias populares feitas pela Federação a 21 e 14 de janeiro. Jornal do Brasil, 22 de janeiro de 1917:6 e 15 de janeiro de 1917:5.

(21) Jornal do Brasil, 12 de fevereiro de 1917:7.

(22) Discurso de Bento Alonso Alvarez, num comício em Vila Isabel. Jornal do Brasil, 12 de março de 1917:5.

(23) Ibdem.

dás para os espetalhões que tudo lhes oferecem e nada lhes fazem"; (24) quinto, denunciar a subordinação dos poderes públicos aos interesses da burguesia exploradora: - (J. Caiazzo, em Vila Isabel) "passou a estudar as causas da crise, dizendo que ela não é provocada sómente pelos governantes, mas pelos atacadistas, que têm os gêneros apodrecendo nos armazéns. Os governantes, diz o orador, não são mais do que caixeiros desses senhores"; (25) e (um operário falando na Gávea) "sabe ... que contra as expansões e queixas coletivas nos comícios, estão sempre os patrões mancomunados com a polícia. Esta, para espancar e prender, aqueles para expulsarem do minguado emprego os que gemem cá fora, a sua angústia"; (26) e por fim, sexto, demonstrar o isolamento do povo e da classe operária face à indiferença dos governantes para com os problemas e reivindicações dos trabalhadores: - (Joaquim Campos, em Bangu) "não há muito tempo foi pedido ao governo a abolição temporária dos direitos sobre o trigo e farinhas, para que os pobres ao menos tivessem pão barato. O governo patriota e democrático fez-se surdo. Agora sociedades carnavalescas lhe pedem dinheiro para organizar préstimos e ele prontamente lhes

(24) Jornal do Brasil, 11 de março de 1917:7
Declaracões irônicas sobre a insensibilidade dos políticos são também freqüentes. Na assembléia de 16 de janeiro, por exemplo, José Romero, ironiza a classe política e diz que "os políticos tem tal consideração pelos pobres que o senador Leopoldo de Bulhões declarou que eles não precisam comer manteiga", e Valentim de Brito declara não acreditar que "o senhor Presidente da República sinta as aflições do operário porque S.Exa. almoça, fanta, cela e dorme em belo leito e nunca esteve atrasado em aluguéis de casa". Jornal do Brasil, 17 de janeiro de 1917:7.

(25) Jornal do Brasil, 29 de janeiro de 1917: .

(26) Comício do dia 28 de janeiro, na Gávea. Jornal do Brasil, 29 de janeiro de 1917: .

dá. ... Isso, exclama o orador, é para que os operários salbam em que consideração o tem o Governo", (27) e (Bento Alonso, na Federação Operária) "disse que não acreditava no êxito da idéia dos operários nem ao sr. Presidente da República. Sua Exa. dirá que val estudar o caso, prometendo resolvê-lo de acordo com a justiça. . . . a chapa é essa e muito conhecida. Tudo, porém, ficará como dantes. Quando os operários quiserem marchar para o Catete a polícia os dispersaria no Largo da Glória. ... O comércio foi atendido porque ele é o estelo dos que exploram o povo". (28)

E, portanto, como um desdobramento desta análise que a palavra de ordem gritada - a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores - se impõe e se legitima como a única alternativa e forma de luta possível para o proletariado do Rio de Janeiro, sintetizando de modo perfeito a proposta de ação direta feita pela Federação Operária em seus cônclios. Se a sociedade brasileira é injusta e a classe operária explorada, se os políticos são venais e se aproveitam do eleitorado, se o governo ignora a miséria do trabalhador e se alia a seus exploradores, então só resta ao operário vencer a apatia e assumir seu lugar no campo de luta - a associação de classe - pois "os senhores da vida, com toda a sua filantropia social, com todo o seu

(27) Jornal do Brasil, 12 de fevereiro de 1917.

(28) Jornal do Brasil, 17 de janeiro de 1917;7. Bento Alonso se refere ao movimento de protesto liderado pela burguesia em 1916, e as consequentes impugnação do orçamento municipal proposto para 1917 e demissão do Prefeito Azevedo Sodré a 12 de janeiro deste mesmo ano. A ação desenvolvida pela burguesia está resumida em relatório do CIB. Ver Centro Industrial do Brasil, Relatório da Diretoria apresentado à assembleia geral ordinária de 1918;127-130.

humanitarismo farsante, jamais cederam um pouco dos seus privilégiros aos desagregados do patrimônio universal; sem que estes manifestem a sua força pelo poder inquebrantável da solidariedade proletária." (29)

Para os militantes da Federação Operária, a noção de que organização significa recurso de poder é, por conseguinte, evidente - "os que estão organizados não entram em acordo, mas imponem condições no momento preciso. A desorganização é a miséria, o aviltamento, a escravidão" - (30) assim como é nítida a compreensão de que sem participação a organização efetivada é, na verdade inútil - "compreendei bem, camaradas, que o Centro em si nada vale, apenas com quatro paredes que mais ou menos artificialmente se erguem no espaço. Ele é o reflexo de nossa capacidade e de nossa ação, e para que ele tenha de fato o valor que merece é necessário que lhe prestemos todo o nosso apoio". (31) Portanto, à medida que os comícios se intensificam e o público aumenta, o discurso sobre a carestia da vida pouco a pouco cede lugar ao apoio enérgico em prol da organização e participação. Ademais, sem que os comícios sejam descuidados, (32) a Federação ini-

(29) Manifesto do Centro Cosmopolita aos trabalhadores em hotéis e restaurantes. Jornal do Brasil, 9 de abril de 1917.

(30) Joaquim Campos em comício na Ponte das Tabuas, na Gávea, no dia 10 de março. Jornal do Brasil, 11 de março de 1917:7.

(31) Manifesto convocatório do Centro Cosmopolita. Jornal do Brasil, 7 de maio de 1917:8.

(32) Em janeiro, são feitas 3 assembleias populares a Federação, e 5 comícios em rua; em fevereiro, a despeito do Carnaval, 12 comícios de rua são efetivados com relativo sucesso; em março, o movimento se consolida, sendo realizados 13 comícios em praça pública e 1 grande assembleia popular na Federação; em abril, são realizados 14 comícios; em maio os comícios são proibidos, seu número caindo, então, para 9 apenas.

cia um trabalho metódico de organização e reorganização sindical, pois é poder da palavra, a mobilização, a criação de um sujeito coletivo, e de um discurso de classe independente nada valem sem o poder de lutar, e seus militantes sabem que, naquele momento, talvez mais do que nunca, o poder de lutar depende do sucesso em organizar⁽³³⁾. O quadro abaixo dá uma visão geral do esforço em

(33) Em 1917, não só muitos ramos do operariado industrial carioca estão virtualmente desorganizados, como várias associações de classe levam vida vegetativa, desfalcadas de sócios e incapazes de movimentos reivindicatórios mais agressivos. Dada a carência de estudos sobre o assunto, e consequentemente de fontes secundárias sobre a história da classe operária do Rio de Janeiro, é impossível saber com certeza as razões e a extensão real da desorganização constatada. A análise quase exaustiva de alguns jornais de 1917, a publicação recente de inúmeros documentos históricos sobre o movimento operário da Primeira República, e a obra de Ataulpho N. de Paiva, feita a pedido do Prefeito do D.F., Gal. Bento Ribeiro, sobre a história e a estatística da assistência pública e privada no Rio de Janeiro, me permitem compor, no entanto, o seguinte quadro:

Em janeiro de 1917 estão reunidas na Federação Operária cinco associações apenas: Sindicato Op. dos Ofícios Vários, Sindicato dos Sapateiros, Sindicato dos Op. em Pedreiras, Centro dos Op. Marmoristas e Liga Federal dos Empregados em Padrarias. Apoiando em maior ou menor grau as posições defendidas pela Fed. Operária, mas organizadas isoladamente, existem a Associação Gráfica do R. de Janeiro, a União dos Oficiais de Barbeiro, o Centro dos Carregadores do D.F. e o Centro Cosmopolita. Dentre as associações federadas, o Centro dos Op. Marmoristas e a Liga Federal dos Emp. em Padrarias são organizações em crise. Na raiz das dificuldades do Centro estão os problemas gerados pela guerra: salários depreciados, retraimento do mercado, desemprego. Segundo declarações de seu diretor, o Centro está esvaziado e as mensalidades não são pagas, pois dos 500 marmoristas existentes na cidade, 200 estão desempregados, e os restantes, via de regra, trabalham apenas alguns dias por semana. Já a Liga parece enfrentar problemas mais graves. Dissensões internas provocadas por divergências ideológicas e conflitos surgidos durante a greve pelas 12 h. de trabalho (feita em 1912) parecem tê-la transformado numa organização quase vegetativa. Assim, quando a 3 de janeiro os seus dirigentes convocam assembleia geral para discutir a conveniência ou não de se continuar com a sede social, um grupo dissidente resolve fundar o Centro Internacional dos Vendedores de Pão, já que "a Liga tende a desaparecer". Os militantes da Liga reagem e um conflito de tendências se inicia. A Fed. Operária intervém e tenta conciliar, sem resultado, os dois grupos ri-

preendido.

(33) continuação:

vais. No calor da disputa a Liga se reorganiza em abril, e inicia campanha pelo cumprimento da lei das 12 hs. de trabalho. Contudo, apesar do esforço de seus militantes, o sindicato se arrasta até o final do ano, sem conseguir congregar elementos suficientes para uma ação de classe mais eficaz. O Sindicato dos Operários em Pedreiras, por sua vez, está solidamente organizado, e lidera durante o ano inteiro inúmeros boicotes e greves para unificar o preço da mão-de-obra sem sofrer, ao que tudo indica, uma derrota sequer. Em menor grau, o mesmo ocorre com o Sindicato dos Sapateiros. Embora sua representatividade seja menor, apoia e sustenta com sucesso duas greves em março e junho, tomando-as depois como exemplo para desenvolver uma campanha agressiva pela organização da classe em bases mais sólidas. O Sindicato Operário em Ofícios Vários congrega militantes da Federação Operária, cujos ofícios estão desorganizados - alfaiates, pintores, pedreiros, funileiros, ferreiros. É que a União dos Alfaiates está pela segunda vez desorganizada. Fundada a 10 de novembro de 1901 sob a denominação de Liga dos Artistas Alfaiates, mantém-se atuante até abril de 1907, quando inicia seu primeiro período de descontinuidade. Refundada a 10 de maio de 1909, funciona até 1913 sem interrupções, data em que participa do Segundo Congresso Operário Brasileiro e à ele apresenta Relatório Histórico. Em algum momento posterior, todavia, é mais uma vez dissolvida, pois a 23 de abril de 1917 a Federação Operária faz reunião com a classe para discutir as 8 horas de trabalho e a reorganização do Sindicato, já que a associação "por divergência de classe" se acha de novo "encostada". Algo do gênero pode ter acontecido com a União Geral da Construção Civil, associação que em 1917 se encontra extinta, com a maioria dos seus militantes dispersos e apenas um pequeno núcleo reunido na Federação Operária, através do Sindicato de Ofícios Vários. Desorganizados também estão o Sindicato dos Vassoureiros e o Sindicato dos Marcineiros e Classes Correlativas o qual, fundado em novembro de 1901, consegue ficar de pé até 1915, segundo manifesto convocatório para reunião de reorganização. Fechando o quadro das associações extintas há que se mencionar ainda a União dos Chapeleiros e sobretudo a importante União dos Operários em Fábricas Têxteis, que em função de greves perdidas, havia desaparecido totalmente. Por fim os metalúrgicos, assim como o operariado fabril e manufatureiro das ind. de alimentação, de estamparia, de sacos, roupas brancas, espelhos, vidros, etc., estão não só desorganizados, como nem guardam consigo a memória de qualquer organização.



QUADRO III-1
AÇÃO ORGANIZATÓRIA DA FEDERAÇÃO OPERÁRIA

Categoria	Mobilização inicial	Aclamação de Comissão de organiz.e/ou executiva provisória	Fundação e/ou re-organização do Sindicato
Têxteis*	11 de março	8 de abril	7 de junho
Const. Civil*	14 de março	28 de março	11 de abril
Metalúrgicos*	4 de abril	4 de abril	15 de abril
Alfaiates**	23 de abril	23 de abril	7 de maio
Estalhadores**	27 de abril	27 de abril	7 de maio
Vassourairos*	10 de junho	17 de junho	24 de junho
Marcineiros**	7 de junho	12 de junho	26 de junho

FONTE: Ver Apêndice nº 2.

* Iniciativa da Federação

** Apoio da Federação.

Se o trabalho de organização descrito no quadro acima é examinado em seus detalhes e comparado à campanha contra a carestia de vida, a marca da atuação desse grupo obscuro de militantes, vislumbrada pela análise dos comícios, adquire então, visibilidade plena, pois os mesmos oradores que falam ao povo nas ruas aparecem convocando, orientando e auxiliando os trabalhadores que formam as associações nascentes. A análise feita nos jornais da época, das assembleias populares e comícios revela, talvez com alguma margem de erro, a ocorrência de 259 discursos distribuídos por um número total de 52 oradores. Dentre esses oradores destaca-se claramente um núcleo formado por onze militantes:

QUADRO III-2

Orador	Caracterização	Nº de Discursos
Paschocal Gravina	Funileiro; primeiro secretário do Sindicato Operário de Ofícios Vários; organização filiada à Federação.	25
Joaquim Valentim de Brito	Fadeiro; primeiro secretário da Federação Operária e nela delegado da Liga Federal dos Emp. em Padarias.	23
Joaquim Campos	Jornalista do A Razão; membro do grupo Jovens Libertários e militante ativo na Federação Operária.	22
Maximiano da Macedo	Alfaiate; sócio do Sindicato Operário de Ofícios Vários.	22
José Caiazzo	Sapateiro; membro do Centro Libertário e sócio do Sindicato dos Sapateiros, organização filiada à Federação.	19
Bento Alonso Alvarrez	Garçom; procurador do Centro Cosmopolita e militante da Federação Operária.	19
José Romero	Têxtil, pintor, tipógrafo, entre outras profissões; militante anarquista independente, ativo na Federação Operária.	19
José Maria Esteves	Sapateiro; delegado do Sindicato dos Sapateiros junto à Federação Operária.	18
Juvenal Leal	Pintor; segundo secretário do Sindicato Operário de Ofícios Vários.	16
Pedro Matera	Jornalista e professor; militante ativo na Federação Operária, diretor e redator do jornal anarquista O Clarim e criador de uma escola racionalista em Vila Isabel.	13
José Madeira	Pintor; segundo secretário da Federação Operária.	10
Discursos/Sub-total		206
Discursos/Total Geral		259

FONTES: Jornal do Brasil e A Razão, números de janeiro a julho de 1917; União dos Operários em Construção Civil - Histórico: 1917-1919 (por Juvenal Leal, matrícula nº 1); in CARONE, E., Movimento Operário no Brasil (1877-1944) - Documentos. S.Paulo, Difel, 1979; entrevista com Ondina Roineiro Barreto Bins; Niterói, 14 de outubro de 1981.

Esses onze homens, membros do Comitê Central de Agitação Popular (com exceção de Pedro Matera, que participa do sub-comitê de Vila Isabel), são responsáveis por nada mais nada menos do que 206 discursos, ou seja, 79,5% do total computado, sendo também a força propulsora inicial do trabalho de organização efetivado. Assim, quando, após a decisão do Comitê Federal, um diminuto grupo de operários se reune a 18 de março para discutir a sindicalização da construção civil, dele fazem parte Valentim de Brito, Paschoal Gravina, José Romero, Bento Alonso, Juvenal Leal e Maximiano de Macedo, ou seja, 6 dentre os membros de um grupo de 10. Esse é, no entanto, só um exemplo entre vários outros, dos quais cito mais dois a título de ilustração. A 21 de março, na primeira assembleia preparatória de organização da construção civil, estão reunidos aproximadamente 50 operários entre pedreiros, carpinteiros, pintores, estucadores e serventes, mas, apesar da assistência formada basicamente de elementos da classe, toda a reunião é conduzida e liderada pelo núcleo de militantes apontados: primeiro, secretariando a mesa estão Paschoal Gravina e Joaquim Campos; segundo, a discussão realizada sobre organização e jornada de trabalho ocorre entre Valentim de Brito, Joaquim Campos, José Maria Esteves, Paschoal Gravina, Juvenal Leal, José Romero, Bento Alonso, José Caiazzo e Maximiano de Macedo; além de João Leuenroth (gráfico) e Lioinio de Almeida (estudador, futuro líder do sindicato); por fim, as medidas aprovadas pela assembleia são as propostas apresentadas e defendidas por José Romero.⁽³⁴⁾ A organização dos têxteis da Gávea é outro bom exemplo.

(34) Jornal do Brasil, 22 de março de 1917:7. LEAL, Juvenal. A União Geral da Construção Civil - Histórico: 1917-1919 in CARONE, Edgard, Movimento Operário no Brasil (1877-1944) - Documentos. São Paulo, Difol, 1979.

da importância desse núcleo, e da Federação Operária em si mesma. Articulados a partir de comícios feitos principalmente por Joaquim Campos, cerca de 500 operários têxteis se reunem, a 8 de abril, para discutir a fundação da União Geral dos Operários em Fábricas de Tecidos da Gávea. Nessa assembleia são escolhidas uma comissão para elaborar os estatutos, e outra para organizar e dirigir provisoriamente a sociedade até a eleição de sua diretoria definitiva. Ora, essa segunda comissão, que tem como tarefa específica conduzir o processo inicial concreto de organização sindical, fica constituída pelos elementos que dirigem a assembleia, e esses são precisamente três militantes da Federação, dois dos quais do núcleo que venho destacando: Joaquim Campos e José Madeira. Ademais, como a tarefa não é simples, a Federação Operária designa ainda uma comissão auxiliar, formada por elementos retirados de seus próprios quadros, para ajudar a comissão provisória à cumprir seu plano de ação. (35)

(34) Continuação:

Na segunda assembleia preparatória de organização da União Geral (28 de março), as comissões provisórias aclamadas de organização e elaboração de estatutos já são, contudo, formadas por operários da classe, a participação de quadros da Federação, cujas profissões são estranhas aos ofícios que compõem a construção civil decrescendo de modo flagrante. Do grupo de militantes destacado, permanecem ativos na União, Juvenal Leal e José Madeira, ambos pintores, como visto, Leal escolhido como 1º secretário da comissão administrativa efetiva, e Madeira apontado como um dos representantes formais do sindicato junto ao Comitê de Agitação Popular contra a Carestia de Vida e o Aumento dos Impostos.

(35) Sobre a organização dos têxteis é preciso fazer, no entanto, uma observação. A 1 de janeiro de 1917 é publicado no jornal A Época um manifesto convocando os operários das fábricas de tecidos da cidade para uma reunião de organização a ser realizada no mesmo dia na sede da Associação dos Marinheiros e Remadores. O manifesto menciona a ocorrência de repetidas tentativas fracassadas da organização, reconhece a existência de um clima de insatisfação generalizado no seio do operariado têxtil, e o convoca energicamente à lu-

Organização concreta de sindicatos e atuação mobilizatória de rua são, por conseguinte, trabalhos conjugados, e é, em larga medida, da conjugação de ambos que o movimento se dinamiza e ganha um contorno de classe mais definido. Os sindicatos organizados e/ou reorganizados aderem ao movimento de agitação popular (agora muito mais engajado em defender a ação direta e a necessidade de organização do que em denunciar o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade), o que engrossa o número de militantes ativos na preparação dos comícios, já que além dos delegados junto à Federação, as novas associações também nomeiam dois ou três representantes para participarem especificamente da campanha. Por outro lado, ao assumirem a direção do movimento organizatório e darem continuidade às reuniões de organização de seus sindicatos, os operários recém-sindicalizados iniciam um trabalho sistemático de avaliação e coleta de dados sobre os problemas específicos de seu mercado de trabalho, num movimento claro de acumulação de forças e preparação para o lançamento de um plano de ação calcado numa tática ofensiva "de luta".

(35) Continuação:

ta. No dia 4 de janeiro, A Época publica pequena matéria sobre a reunião, divulgando a fundação da União dos Operários em Fábricas de Tecidos e a eleição de uma comissão administrativa para gerir interinamente os destinos da nova associação. Menciona ainda o nome dos operários eleitos e observa que a assembleia ocorre perante um número regular de assistentes. Durante o resto de janeiro e em todo o mês de fevereiro, contudo, nada mais é publicado sobre o assunto. Assim é possível supor que a iniciativa não vai adiante ou que só frutifica quando, durante a greve geral da categoria em julho, esses operários têm a oportunidade de somar esforços com os têxteis da Gávea, já semi-organizados. Como se verá logo adiante, é, na realidade, em meio a greve de julho que a classe como um todo se organiza.

A Época, 1 jan., 9 e 4 de jan. de 1917:4; Jornal do Brasil, e A Razão, coluna sindical, reportagens sobre comícios e greves, numeros de março a julho de 1917.

ta. (36) Esse esforço de organização é, por sua vez, continuadamente realimentado pela ação de rua, não só porque um clima de entusiasmo e comunicação expressiva vai sendo transmitido à massa de trabalhadores, possibilitando a transformação espontânea de comícios em passeatas e demonstrações coletivas de rua, o que aumenta a visibilidade do movimento e maximiza o poder simbólico de sua mensagem,⁽³⁷⁾ mas também porque o cruzamento da campanha de organização dos têxteis com o movimento grevista, que explode

(36) Dentro os sindicatos reorganizados, o exemplo mais evidente desse trabalho é dado pelos alfaiates. Reorganizada com relativa rapidez e ampla participação dos trabalhadores, a União dos Alfaiates se declara em sessão permanente para melhor estudar suas necessidades e privações, e consolidar a organização da classe. De imediato, tira uma comissão de propaganda, manda circulares às costureiras para que elas apoiem a União e lutem pelos seus direitos, e convoca as reuniões as filhas dos associados para que elas depois possam participar da propaganda nas oficinas. Por outro lado, visando aumentar a taxa de informação disponível, a União designa uma "comissão externa" para estudar in loco as condições de exercício da profissão, e nomeia um companheiro para elaborar uma estatística de todas as alfaiatarias existentes no Rio. Esse trabalho de preparação para uma estratégia ofensiva de luta também é bem forte no Sindicato dos Sapateiros, principalmente após a greve ocorrida de 21 de março a 7 de abril na Fábrica de Calçados Sul América. Tendo tido pleno sucesso e ampla participação sindical, a greve é tomada como exemplo para impulsionar o movimento, já lançado pelo sindicato, em prol de uma organização mais sólida da classe.

(37) Veja, por exemplo, o relato: "O dia de ontem, na cidade, registrou a novidade de um desfile grandioso, durante o qual os manifestantes cantaram hinos operários. Dos comícios que o elemento operário vem realizando desde alguns meses contra a carestia da vida e o aumento dos impostos, o realizado ontem no Largo do Depósito foi o mais concorrido, o mais entusiástico, realmente o mais memorável ... Quando o sr. Alonso encerrava o comício, ouviu-se gritos de Abalxo a exploração! Vivam as classes laboriosas! Viva a liberdade! Em seguida a massa popular desfilou pela Rua Camerino e Avenida Passos com destino à Praça Tiradentes cantando a Marseilles, a Internacional e o Hino Filhos do Povo. Chegando à Praça Tiradentes, o povo postou-se em frente ao edifício da Federação Operária do R. Janeiro em frenéticas aclamações, havendo ali grande distribuição de exemplares de hinos aos manifestantes. Depois a multidão se dissolveu em perfeita ordem". Jornal do Brasil, 2 de abril de 1917:6.

a 7 de maio na Fábrica de Tecidos Corcovado acaba gerando uma situação de conflito aberto com as autoridades, o que de certa forma radicaliza o processo e politiza os termos da questão de modo a todos visível. (38).

O fato ocorre na Gávea e é assim relatado pelo Jornal do Brasil: "Às 14 horas estava anunciado um comício na Chácara do Fonseca, à rua Lopes Quintas. Os operários da Fábrica de Tecidos Carloca, desejando levar o seu protesto de apoio e solidariedade aos companheiros em greve, às 11 e meia horas abandonaram o serviço e dirigiram-se à Ponte das Taboas, onde já se encontravam os da Corcovado. Um operário, usando a palavra, convidou os seus companheiros para irem até à Fábrica São Félix, à rua Marquês de São Vicente. Ali chegando, foi destacada uma comissão para se entender com a diretoria, a fim de conseguir a dispensa dos companheiros. Poucos momentos depois a Fábrica São Félix paralisava os seus trabalhos e os operários vinham juntar-se aos demais, seguindo todos novamente para a Ponte de Taboas. [...] Nesse momento desembarcava de um bonde o sr. Joaquim Campos. O sargento Moreira, dirigindo-se a esse senhor, convidou-o a ir até à Delegacia do 21º Distrito, provocando esse ato veementes protestos dos operários ... [que então] arrebataram o senhor Campos".

(38) Aqui é necessário abrir um parênteses para ressaltar que nem toda a mobilização operária ocorrida em 1917 é fruto desse trabalho de agitação e organização desenvolvido pela Federação Operária do Rio de Janeiro. A carestia, a exiguidade dos salários, a ameaça do desemprego, aliadas e potencializadas pelo cotidiano conflitivo no local de trabalho, produzem um clima de insatisfação generalizado que se traduz em greves isoladas desde os primeiros dias do ano. Para uma relação completa das greves ver Apêndice nº 3.

das mãos do sargento Moreira e foram para a Chácara do Fonseca, onde realizaram o comício anunciado. A fim de impedir a entrada da polícia os operários e os menores operários colocaram-se no portão. (...) Terminado o comício os operários resolvem acompanhar o sr. Campos até a Delegacia do 21º Distrito. Cerca de 4.000 operários, tendo à frente o referido orador, para ali se encaminhavam quando, ao chegarem às proximidades da Fábrica Corcovado, a força de cavalaria, composta de 6 praças, passou da retaguarda para a frente dos operários e ao seu encontro veio então o sr. dr. J.J. de Moraes, acompanhado de policiais, o qual lhes disse não poder consentir que eles prosseguissem. Os operários protestaram energicamente, e como manifestassem a intenção de desobedecer a ordem, o dr. J.J. de Moraes mandou que os policiais carregassem sobre os operários. Estes defenderam-se arremessando contra a polícia pedras e garrafas. Com a chegada de um reforço, foram os operários dispersados a pata de cavalo, espatada e tiros": (39).

O conflito, do qual saem feridos 7 policiais e inúmeras

(39) Jornal do Brasil, 12 de maio de 1917:8.

A versão policial dos fatos é outra, evidentemente, e pode ser vista nesta curta mensagem mandada por Aureliano Leal, Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, ao redator-chefe do mesmo Jornal: "Quanto ao distinto amigo que a polícia não praticou nenhuma violência, ontem. Tendo sido recebida a bala e a pedras, reagiu apenas para dispersar a multidão. Peço sua atenção para esse fato, porque ele está representando uma exploração de elementos anarquistas, desocupados e rebeldes, que estão levando à miséria uma porção de operários ingênuos. Apelo para o seu patriotismo, a fim de que não encontrem apoio em jornais de índole conservadora, desocupados, contumazes que estão a perturbar a ordem pública, sem nenhum motivo sério, neste instante delicado que o país atravessa. Cordeais saudações." Jornal do Brasil, 13 de maio de 1917:8.

os trabalhadores, abre as portas à repressão generalizada; Joaquim Campos e 11 manifestantes são imediatamente detidos e todos os comícios proibidos. À noite, a polícia efetua mais algumas prisões de operários envolvidos no conflito e detém outros 9 militantes da Federação Operária como responsáveis pelos acontecimentos da tarde e pela "agitação subversiva" feita nos meses anteriores.⁽⁴⁰⁾ No dia seguinte, todas as grandes fábricas têxteis do Rio amanhecem guardadas por fortes contingentes da Brigada Policial, vários operários da Corcovado são encarcerados como mentores da greve, a cidade e, sobretudo, os locais dos comícios são colocados sob ostensiva vigília policial, e um boletim do Chefe de Polícia, Aurelino Leal, comunicando a proibição dos comícios, e ameaçando de prisão de quem quer que perturbe o trabalho, ou de processo sob acusação de vagabundagem todo anarquista que não tenha profissão definida, é por fim afixado nos pontos de maior afluência operária e profusamente distribuído nas fábricas e sindicatos da cidade.

A repressão sufoca a greve têxtil e desmantela a campanha de agitação popular, mas não consegue quebrar a espinha dorsal do movimento de reação ofensiva que vinha se estruturando nas reuniões de organização sindical,⁽⁴¹⁾ nem abater a insatisfação

(40) Segundo o Jornal do Brasil, são encarcerados por alguns dias, sob ameaça de processo "se não exercerem profissões licititas", os seguintes militantes da Fed.Op.: Bento Alonso, José Madeira, Paschoal Gravina, Pedro Matera, Valentim Joaquim de Brito, José Caiazzo, Manoel José Alves, Ramon Rodrigues e José Rosa da Silva.

(41) Impossibilitada de realizar comícios em praça pública, a Federação Operária passa a convocar aos domingos, para a sua sede à Praça Tiradentes 71, grandes reuniões abertas ao operariado em geral, onde continua a fazer, com o mesmo entusiasmo e sucesso, a propaganda associativa e a campanha con-

e o mal-estar provocado na população pelo aumento dos preços e a crise do abastecimento. Serve, ademais, para confirmar a análise que vinha sendo feita nos comícios sobre a natureza repressiva da Autoridade em geral, e sobre as condições antidemocráticas do exercício do poder na sociedade brasileira, aparecendo como o exemplo vivo da subordinação dos órgãos públicos aos interesses da burguesia exploradora. A repressão contribui, portanto, para acelerar o processo de redefinição e enquadramento da questão econômico-doméstica geral, carestia/escassez de gêneros, na questão política específica de classe, exploração/dominação burguesa, oferecendo um argumento concreto e um dado a mais a ser considerado, por aqueles que buscam politizar o momento e, assim, substituir o discurso de protesto do consumidor, pela linguagem de luta do produtor.

Mais do que antes, talvez, a Federação Operária se converte, então, no centro das atenções. Um quadro de registro das prisões é exposto no salão e grupos de operários entram e saem a toda hora em busca de notícias e orientação sobre as resoluções tomadas face aos acontecimentos. Assembléias e reuniões são feitas para discutir a prisão dos companheiros e protestar contra as violências da polícia. Comissões são formadas para se entender com as autoridades e verbalizar o descontentamento dos têxteis com a repressão na Gávea. Manifestos são redigidos e lidos nas reuniões da organização sindical, denunciando a proibição das

(41) Continuação:

Era a carestia de vida. A essas reuniões se somam ainda as assembléias de propaganda e reorganização sindical.

comícios e articulando a questão da carestia ao conflito ocorrido em praça pública.⁽⁴²⁾ Tal como o Jornal do Brasil percebe e explicitamente comenta em reportagem do dia 14 de maio, tudo parece indicar que a questão motivada pela greve da Corcovado se amplia e aos poucos se transforma num conflito que ameaça envolver toda a classe operária do Rio.

É nesse clima de polarização e crescente tensão que ocorre, nas primeiras horas da manhã de 7 de junho, o desabamento do edifício do New York Hotel, em construção num dos pontos mais centrais do Rio, à rua da Carioca esquina com Praça Tiradentes. Deixando logo como saldo 38 mortos e 25 feridos graves entre os trabalhadores da construção civil, e sendo encarado como prova concreta da ganância do capital e descaso da administração pública, o desastre alimenta a revolta dos militantes operários e lhes dá nova bandeira de luta, assim como novas ocasiões de confronto com a polícia. Durante o dia inteiro agentes policiais cercam o prédio da Federação Operária e volta e meia prendem pessoas a esmo e sem maiores explicações; à tarde um comício relâmpago é interrompido pela força pública e Juvenal Leal, 1º secretário da União Geral da Construção Civil, levado à Polícia Central para

(42) "a avidez do lucro determinou súbita elevação; a preços nunca anteriormente atingidos, de todos os gêneros indispensáveis à vida. E essa alta que nada justifica - os armazéns e trapiches estão abarrotados de mercadorias - coincide com as medidas violentas e arbitrárias da polícia que, apunhalando a Constituição tenta privar-nos até do direito de, em reuniões pacíficas na praça pública, protestarmos contra as extorsões criminosas de que somos vítimas. E sempre a força temida posição ao lado do capital contra o trabalho". Manifesto da União Geral da Construção Civil, lido na reunião de organização do dia 14 de maio, Jornal do Brasil, 15 de maio de 1917:7 (grifo meu).

dépor. A despeito da pressão policial, no entanto, à noite, o salão completamente cheio, a Construção Civil dá início na sede da própria Federação à sessão extraordinária convocada, e em meio a discursos emocionados e denúncias inflamadas⁽⁴³⁾ decide que os mortos seriam carregados a pé até o cemitério e que durante o enterro se faria um comício de protesto contra o crime que o desabamento simboliza. A classe operária comparece em massa à solenidade e na tarde de 8 de junho, janelas e sacadas repletas de expectadores vêem o desfilar imponente de uma multidão silenciosa calculada em mais de 20.000 pessoas. Ao cair da noite a calma do cemitério São Francisco Xavier é interrompida pela voz dos oradores que atacam a burguesia, criticam a organização social e denunciam a opressão do Estado, para exaltarem a necessidade de organização, o sentido da liberdade, a grandeza da luta operária e a inevitabilidade da revolução.⁽⁴⁴⁾

(43) A polícia continua, portanto, oferecendo elementos concretos para a elaboração de um discurso politizado e pragmático sobre os fatos. Note-se, por exemplo, o relato resumindo a estrutura de argumentação da intervenção de um operário, nessa mesma assembleia: "o orador disse que os operários deviam ver nesse acontecimento desgracado a prova do desprezo que as autoridades lhe votam. A polícia, mesmo nesta hora amarga, não se poupa à prática de violências, interrompendo um comício de protesto contra os responsáveis por essa desgraça. Sufocou o protesto e iniciou as suas arbitrariedades, detendo um operário que exercia um direito. Era a polícia no serviço do capital..." Jornal do Brasil, 8 de junho de 1917:8.

(44) A solenidade que se encerra já noite escura, à luz de fósforos e velas, deve ter produzido um clima de forte carga emocional, pois a cerimônia de enterro do restante das vítimas (os trabalhos de remoção dos entulhos só terminam no final da tarde do dia 8), marcada para as 15 horas do dia seguinte, é antecipada arbitrariamente pela polícia e feita por funcionários do Necrotério e agentes da segurança pública a partir das 8 horas da manhã, às pressas e à revelia dos trabalhadores, antes mesmo que a identidade de 3 corpos fosse estabelecida. O fato já ia provocando novo incidente com os operários que se aglomeraram junto ao Necrotério na hora marcada para a saída do enterro, o conflito só não acontecendo por intervenção do diretor do próprio Sind. da Const. Civil.

A explosão de revolta assim buscada não ocorre logo, todavia, pois a catástrofe tem o efeito imediato de irmanar e solidarizar, em vez de dividir e polarizar. O fato tem, aliás, sua representação simbólica na própria solenidade de enterro, pois a pesar dos discursos revolucionários feitos enquanto os corpos são enterrados, às cores dos estandartes das associações operárias e ao vermelho e negro da bandeira anarquista da COB⁽⁴⁵⁾ se misturam.

(45) A Confederação Operária Brasileira (COB) é um organismo mantido exclusivamente pelo esforço do núcleo mais ativo de militantes da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), só tendo tido existência efetiva na capital da República. Sua história de vida se confunde com a da FORJ, e reflete de modo claro as dificuldades decorrentes da luta ideológica, desenvolvida por esta última, para a vitória de sua orientação política e métodos de luta no seio do movimento sindical carioca. Criada por resolução do Primeiro Congresso Operário Brasileiro (realizado no Rio, em 1906), a COB é constituida em março de 1908, desaparecendo no final de 1909, em decorrência da luta política que havia começado a dilacerar os meios sindicais ligados à FORJ, motivada pelas eleições presidenciais de 1910, e pela estratégia "populista" que os políticos hermistas adotaram junto à classe operária, a fim de aumentar a base de apoio ao governo. A própria FORJ, por sinal, entra em decadência em função da disputa, e se desorganiza em dezembro de 1910 para só ressurgir em maio de 1912. Com ela renasce a COB, que em 1913 abre fogo contra o partido operário fundado pelo "ajuntamento do Palácio Monroe" (Congresso de 1912), protesta contra a carestia de vida e faz campanha contra a lei de expulsão de estrangeiros, denunciando na Europa as arbitrariedades do governo brasileiro e as mentiras da propaganda oficial referentes às vantagens concedidas ao imigrante no Brasil. Embora ainda existam traços de sua ação na campanha de 1915 contra a carestia de vida, a guerra e o militarismo, e embora sua bandeira tremule na manifestação acima, tudo leva à conclusão de que a COB é, em 1917, de novo, uma organização fictícia. Nas assembleias e comícios analisados não há o menor vestígio de sua atuação, o que se esclarece pela entrevista concedida por Paschoal Gravina ao jornal A Razão, enaltecedo seus feitos passados e anunciando sua breve reorganização. Sobre a COB, aliás, assim se pronunciou Manoel Alves da Rocha, operário que a partir de 1917 inicia longa carreira como militante da União Geral dos Metalúrgicos:

"A Confederação Operária Brasileira, ela, dentro de um certo período, não passou de uma atividade imaginária. Quer dizer, foi organizada, imaginou-se, mas não saiu da imaginação. Porque eu acompanhei o Terceiro Congresso e não me lembro de ter se falado em Confederação Operária Brasileira.

ram à frente do cortejo fúnebre, o verde-amarelo da bandeira nacional e os matizes dos uniformes dos ciclistas da Guarda Civil e das praças de cavalaria da Brigada Policial que, unidos aos trabalhadores, prestam sua derradeira homenagem às vítimas do desastre.

O acidente tem, no entanto, um impacto difuso mas profundo no seio do operariado carioca. O desespero das viúvas e órfãos em desamparo legal aparece como fato a testemunhar que a classe operária não tem, na realidade, direito a coisa alguma, a profundando o sentimento de miséria e injustiça que vinha se cristalizando naqueles anos de crise. Por outro lado, se a caridade pública se manifesta através de subscrições como a da diretoria da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, ou da boa vontade de "senhoritas da sociedade" que organizam banho precatório e promovem festa benéfica na Quinta da Boa Vista, é em função da solidariedade operária que o movimento de socorro às famílias das vítimas de fato se dinamiza, listas percorrendo fábricas e oficinas, e mais de 15 organizações sindicais e sociedades de Auxílio Mútuo da cidade se unindo à União Geral da

(45) Continuação:

Eu creio que foi uma organização, como que eu vou dizer... simbólica. E, uma organização simbólica. Mas o relatório do Primeiro e Segundo Congresso relata bem essa história.

Relatório da Confederação Operária Brasileira, contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro, reunido no Rio de Janeiro nos dias 8, 9, 10, 11, 12 e 13 de setembro de 1913, e as resoluções do Primeiro Congresso Op. Brasileiro, reunido em abril de 1906. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1914; jornal A Razão, 16 de julho de 1917: 5; entrevista com Nunoel Alves da Rocha, Realengo, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1978.

Construção Civil na campanha para angariar recursos e no apoio às medidas que toma e que obrigam o construtor a indenizar os familiares dos operários mortos até janeiro de 1918. Na experiência coletiva⁽⁴⁶⁾ de dor e solidariedade, desamparo legal e ação independente da classe, o desastre do New York Hotel permanece, portanto, como acontecimento a ser politizado, a greve geral de São Paulo oferecendo, então, o último elemento para os líderes da Federação Operária fazerem a ponte que buscavam e transformarem o descontentamento passivo da maioria dos trabalhadores num movimento ativo por melhores condições de vida.⁽⁴⁷⁾

(46) A participação generalizada e espontânea dos trabalhadores nos eventos posteriores ao desastre pode ser vista através das informações sobre a adesão às cerimônias de enterro. Entre os operários que em grande número se reúnem na rua da Relação para formar o cortejo fúnebre da solenidade que acaba não ocorrendo, se encontram, por exemplo, cerca de 200 operários da Fábrica de Cervejas Brahma, nenhum deles sindicalizado e, portanto, mobilizado por uma organização para abandonar o trabalho e participar do enterro. Em função da cerimônia do dia 8, aliás, diversos são os casos de fábricas, nos diferentes ramos industriais da cidade, que têm seus trabalhos inteiramente ou parcialmente paralizados pela falta de trabalhadores.

(47) Parece-me significativa a falha de memória diversas vezes verificada nos depoimentos que consegui obter junto a operários que viveram esses momentos no Rio, no que diz respeito à ordem temporal entre os dois eventos - desabamento do New York Hotel e greve geral de São Paulo - ou à relação de causalidade imediata entre eles e as greves no Rio. Veja por exemplo o relato que cito logo abaixo. A ordem dos acontecimentos é invertida, o desastre, e não a greve paulista, aparecendo como antecedente imediato do movimento no Rio.

"- A greve foi o seguinte: havia explodido a greve em São Paulo para a conquista das 8 horas de trabalho, então... Vila de São Paulo: São Paulo está em greve! ... Então sucedeu que, mesmo nesse percurso, desabou um edifício que estava em construção aí na Rua da Carioca, esquina com a Praça Tiradentes, com a rua Silva Jardim antiga, aquela que desapareceu. Então, o prédio desabou e subterrâneo uma porção de operários. Então, o pessoal da construção civil levantou-se em greve de protesto, em defesa dos companheiros que subterrânam, que elas não tinham direito a coisa nenhuma, pois nesse tempo não havia lei, não havia coisa nenhuma. Então a



(47) Continuação:

construção civil levantou em greve e pediu solidariedade aos demais trabalhadores. E São Paulo pedia solidariedade também pela conquista das 8 horas. Aí a greve se alastrou... e chegou a nossa casa."

Vale a pena acrescentar que ao discutir o assunto numa entrevista posterior, e em função talvez da memória já mais vivida, esse mesmo operário corrige a ordem temporal dos fatos e a informação equivocada de que a construção se levantara em greve, mas nem por isso deixa de privilegiar o impacto produzido pelo desastre no seio da classe operária:

"- Olha, quando a greve aqui no Rio, em consequência da de São Paulo, eu já... Acho que já disse isso a você, como ela generalizou-se aqui. Ela generalizou-se [...] foi com uma queda de um edifício que estava em construção [...] De maneiras que aquele edifício desabou e subterrhou uma infinidade de trabalhadores. Então surgiu os protestos. A construção civil, o Sindicato da Construção Civil, é que liderou o protesto contra aquela catástrofe. Porque naquela época não existia leis de acidentes de trabalho, e em consequência ninguém ali adquiriu nada. As famílias ficaram todas mesmo reduzidas à miséria. Então gerou um protesto, não é? que generalizou-se pelas demais classes. E com o movimento iniciado em São Paulo, a greve pelas oito horas, ela atingiu as camadas aqui no Rio."

A distinção entre os dois depoimentos é sutil, mas relevante. No segundo, "ela" (a greve pelas 8 horas) "atingiu as camadas aqui no Rio" com o movimento iniciado em São Paulo, mas "ela" "generalizou-se aqui" em função do "protesto contra aquela catástrofe". Ao destacar a importância da experiência coletiva gerada pelo desastre não quero, no entanto, minimizar a relevância e a especificidade da influência da greve geral de São Paulo no curso dos acontecimentos. Toda greve transmite mensagens que encorajam a ação operária, emitindo sinais cujo simbolismo tem comunicação direta com o trabalhador. Não é por outra razão, aliás, que, a meu ver, no depoimento acima citado, o informante se estende em explicações sobre porque o desabamento do NYH é importante para a irrupção da greve no Rio, mas ao mencionar a greve geral em São Paulo se contenta em dizer: - "então... vinha de São Paulo; São Paulo está em greve!" Nada mais é dito, pode-se argumentar, porque para ele evocar a greve paulista é o bastante. Nos seus olhos, o conteúdo e o efeito da mensagem contida na notícia de que São Paulo está em greve são tão claros e óbvios que não demandam explicações. Esse silêncio, creio, é mais significativo que as muitas palavras que ele talvez pudesse ter dito. Entrevista com Manoel Alves da Rocha, operário metalúrgico. Realeengo, Rio de Janeiro, 6 e 15 de agosto de 1978. Sobre as funções expressivas da greve ver Nichelle Perrot, Les ouvriers en grève. Paris, La Haye, Mouton, 1973. Ver também o excelente artigo de William M. Reddy, "The Textile Trade and the Language of the Crowd at Rouen 1752-1811", Past & Present, n.74, fev.1977.

Mobilização agressiva, livre e incontida, pontilhada por conflitos com a polícia, saques a armazéns e ataques a veículos, a greve geral de 1917 em São Paulo é encarada pelos poderes públicos, e pela maioria dos órgãos da imprensa, como perigoso movimento de sedição, só concebível pelas influências espúrias que são logo apontadas como responsáveis pelo "furor ensandecido" que acomete os trabalhadores paulistas: "um verdadeiro sopro de loucura perpassa entre as honradas classes trabalhadoras da paulicéia, agitadas certamente por péssegos elementos, insufladas por estes", escreve o horrorizado repórter do Jornal do Brasil na segunda semana de julho, ao anunciar que "em vez de conservarem a atitude calma e pacífica que fôra de desejar", os grevistas, "em franca anarquia, em pleno domínio do terror" percorrem em bandos amotinados as ruas da cidade, desde as primeiras horas da manhã, cometendo toda sorte de desatinos, violências e agressões à propriedade alheia.⁽⁴⁸⁾ Anunciada dessa forma, como um raio que a todos fulmina, a notícia passa de boca em boca e em poucos dias sacode o país de norte a sul. No Rio, centro político da nação, as repercussões são imediatas. O Congresso entra em polvorosa. O Presidente se agita. As forças da ordem se põem em guarda. Os operários, por sua vez, convergem excitados para o salão da Federação Operária, no dia 14 de julho. E que essa é uma data simbólica, e lá acontece uma reunião com objetivo duplo:

(48) Jornal do Brasil, 14 de julho de 1917:
A greve em São Paulo começa a se alastrar a 11 de julho, a partir do enterro de um operário morto em conflito com a polícia, e se torna geral nos dias 12, 13, 14 e 15 de julho. Sobre o assunto, ver: FAUSTO, Boris, "Conflito Social na República Oligárquica: A greve de 1917". Estudos CEBRAP 10, out./dez. 1974:81-109.

discutir a luta dos companheiros paulistas e comemorar a queda da Bastilha. Não é difícil de imaginar, portanto, como e de que modo, no cruzamento e na fusão dessas duas imagens plenas de significado, os militantes operários conseguem terminar a obra iniciada em Janeiro. (49)

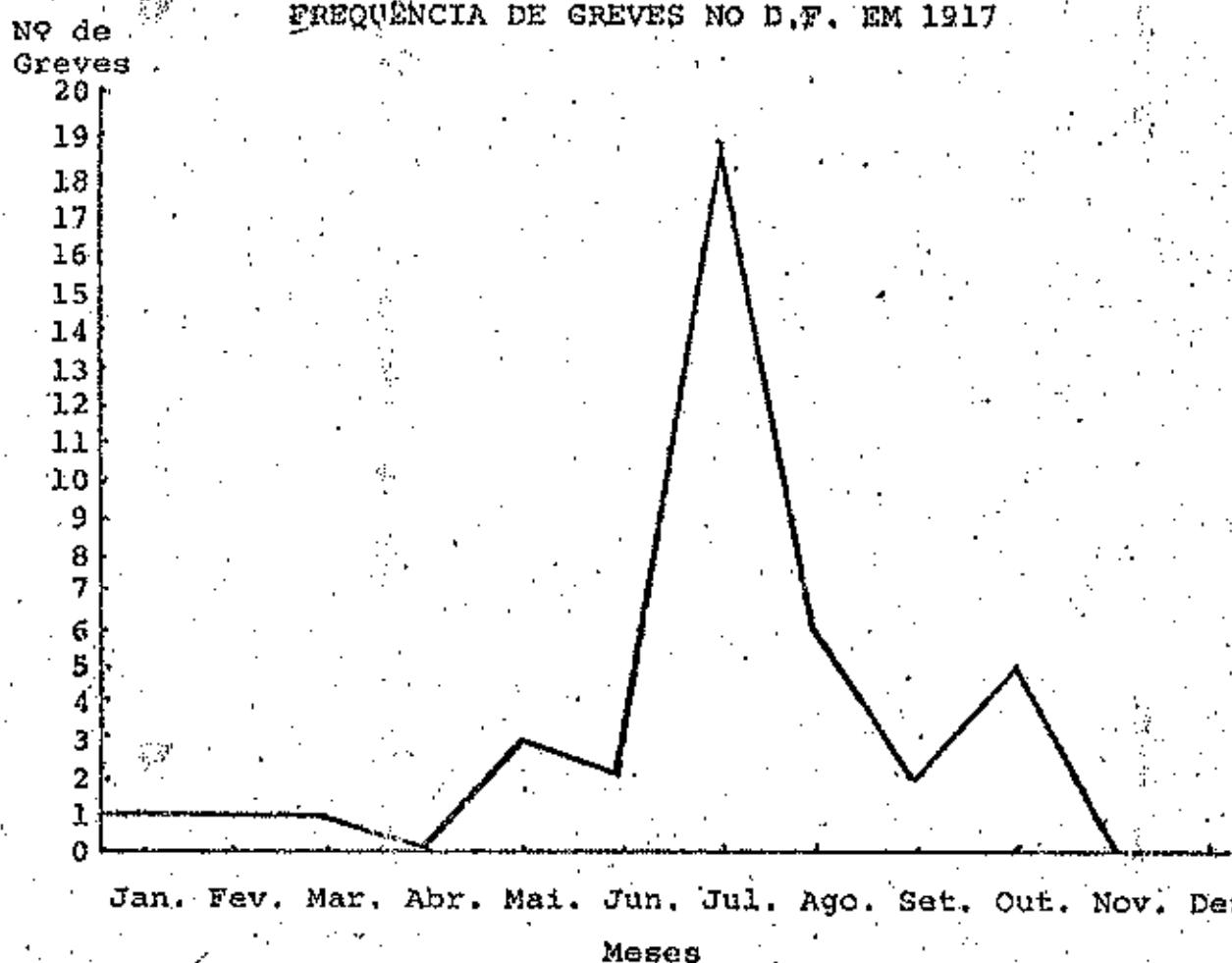
Os acontecimentos se desdobram, então, em ritmo acelerado, e ganham vulto tal qual bola de neve: dia 14, a Federação Operária em seção permanente, vários telegramas às associações sindicais da Capital e dos Estados e uma moção de solidariedade ao operariado paulista; dia 15, uma reunião preparatória de militantes, uma grande assembléia no dia 16 e discussões acaloradas sobre a conveniência ou não de se decretar logo a greve geral; dia 17 nova assembléia geral, a notícia de que a Federação Operária deixara a cada sindicato a liberdade de decisão sobre o que fazer e a resposta imediata dos marceneiros: greve, com uma plataforma de reivindicações constante do programa de luta da Federação; dia 18, o movimento se inicia, e em menos de uma semana se alastrá, e se consolida ao som dos gritos de Liberdade dos grevistas nas ruas.

Os gráficos que se seguem situam e caracterizam a greve generalizada de julho no conjunto de greves ocorridas em 1917 no Rio de Janeiro.

(49) O cruzamento das imagens é realizado também em várias outras reuniões sindicais e em 2 comícios de rua feitos pelo Grupo Anarquista Renovação.

GRÁFICO III-1

FREQUÊNCIA DE GREVES NO D.F. EM 1917



FONTE: Apêndice 3

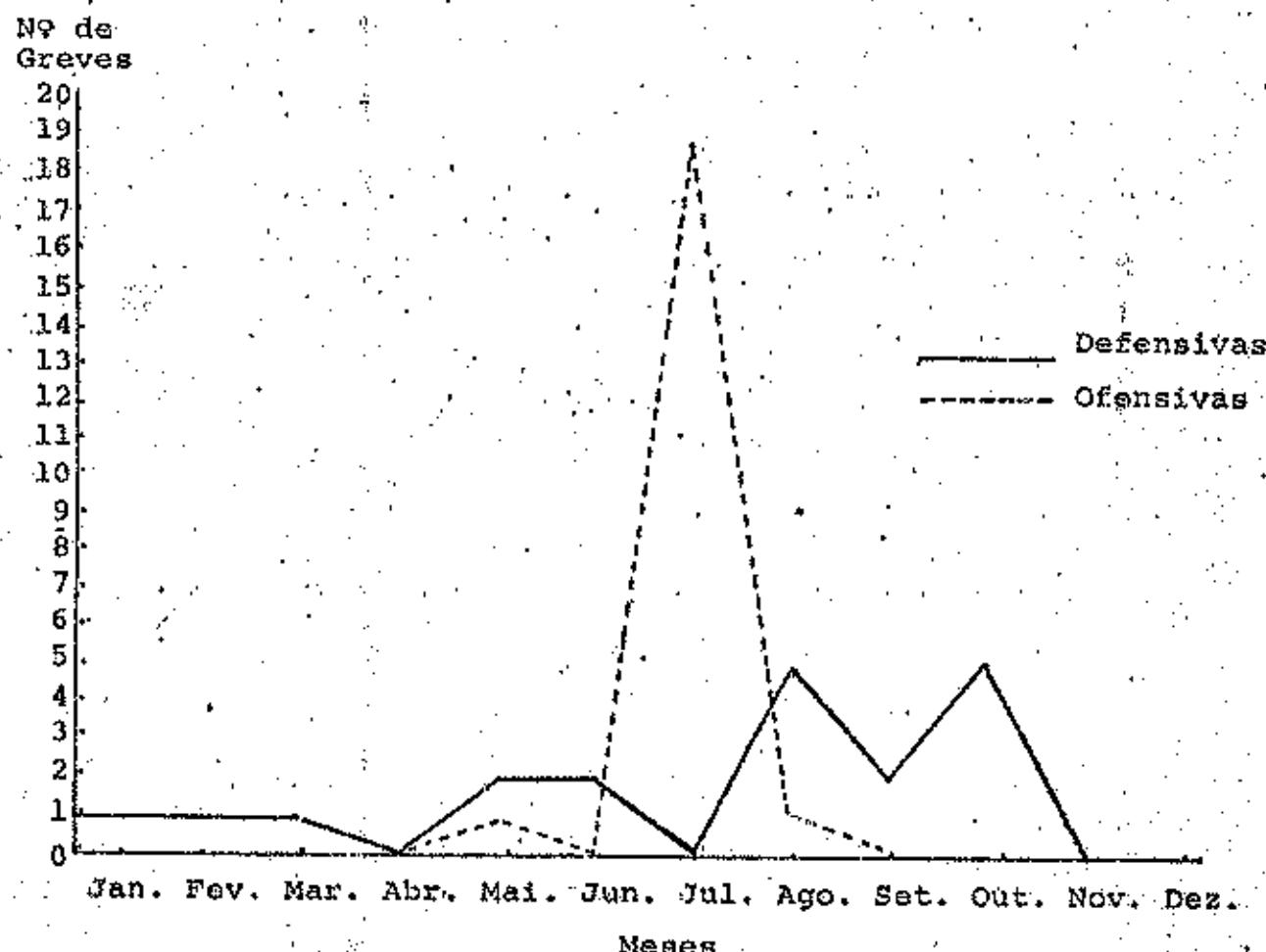
O Gráfico III-1 mostra com nitidez que no ano de 1917 o mês de julho se salienta como momento ímpar: 50% das greves estão ali concentradas.⁽⁵⁰⁾ Mais importante, porém, é a verifica-

(50) As greves de julho estão computadas em separado porque no Rio não se pode realmente falar na existência de um único movimento grevista, de caráter geral ou parcial. Embora se tenha chegado a nomear um comitê central de greve, e a Federação Operária e o Centro Cosmopolita tenham funcionado como centros aglutinadores dos grevistas até serem fechados pela polícia oito dias depois de iniciada a primeira greve, cada greve é em si mesma um movimento distinto, decidido em assembleias sindicais ou de categoria, dirigido de fato por

ção de que esses 50% não representam apenas uma concentração, ou um aumento brutal no número mensal de greves. Representam acima de tudo uma transformação qualitativa, isto é, uma mudança de natureza na própria ação grevista, como demonstra o Gráfico III-2:

GRÁFICO III-2

GREVES DEFENSIVAS E OFENSIVAS EM NÚMEROS ABSOLUTOS, D.F.-1917



FONTE: Apêndice 4.

(50) Continuação

comitês ou comissões de greve específicos à categoria, e que envolve processos de negociação e mediação independentes e diferenciados. Com exceção de algumas greves de solidariedade de que acontecem em fábricas ou empresas isoladas em função da ação de rua dos grevistas, esse é o padrão geral dos movimentos paredistas.

Ou seja, julho é um momento de forte reação ofensiva, no qual grande parte da classe operária deixa de apenas resistir à pressão patronal para tomar a iniciativa do confronto, exercendo plenamente o seu poder de escolha e, assim, decidindo o terreno, o alvo e a hora da batalha que trava por melhores condições de vida.⁽⁵¹⁾ Julho é também um momento isolado, quase como uma ilha perdida num mar de greves defensivas. Seu impacto, no entanto, é profundo e se projeta até o final do ano, alterando de modo significativo o resultado das greves defensivas que a ele de novo majoritariamente se seguem:

QUADRO III-3

RESULTADO DAS GREVES, D.F. 1917 (%)

	Até Julho	Julho	Agosto/Dezembro	Ano
Fracasso	71	40	17	37
Acordo/Vitória	29	60	83	63
T O T A L	100 (N=7)	100 (N=10)	100 (N=13)	100 (N=30)

FONTE: Apêndice nº 5.

(51) A greve ofensiva e defensiva constituem duas grandes vertentes da ação operária. A greve defensiva é aquela que procura assegurar a manutenção de vantagens já adquiridas e que, por isso mesmo, não tem como objetivo alterar fundamentalmente as regras do jogo. Ato de resistência à pressão patronal sobre a condição operária, é em geral súbita e isolada, sendo motivada na grande maioria dos casos por questões de disciplina fabril. A greve ofensiva é o oposto: visa alcançar novas conquistas operárias e, portanto, alterar as condições de compra e venda ou de consumo da força de trabalho. É com frequência organizada, mais extensa (maior número de estabelecimentos), mais ampla (maior número de operários) e tem uma estrutura menos determinada de motivos e reivindicações. Sobre o assunto ver PERNOT, Michèle Les Ouvriers en Grève, Paris, Mouton & Co. e Ecole Pratique des Hautes Etudes, 1974, Vol. 1; CAIRE, Guy, La Grève Ouvrière, Paris, Les Editions Ouvrières, 1978.

Em síntese, em tudo e por tudo, julho parece indicar a vitória dos militantes da Federação Operária. Correspondendo a seu apelo para que se procedesse de acordo com os movimentos do Estado de São Paulo, o Sindicato dos Marcineiros e Artes Correlativas, o Sindicato dos Entalhadores, o Sindicato dos Sapateiros, a União Geral da Construção Civil, a Liga Federal dos Trabalhadores em Padarias, a União dos Alfaiates e a União Geral dos Metalúrgicos se reúnem e, em assembleias agitadas, decidem partir imediatamente para a greve, pois chegam à conclusão de que já era tempo de lutar por uma vida melhor. As costureiras, os chapéeiros, os têxteis, os trabalhadores em estamparias e os operários de algumas fábricas ou empresas isoladas seguem logo o exemplo, aumentando de modo considerável o número de grevistas, e quase tornando possível o almejado sonho da greve geral. Do ponto de vista instrumental imediato das reivindicações específicas, as consequências das greves são as mais diversas - acordos, vitórias, derrotas, boicotes - mas essa diversidade apenas esconde um resultado comum a quase todos os sindicatos e operários que se envolvem no movimento: o entusiasmo renovado pela organização, a fé no futuro, a convicção de que esse fora apenas um confronto num longo processo de luta, que poderia ser duro e difícil, mas que seria ganho, se os trabalhadores se mantivessem solidários e unidos em fortes organizações sindicais.

De fato, ocorrendo em meio ao clima de intensa mobilização e relativa polarização ideológica criado pela carestia, os choques com a polícia, a repressão, as mortes do New York Hotel, os movimentos operários de protesto que explodem no mundo inteiro

ro, a greve geral de São Paulo e, sobretudo pela campanha do Comitê de Agitação Popular, a greve generalizada de 1917 é vivida, no Rio de Janeiro, por vencedores e vencidos, como um estímulo à organização e à luta, o final do ano testemunhando mudanças surpreendentes no perfil organizacional da classe trabalhadora local.

Dessas transformações, o exemplo mais flagrante e radical é dado pelos têxteis. Inteiramente desorganizada, a comunidade têxtil da Gávea vê, no início do ano, o fracasso e a repressão violenta de três greves, duas na Fábrica Carioca em junho, e uma na Fábrica Corcovado em maio. Vê também os obstáculos que a polícia coloca à organização do sindicato que tenta articular com o auxílio e o incentivo da Federação; pressões junto aos proprietários para que não alugassem salas ou prédios para a instalação de organismos sindicais no bairro; proibição, após o conflito ocorrido durante a greve de maio, de quaisquer comícios, ou mesmo ajuntamentos e reuniões em praça pública; invasões das casas dos operários em greve, e ameaças aos trabalhadores que lutam pela criação do órgão de classe. Sente-se, portanto, com pés e mãos amarrados, pois embora a União dos Operários em Fábricas de Tecidos da Gávea tenha sido fundada no início de junho, e delegados tenham sido eleitos para representá-la na Federação, as denúncias de que os têxteis têm sua liberdade de ação cercada não diminuem durante o mês, os jornais publicando até que no começo de julho a Gávea é uma área praticamente isolada, já que agentes de segurança, espalhados por todos os cantos, tentam impedir a entrada no bairro de qualquer operário estranho.

Não menos admirável é o que acontece ao sindicato dos metalúrgicos. Recém-fundada, tendo na Federação um ponto de apoio ainda necessário, a União Geral dos Metalúrgicos não consegue generalizar e coordenar a greve de julho após o fechamento da Federação Operária pela polícia, vendo-se obrigada a decretar a volta ao trabalho sem ter conseguido a satisfação de nenhuma das

(53) Continuação:

"- Os anarco-sindicalistas, eu vou chegar lá. Foram daqui do Rio para lá. Isso foi quando, foi a época mais bonita dos operários de Santo Aleixo! Porque eles organizaram aqui no Rio a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, que transformou mais tarde em sindicato.
- Essa União surgiu logo depois da greve geral de 1917 aqui no Rio, não é?
- Pois foi! Porque os operários lá não tinham nenhuma liberdade, não tinham, eram coagidos. Os trabalhadores não se uniam, os de Andorinha não se uniam com os de Santo Aleixo. Que é duas popoacezinhos, não é? Distante mais ou menos dois quilômetros uma da outra. Se um rapaz lá de Andorinha arranjava uma namorada cai em Santo Aleixo, quando ele vinha conversar com a garota, ô! Ele entrava no cacete [risada geral].
- Então, quer dizer que havia uma ...
- Um vice-e-versa.
- E, uma rivalidade!
- Havia! [risido] era igual duas tribos de Índios que não se davam. Então, quando chegou lá os organizadores da União o pessoal muito treinado em organização, então (...) eles alugaram uma casa no centro, entre as duas povoações, e começaram a marcar reunião. E o povo ia, né? Mas quando chegava lá, encontrava já o diretor da organização, e ele abria os trabalhos já falando em torno daquele caso de falta de união entre os ... e em poucos dias eles se abraçaram [se emociona e chora]. Os de Santo Aleixo quando chegavam e encontravam os de Andorinha se abraçavam, não é? e vice-e-versa. Ficou muito bom! Muito bom! E então, diante disso se fez algumas greves, pequenas, mas que deu ótimo resultado; devido a solidariedade dos trabalhadores e o apoio de uma fábrica a outra, não é? Foi dando força. Até vir o movimento de 1918."

O informante refere-se à tentativa de insurreição anarquista ocorrida em 1918 no Distrito Federal e, por extensão, na cidade de Magé, da qual os têxteis participam de modo ativo. Entrevista com Orlando da Silva Lopes, Caxias, Rio de Janeiro, outubro de 1976.

à localidade.⁽⁵²⁾ Para esses operários têxteis já mobilizados e semi-organizados, a greve de julho significa, então, a ruptura do coração de isolamento e a possibilidade de contatos abrangentes no seio da classe. Estendendo-se por todas as fábricas têxteis da cidade, e gozando de certa legitimidade junto aos poderes públicos (apesar da violência com que se reprime a ação de rua, não se nega o mal-estar gerado pela carestia, nem se procura impedir as assembleias dos grevistas e a negociação das reivindicações) a greve de julho acaba permitindo a realização de reuniões diárias e conjuntas dos têxteis do Rio de Janeiro inteiro, dando ensejo a que um poderoso sindicato de classe fosse montado durante o próprio movimento, com base nas comissões das fábricas paralizadas pela parada geral da categoria. Com isso se opera uma transformação da água para o vinho no movimento operário têxtil. Tendo perdido todas as greves realizadas no início do ano, os têxteis começam agora a somar vitórias, e como no final do ano já haviam conseguido criar delegações em todas as seções de todos os estabelecimentos fabris de alguma importância no ramo, tornam-se capazes de sustentar greves em fábricas isoladas, através da solidariedade e contribuições dos que se mantêm trabalhando, e da distribuição de alimentos aos grevistas por um, dois, três meses, até dobrar industriais antes invencíveis, e obter acordos até então impossíveis.⁽⁵³⁾

(52) Jornal do Brasil, 28 de julho de 1917:7; A Razão, 13 de julho de 1917:4. Para a organização dos têxteis da Gávea ver principalmente o jornal A Razão.

(53) O impacto da organização têxtil ultrapassa, aliás, os limites do D.F. e alcança comunidades fabris no interior do Estado do Rio, como é o caso de Santo Aleixo e Andorinha, povoações que existem em torno das fábricas da Cia. de Fiação e Tecelagem Majaense. O fato me foi assim relatado por um velho tecelão emocionado:

reivindicações apresentadas. A derrota, contudo, não leva ao esvaziamento ou à morte do sindicato, pois ao contrário do que se poderia esperar, é exatamente em função da greve de julho que a União Geral cresce e de fato se organiza, como pode ser visto no trecho da entrevista:

"- E, a história conta isso. Após eles darem por fundo do o sindicato dos metalúrgicos, não houve um desenvolvimento forte de atuação, [...] não foi um trabalho de massa, e sim um trabalho de um grupo; quer dizer, que a classe não deu tempo para compreender o trabalho que estava se fazendo. Porque o que deu vida à União dos Metalúrgicos foi a greve de julho. A greve foi dada no dia 23 de julho lá na Federação Operária. Ali que nasceu o verdadeiro entusiasmo pela organização. Eu participei dessa assembleia. Ah, eu me lembro! Casa grande! Encheu! E um dos oradores era o Gravina, e outros elementos que falaram. Eu estava mocinho, tive conhecimento da greve. Ali que nasceu o euforismo da organização." (54)

Nada mais verdadeiro. Capitalizando emoções despertas pelo movimento de julho, e apresentando o fracasso de sua greve como a melhor prova da necessidade de organização da classe, os iniciadores da União Geral dos Metalúrgicos se mudam para a sede da Associação Gráfica do Rio de Janeiro, retomam a propaganda associativa e dessa vez conseguem ser bem sucedidos. (55) A 16 de

(54) Entrevista com Manoel Alves da Rocha, operário metalúrgico, Realengo, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1978.

(55) Os convites para as reuniões de organização são agora inviavelmente acompanhados de reflexões do tipo: "considerando que o fracasso da greve se deve única e exclusivamente pela falta de organização, e por consequência, falta de compreensão, embora em todos nós sentímos a necessidade urgente de nos libertar da miséria que nos assola e lar, fomos obrigados a transferir para outra ocasião, que esperamos seja breve, se unirmos todas as nossas forças. Assim, sendo, esperamos que não deixareis de comparecer e concordar pela libertação da nossa classe." Jornal do Brasil, 8 de agosto de 1916.



setembro, perante enorme platéia formada de metalúrgicos, representantes da imprensa e de várias associações sindicais, é empossada em sessão solene a primeira diretoria eleita do sindicato. As descrições publicadas de que "se viam operários no salão, nos corredores, por todos os lados, enfim", não devem ser exageradas, pois como Manoel Alves da Rocha é testemunha, "na primeira arrancada, de 1917 a 1918, o quadro da União foi a seis mil." (56)

A mesma história se repete com os operários da construção civil, os alfaiates, os sapateiros, os gráficos: não importa o resultado do combate ofensivo que travam em julho-agosto, o resultado é sempre o mesmo - melhor organização e fortalecimento do sindicato de classe. (57) Quer isso, então, dizer, a vitória completa dos militantes da Federação Operária do Rio de Janeiro? Precisando melhor a pergunta, será que esse entusiasmo pela organização, visível no Rio em 1917, significa a introjeção da palavra de ordem gritada nos comícios e, portanto, a aceitação pelo

(56) A Razão, 17 de setembro de 1917:5; Jornal do Brasil, idem: 6. Entrevista feita em Realengo, R.Janeiro, a 14 de outubro de 1978.

(57) A greve dos gráficos começa a 29 de agosto, mas é o resultado de um longo período de negociações frustradas; iniciadas durante o movimento de julho, precisamente no dia 25. Refundada em janeiro de 1916, a Associação Gráfica tem, em julho de 1917, 1724 sócios matriculados. Durante o período de negociações e de preparação grevista, entram para o quadro social aproximadamente 400 operários, de modo que ao decidir a greve o sindicato já conta com mais de 2.000 sócios regularmente inscritos. A greve termina depois de 16 dias, com a capitulação dos industriais, e com a realização de um acordo bastante vantajoso para os trabalhadores. O fato impulsiona ainda mais o processo de filiação ao sindicato, que, em novembro de 1917, tem como sócios cerca de 4.000 operários dos jornais, papelarias e oficinas gráficas da cidade. O Gráfico, Ano III, 1 de fevereiro de 1917:1, 1 de agosto de 1917:2 e 1 de nov. de 1917.

operariado de que a ação direta é a única forma de luta da classe operária, pois "a emancipação do trabalhador há de ser obra do próprio trabalhador?"

A resposta é sim e não, ao mesmo tempo. Se os alfaia-tes, sapateiros, têxteis, chapeleiros, metalúrgicos, marceneiros, padeiros e operários da construção civil, que correspondem ao apelo lançado pela Federação iniciando o movimento ofensivo de julho, fossem toda a classe operária do Rio de Janeiro, a resposta poderia ser, de certo, afirmativa. Mas como essa não é a verdade, a resposta há que ser matizada. De fato, o que as greves de julho parecem indicar, são a vitória e o fracasso dos pontos de vista defendidos pela Federação, em diferentes setores da classe operária carioca. Com exceção dos padeiros, todas as categorias que se levantam em greve no mês de julho pertencem aos ramos industriais do setor privado. Nessa decisão não são, todayia, acompanhados nem pelos operários dos setores privado e estatal de serviços, nem pelos operários industriais do Estado.

Demonstrar com dados estatísticos o que acabo de afirmar não é algo fácil. O censo industrial não levanta os operários industriais estatais, e o censo populacional os engloba na burocracia (administração pública) e nos diversos ramos industriais aos quais correspondem as suas ocupações. Também os ferroviários, os cocheiros, os motormeiros dos bondes e os operários do porto não podem ser isolados, porque o censo industrial não abrange o setor de serviços, e o censo populacional os inclui na categoria genérica de transportes. Assim, se não é difícil per-

ceber que os portuários (em sua grande maioria operários autônomos que trabalham para o Estado e/ou empresas privadas), os ferroviários (mão-de-obra estatal e privada) e os outros trabalhadores em transporte urbano (mão-de-obra privada) não estão entre os grevistas - quanto a isso, os dados falam por si - o mesmo já não acontece com os operários industriais estatais: como distinguir, por exemplo, entre os metalúrgicos em greve, a existência ou não de operários empregados pelo Estado? Na verdade, a realidade concreta desses operários é até hoje tão mal conhecida e divulgada, que o problema poderia não se ter colocado, não fosse a posição explícita desses trabalhadores com relação à carestia. Foram suas proposições e manifestos que chamaram minha atenção, não só para seu pensamento político e organização de classe, como para a sua própria existência e vida.

No dia 15 de junho o jornal A Razão publica uma nota sobre a mensagem que os Sindicatos Profissionais dos Operários Residentes na Gávea e em Vila Isabel entregam ao Prefeito, pedindo seu apoio pessoal à obra do sr. C.A. Sarandy Raposo.⁽⁵⁸⁾ A nota

(58) Funcionário do Ministério da Agricultura e desde os anos 10 propagandista militante do sindicalismo-cooperativista, do qual produz versão própria e, a seu ver, "essencialmente inédita", Custódio Alfredo de Sarandy Raposo cria, em 1920, a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira, mantendo-se ativo nos meios operários até os primeiros anos da década de 30. Seus pontos de vista estão expostos em vários trabalhos, conferências e monografias, e foram primeiramente sistematizados no livro Teoria e Prática da Cooperação, publicado pela Imprensa Nacional em 1931, e republicado pelo Ministério da Agricultura para distribuição gratuita em 1935, sob o patrocínio de Juarez Távora. Suas incursões nos meios revolucionários de 30 são, aliás, evidentes. Seu manifesto "Razões Econômicas e Filosóficas do Sindicalismo-Cooperativista" é lido no Clube 3 de Outubro, e seu Plano Geral de Organização Agrária aprovado pelo Ministro Juarez Távora, em 1934. Devo ao colega e pesquisador Michel Zaidan, o acesso às obras citadas de Sarandy Raposo.

transcreve apenas um pequeno trecho do texto, mas a citação é o bastante para mostrar que as 800 pessoas que assinam a mensagem parecem formar um agrupamento político cujos princípios diferem radicalmente dos professados pelos militantes da Federação Operária: "Nós abaixo-assinados, operários e operárias protegidos pelo sindicalismo-cooperativista, sentindo beneficamente a pressão da carestia, acrescendo lenta - porém eficazmente - nossas econômicas individuais e coletivas, enquanto a grande maioria do operariado fomenta a atual multiplicidade de 'meetings' infecundos e já mal vistos pelos mantenedores da ordem, vimos, com o devido acatamento, tomar alguns instantes da preciosa atenção de V.Exa. para fazer uma súplica imposta pelo nosso desejo de conquistar valiosos auxílios à campanha despertadora dos imprevidentes e estimuladora dos céticos - que são quase todos os trabalhadores alheios ao nosso programa, quer por inspirações de perfidas, vazadas ou ingênuas correntes políticas, quer por lastimáveis predomínios de teorias revolucionárias."(59) O tom respeitoso, o pedido dirigido aos poderes públicos e a crítica aos comícios e ao deplorável predomínio de teorias revolucionárias são sinais óbvios de que os autores da mensagem procuram se distinguir e se contrapor aqueles que seguem o caminho designado pela Federação, mas são indicações cegas a respeito da identidade ou do provável peso político dos divergentes, e elementos pobres para se compor uma imagem clara do conteúdo real de seu pensamento. Como, entretanto, outras notícias logo se seguem, o quadro acaba se modificando. A 28 de Junho, em nome do Apostolado do Culto do Trabalho

(59) A Razão, 15 de julho de 1917, 2.

lho, o Círculo dos Operários da União envia às diretorias dos Sindicatos Profissionais dos Operários Residentes na Gávea e em Vila Isabel uma moção de apoio e solidariedade às idéias contidas no manifesto sindicalista-cooperativista, por elas entregue ao dr. Amaro Cavalcanti.⁽⁶⁰⁾ Dias depois, o Jornal do Brasil noticia que a União Beneficente dos Operários da Fábrica de Cartuchos (estabelecimento estatal, subordinado ao Ministério da Guerra) resolve apoiar o manifesto, aumentando para seis o número das organizações adesistas.⁽⁶¹⁾ A 9 de julho, se descobre, pelas páginas do A Razão, que o Deputado Federal Vicente Piragibe e os Intendentes Municipais Arthur Menezes e Mendes Tavares participam da assembléia geral de prestação pública das contas da Cooperativa de Consumo de Vila Isabel, feita em sessão solene para mostrar ao "s^r. Prefeito Municipal e todos os exmos. Senadores, Deputados e Intendentes desta Capital" que "a obra remodeladora dos costumes operários" e o "programa moral, social e econômico" dos sindicalistas-cooperativistas merece amparo legal.⁽⁶²⁾ Por fim, pelos Anais da Câmara referentes à sessão de 29 de agosto de 1917, se descobre que os sindicalistas-cooperativistas se reunem em assembléia no dia 21 de agosto, e aprovam mensagem à Câmara Federal. O documento vem assinado por 1.196 operários, e traz a solidariedade do Círculo dos Operários da União, da Sociedade dos Empregados Manipuladores em Tabaco, da União Socialista, do Centro Comemorativo Primeiro de Maio e da União Beneficente dos Operários em Fábrica de Cartuchos, além de duas or-

(60) Jornal do Brasil, 28 de junho de 1917:8.

(61) Jornal do Brasil, 4 de julho de 1917:8.

(62) A Razão, 9 de julho de 1917:2.

ganizações do Ceará, uma da Bahia, três de Minas Gerais e uma de São Paulo. Por outro lado, pela leitura do texto, as dúvidas que permaneciam sobre a existência de um projeto políctico explícito e contraposto ao da Federação Operária se apagam de uma vez por todas. Na mensagem se faz a apologia da iniciativa privada, da livre empresa, do trabalho e do esforço individual, e se apresenta como solução para a carestia o sindicalismo-cooperativista, considerado "não como arma de combate, mas como instrumento de defesa", garantia da ordem "no presente e no futuro" e elemento capaz de contribuir para a unidade e integração nacionais. (63)

A descoberta é importante por duas razões principais. Primeiro, esse grupo parece reunir, além dos praticantes do cooperativismo, algumas organizações sindicais do setor privado, como a Sociedade dos Empregados Manipuladores em Tabaco, em cujo seio militam líderes como Mariano Garcia, figura conhecida nos meios socialistas reformistas do Rio desde o início do século, (64) mas reúne também, e sobretudo, as associações que agrupam os operários estatais, muitas delas, que eu saiba, jamais estudadas ou trazidas à luz do dia. (65) Segundo, por seu contor

(63) Anais da Câmara dos Deputados, Sessões de 21 a 31 de agosto de 1917. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. V, 1918: 976-996.

(64) A trajetória inicial de Mariano Garcia é retratada por Boris Fausto em Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920), São Paulo, Difel, 1976: 53-62.

(65) No entanto, tais associações parecem relevantes. Só para dar uma indicação da diversidade de trabalhadores que elas podem congregar, do Círculo dos Operários da União, por exemplo, podem fazer parte os operários das oficinas das seguintes repartições federais: Arsenais da Marinha, Arsenal de Guerra, Imprensa Nacional e Diário Oficial, Mestrança da Casa de Correção, Casa da Moedá, Estrada de Ferro Rio do Ouro, Estrada de Ferro Central do Brasil e Telégrafos da mesma Es-



no político e ação de classe, esse grupo se diferencia não só dos sindicatos que compõem ou gravitam em torno da Federação Operária, como também daqueles que unidos formam a Federação Marítima Brasileira. (65)

Quando, no início do ano, a Federação Operária cria o Comitê de Agitação Popular e lança a campanha de protesto contra a carestia de vida e o aumento dos impostos, a Federação Marítima se apressa em repelir o movimento, em benefício da estabilidade e da ordem. O fato não causa surpresa ao secretário da Federação Operária que, entrevistado pelo Jornal do Brasil, afirma ser aquela "uma sociedade que obedece a fins políticos", comentando logo a seguir: "como se sabe, ela é presidida por um dire

(65) Continuação:

trada, Depósito de São Diogo da EFCB, Fábrica de Pólvora do Piquete, Fábrica de Pólvora Estrela, Fábrica de Cartuchos do Realengo, Capatazias da Alfândega, Repartição de Águas e Esgotos (serviços permanentes), Oficinas da Repartição Geral dos Telégrafos, Arquivo Público, Biblioteca Nacional e Diretoria Geral de Estatística. Constituição do Círculo dos Operários da União, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912.

(66) Fundada no dia 13 de julho de 1916, à noite, na União dos Foguistas, numa cerimônia solene durante a qual é empossado o seu presidente, o Comandante Muller dos Reis, chefe do Tráfego e Navegação do Lloyd Brasileiro, a Federação Marítima Brasileira reúne inicialmente 7 organizações marítimas: Associação dos Marinheiros e Remadores, Centro Marítimo dos Empregados em Câmara, Associação dos Mestres Práticos da Baía do Rio de Janeiro, Congregação dos Oficiais da Marinha Civil, Grêmio dos Maquinistas, União Protetora dos Catraciros, e a União dos Foguistas. Conhece, no entanto, rápido processo de expansão e consolidação, pois, em 1917, consegue, além destas, a Sociedade União dos Taifeiros, a Associação dos Rádio-Telegrafistas, a Associação dos Carpinteiros Navais e os sindicatos dos trabalhadores do porto: Sociedade União dos Estivadores, Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e a Sociedade União dos Trabalhadores em Carvão e Mineral. Liga Marítima, ano IX, nº 108, junho de 1916 e ano X, nº 116, fevereiro de 1917; Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1917.

tor do Lloyd, o sr. Muller dos Reis, que tem como companheiros de diretoria pessoas de alto costurno. Seria engraçado que esses senhores, que se acham perfeitamente satisfeitos, viessem comunicar com a massa operária reduzida à miséria." (67) O comentário, aliás, é brando, já que nos círculos da Federação não são incomuns observações mordazes e acusações de que a Federação Marítima não passa de um bando de politiqueiros a reunir amarelos. (68) Não é por acaso, portanto, que as organizações sindicais do porto se recusam publicamente a aderir à reação ofensiva de julho. Entre elas e a Federação Operária existem diferenças reais de orientação e credo político, que tornam difícil - ou talvez impossível - a ação conjunta. Seria enganoso, contudo, tomar este fato como evidência de uma identidade entre a Federação Marítima e a maioria das associações dos operários estatais. (69) Ao contrá-

(67) Jornal do Brasil, 19 de janeiro de 1917;7.

(68) O termo amarelo tem longa tradição na história da classe operária. Na França, por exemplo, amarelo é uma denominação pejorativa utilizada no início do século para designar os fura-greves. Já na Espanha, amarelo era o qualificativo empregado para denominar os sindicatos católicos criados e/ou indentificados pela burguesia e pelo Estado, com a finalidade de solapar a força do movimento anarco-sindicalista. No Brasil, o termo parece ter sido usado de maneira menos específica, por anarquistas, anarco-sindicalistas, e mais tarde, pelos comunistas, para qualificar os setores do movimento operário e sindical que não lutavam pela revolução proletária, nem questionavam os fundamentos da ordem burguesa. Os fura-greves eram com maior freqüência chamados de carnelhos.

(69) Os portuários cariocas têm sido sistematicamente tomados por operários estatais. A confusão se deve, sem dúvida, ao fato do Porto do Rio de Janeiro integrar o Patrimônio Estatal e ser uma Altarquia Federal desde a sua construção. Esquece-se, contudo, e em primeiro lugar, que, na República Velha, o porto era arrendado a particulares, os quais contratavam a mão-de-obra necessária à exploração dos serviços do cais; e em segundo lugar, que os serviços do cais, independentemente de quem os explora, não compreendem o trabalho da estiva e a maior parte do trabalho de arrumação, nos trapiches e armazéns, ambos feitos, em geral, por trabalha-

rio dos sindicalistas-cooperativistas, os trabalhadores do porto não fazem a apologia da iniciativa individual, nem muito menos da livre empresa. Também não negam a existência de interesses contraditórios entre operários e patrões, e não se furtam à greve e ao conflito aberto contra seus empregadores. Dentre os movimentos grevistas feitos no Rio em 1917, o liderado por uma organização portuária - a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Cafá - é, por sinal, o único a utilizar, como tática principal de luta, a violência aberta e a coerção. Na verdade, entre os sindicatos dos portuários e as associações dos operários estatais parece haver um abismo igual ou maior do que a clivagem visível entre aqueles e a Federação Operária: apesar da distância mantida e das diferenças de ideologia, o papel de destaque desempenhado pelos diretores da União dos Operários Estivadores na organização final dos têxteis, durante a greve geral da categoria,⁽⁷⁰⁾ é apenas um elemento, entre muitos outros, a indicar que, entre os militantes das duas Federações, nem todos os canais de comunicação estão definitiva e inteiramente bloqueados.

(69) Continuação:

dores autônomos inscritos na Capitania dos Portos. Assimilar, portanto, os sindicatos portuários às organizações dos operários estatais é, na verdade, cometer um erro duplo: nem os estivadores e arrumadores são operários estatais, nem seus sindicatos se comportam politicamente como as associações dos trabalhadores federais e municipais.

- (70) Depois que a Federação Operária é fechada pela polícia, os têxteis passam a se reunir na União dos Operários Estivadores. Sua organização é então claramente estimulada e orientada pelos diretores da União, que apoiam o movimento e participam ativamente das assembleias de organização da classe.



Por fim, repelindo as propostas de luta da Federação Operária, existem ainda os sindicatos dos operários privados em transporte urbano. Estes, não só negam apoio à campanha contra a carestia de vida a pedido do Chefe de Polícia,⁽⁷¹⁾ como se mantêm alheios ao movimento de julho. O contraste é, aliás, a todos visível. Exatamente quando os operários industriais privados partem para a greve ofensiva, procurando arrancar diretamente de seus patrões aumentos salariais e melhores condições de trabalho, o Centro dos Choferes, a Resistência dos Motoristas, o Centro dos Empregados em Ferrovias e a Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas se reúnem para fundar a Federação dos Condutores de Veículos, e consagraram a organização de "uma grandeza dentro da ordem, do direito e da razão."⁽⁷²⁾ A sessão é presidida pelo Consultor Jurídico da Federação Marítima Brasileira, o qual, segundo relato do Jornal do Brasil, "faz o paralelo do braço e do capital, dizendo que este não pode viver sem aquele e vice-versa", e que "na reivindicação do que os operários acham justo devem eles reclamar à sombra da

(71) De fato se tem várias evidências: na assembléia da Federação Operária do dia 21 de janeiro é lido, por exemplo, um telegrama de um chofer lamentando que sua associação deixe de compartilhar da campanha para ser agradável ao Chefe de Polícia. No dia 20 de janeiro o jornal A Razão publica uma nota oficial da chefatura de polícia divulgando que a convite de Aurelino de Leal representantes da Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas haviam ido ao Gabinete do Chefe de Polícia e lá declarado que as "pretensões dos anarquistas" eram "inopportunas e desavisadas". No início de fevereiro, militantes da Federação Operária criticam com ironia o gesto dos cocheiros e carroceiros, oferecendo um retrato ao Chefe de Polícia avaliado em 3 contos de réis. Jornal do Brasil, 22 de janeiro de 1917:6 e 1 de fevereiro de 1917:9; A Razão, 20 de janeiro de 1917:5.

(72) Discurso de João Ferreira de Freitas, presidente eleito da Federação. Jornal do Brasil, 27 de julho de 1917.

lief, colocando as suas aspirações sob o amparo do Governo." (73) A solenidade tem como convidados de honra os representantes das associações marítimas e portuárias, e se desenvolve ao som de uma banda de música do Exército. Ao final são servidos chá e doces finos.

A primeira conclusão a que se chega, então, com o exame da reação dos trabalhadores ao que percebem como sendo a crise de 1917, é a confirmação da existência de importantes fissuras na prática política da classe operária carioca. No Rio de Janeiro, parece haver pelo menos quatro agrupamentos distintos de organizações operárias, e a cada um deles parece corresponder um comportamento político de classe específico: 1) a Federação Operária do Rio de Janeiro, que organiza os trabalhadores industriais do setor privado e que tem o apoio de alguns trabalhadores privados do setor terciário, como por exemplo os garçons do Centro Cosmopolita; a Federacão Marítima Brasileira, que agrupa num só corpo os sindicatos dos trabalhadores do porto - basicamente a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Cafê, a União dos Operários Estivadores e a Associação dos Trabalhadores em Carvão Mineral - e uma multiplicidade de associações dos marítimos do porto e da marinha mercante, que organizam desde oficiais a marinheiros e taifeiros; 2) o grupo formado pelas associações dos operários estatais, que inclui as organizações dos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil, as dos operários industriais das oficinas federais, as dos operários mu-

(73) Discurso citado na nota anterior.

nicipais, além de algumas do setor privado; e 4) a Federação dos Condutores de Veículos, que reúne os trabalhadores do setor privado em transporte urbano. Por outro lado, apesar da visão impressionista que acabo de dar de tais clivagens ou blocos de organizações operárias, uma segunda conclusão parece indiscutível: apenas na Federação Operária os anarquistas são importantes. Sua marca pode ser vista no conteúdo dos comícios - luta operária independente, ação direta, emancipação do trabalhador, libertação das garras do capitalismo, crítica acerbada à Autoridade, incompatibilidade entre a sociedade livre e o Estado, etc. - e na identidade dos seus militantes ativos, mas não é encontrada em nenhum outro lugar.

Dante desse quadro, é impossível evitar que a imagem criada pela literatura clássica sobre a classe operária, no Tempo 1, comece rapidamente a esmaecer, e que a pergunta feita no primeiro capítulo do trabalho volte de novo com força redobrada: Qual terá sido o caráter dos movimentos operários e sindicais na República Velha? ao se estudar o Rio, será que se pode falar na existência de um único movimento anarco-sindicalista, ou é importante falar de um sindicalismo cujas clivagens internas são tão profundas que justificam o reconhecimento de práticas sindicais inteiramente distintas? A indagação é tanto mais instigante quanto complicado é o problema, pois se a ação da Federação Operária na crise de 1917 for examinada mais de perto, e se à questão da carestia se acrescentar, por exemplo, a da guerra, até a conclusão de que seus militantes são anarquistas tem de ser questionada.

A 12 de abril, exatamente uma semana depois do torpedeamento de um navio da marinha mercante brasileira, e em função do rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha e da exaltação patriótica que se verifica em todo o país, a Federação Operária se reune para discutir o que fazer, face aos acontecimentos recentes. Os resultados da reunião são o "Manifesto das Classes Trabalhadoras Contra a Guerra" e a convocação de uma assembléia geral para sua leitura e aprovação. Nessa assembléia, entretanto, algo inesperado acontece: o manifesto é aprovado, mas se decide também que a classe enviará uma mensagem ao Presidente da República, propondo um meio de resolver a melindrosa situação do país. Fazendo, portanto, as posições anti-políticas abertamente defendidas pela Federação durante a campanha contra a causticidade de vida e o movimento de organização sindical, dias depois nova assembléia discute e vota a mensagem que é entregue no Catete, a 25 de abril, por uma comissão de operários brasileiros e estrangeiros. Nesse interim, a Federação Operária faz um apelo à Federação Marítima Brasileira para que ela não apoie a participação do Brasil na guerra e, posteriormente, já em maio, aprova mensagem ao Congresso Nacional, reforçando e explicitando melhor os pontos de vista defendidos na moção entregue a Wenceslau Braz.

Tendo em vista tudo o que foi dito nos comícios sobre os políticos e a política, como interpretar o significado dessas moções aos poderes públicos? Inconsistência? Ambiguidade? O relato da assembléia que aprova a mensagem ao Presidente da República é a esse respeito revelador: "Sendo posta em discussão a

mensagem, levantou-se o sr. Joaquim Campos para dizer que, como anarquista, se revoltava contra a ida da comissão operária ao Cate para entender-se com o sr. Presidente da República, principalmente para entregar-lhe uma mensagem. A Federação Operária, segundo o seu modo de pensar, dentro dos seus princípios sindicalistas revolucionários, não poderia dar esse passo. Era uma incoerência. Por isso protestava contra a mensagem. O sr. Maximiano de Macedo que dirigia a assembleia, levantando-se, declarou com energia que a Federação Operária do Rio de Janeiro não era anarquista. Nela tem tido ingresso operários de todos os credos políticos e religiosos, porque não tolhe ela a liberdade de pensar de quem quer que seja. Quer que isso fique esclarecido de vez. A Federação não é anarquista." (74)

Mas se a Federação Operária não é anarquista, ou anarco-sindicalista, ela é o quê, então? Por que a mensagem que é redigida por um homem que se declara anarquista tem de ser defendida pela lembrança de que na Federação nem todos são anarquistas? (75) Há uma sugestão clara no comentário dos socialistas: "Em nenhuma parte do mundo fabrica-se tantos anarquistas como no

(74) Jornal do Brasil, 19 de abril de 1917:7. A essa declaração segue-se uma salva de palmas. O debate continua, chegando a haver um momento de tumulto, mas a mensagem é aprovada com quase unanimidade de votos. Muitos a aprovam, sem acreditar na sua eficácia, porque ela representava o "sentimento de humanidade da classe".

(75) A mensagem é escrita por Joaquim Gonçalves da Silva, que em comício, assim se dirige ao público, segundo relato do Jornal do Brasil: "Camaradas. Eu um anarquista que vos fala. Nas ei no Brasil, mas a recordação do lugar em que nasci não vai ao ponto de esquecer que como operário a minha pátria é o mundo. Nada tenho que ver com essa bandeira pintada de verde e amarelo, porque não a reconheço como minha". Jornal do Brasil, 22 de janeiro de 1917:6.



Brasil. Qualquer sindicalista inofensivo, qualquer socialista parlamentar, ou simples progressista que adotem as idéias europeias sobre o operariado, são imediatamente diplomados de anarquistas, apesar de serem contrários ao anarquismo, que muitas vezes é a doutrina antagônica a sua. O resultado desta levianidade não se faz esperar. O anarquismo que na realidade só é composto de uns quatro pingados, aparece ante a opinião pública como uma seita formidável, e muitos espíritos ignorantes, crendo que a doutrina das últimas inocentemente acusadas seja o anarquismo, tornam-se anarquistas também."(76) Em síntese, quase todos aqueles que se consideram anarquistas têm falsa consciência e não sabem o que dizem.

Mas será isso verdade? Impossível responder de pronto. Com os elementos até agora reunidos, só se pode dizer que entre os oradores dos comícios existem anarquistas ou anarco-sindicalistas. Que eles são ouvidos por uns, e repelidos por outros. Que em função do poder de sua mensagem, os sindicatos que compõem a Federação Operária seguem com freqüência - a despeito de serem ou não anarquistas - palavras de ordem de clara procedência anarquista ou anarco-sindicalista. O que não se sabe é por que isso acontece. Qual o poder de persuasão dessa mensagem, ou seja, por quem, em quê, e por que ela é aceita ou repelida, é, portanto, uma questão a mais a investigar, pois nem entre os operários industriais do Rio de Janeiro, a imagem tão cara ao modelo de um proletariado homogêneo e basicamente anarquista parece se ade-

(76) Folha Nova, órgão do Partido Socialista do Brasil, Rio de Janeiro, ano I, nº 5, primeira quinzena de março de 1919:3.

quar aos personagens que, na realidade, criaram e conformaram o movimento operário carioca, no Tempo 1.

CONCLUSÃO

Examinada em seus detalhes, a crise de 1917 desnuda relações e evidencia traços distintivos que torna indiscutível a importância de um estudo mais aprofundado da diferenciação operária para a melhor compreensão não só dos movimentos operário e sindical do Rio de Janeiro, como da própria estrutura da mão-de-obra industrial carioca.

Em seus impactos sobre a economia, a guerra acentua os contrastes existentes entre alguns ramos industriais privados - fábricas têxteis cujas máquinas se movimentam a todo vapor, e que são como gigantes a esconder pequenas oficinas de sapatos ou roupas, cujas ferramentas se movimentam em ritmo humano - e pela linguagem da produtividade, do emprego e do desemprego torna mais clara a heterogeneidade estrutural e conjuntural desses trabalhadores - têxteis que sofrem nos músculos a pressão da velocidade das máquinas, mas que desfrutam do pleno emprego; artesãos ou semi-artesãos que ainda controlam o processo de trabalho, mas que enfrentam a diminuição da oferta de emprego.

Em seus desdobramentos políticos a guerra e a carestia salientam as fissuras do movimento operário sindical. Os trabalhadores industriais privados estão nas ruas. São os principais

expectadores dos comícios feitos pela Federação Operária contra o aumento dos preços, a guerra, o Estado e a dominação burguesa. São também os atores das várias passeatas e inúmeros movimentos grevistas que sacodem a cidade durante quase o ano inteiro. Essa mobilização intensa, que vira manchete e notícia de jornal, é que pela multiplicação dos manifestos, demonstrações e assembleias acaba permitindo que o discurso operário flua para um espaço público do qual em geral está ausente, contrasta, no entanto, de modo surpreendente, com o relativo descaso dos outros setores da classe. Os portuários repõem o protesto político em benefício da ordem, e oferecem à nação em armas seu apoio e fervor patriótico. Os operários estatais engolem os cortes de verba e os atrasos de pagamento e, economizando, se comportam como o modelo do cidadão complacente.

o contraste não deixa de ser intrigante. Em 1917, o protesto operário assume dimensões quase internacionais. Portugal, Espanha, Itália, França, Inglaterra, Hungria, Áustria e Rússia são palco de movimentos que vão desde o saque de gêneros alimentícios e as greves salariais aos conflitos industriais e à revolução. Também na América Latina, vários são os países em que a revolta operária se manifesta de forma aguda. No Brasil, greves explodem em São Paulo, no Estado do Rio, no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Pernambuco, na Bahia, em Minas Gerais e na capital da República. Ao apontar esses fatos não pretendo sugerir, é claro, que em 1917 estejam em ação causalidades de fundo teleológico. Se é verdade "que existe um estílo de correlação greve-conjuntura próprio ao mesmo tempo de um certo estágio da

sociedade e da consciência dos atores." (PERROT, 1974:102), se é fato que a greve contém em si mesma um simbolismo e uma dimensão expressiva que tem um efeito multiplicador e que estão na raiz do seu caráter epidêmico, também é certo "que não existem greves exemplares: o que se produz num lugar pode não se produzir em outro. Cada conflito se insere em realidades particulares e se explica pelas situações concretas de cada caso, pois as condições nas quais a relação de classe se exprime e se manifesta dependem do ambiente social, econômico e político da empresa, da localidade e da região." (CAIRE, 1978:26) Ora, é exatamente em função dessa verdade dupla que os acontecimentos do Rio são interessantes e convidam à reflexão.

A carestia atinge a toda a classe operária. Os gêneros alimentícios escasseiam em todos os lares. Os salários estão depreciados e as greves se multiplicam. Por que então, alguns setores da classe operária calam o protesto, recusam a mensagem dos comícios e se mantêm passivos durante o movimento offensivo de julho? Creio que a resposta não está na aleatoriedade do acaso, mas em algo talvez mais profundo e permanente. Se, tal como se supôs no início da pesquisa, o tempo da crise não é - senão o tempo normal concentrado, se, como diz Debray, o tempo da crise "suspende as normas em vigor, sacode os hábitos, destrói as regras admitidas de comportamento, mas é ali que a regra aparece", então tanto a mobilização quanto a não mobilização da classe operária carioca têm um sentido que transcende os efeitos conjunturais de 1917, e que merece ser buscado. Procurar esse sentido é, na verdade, começar a investigar o poder da palavra anarquista,

pois uma das maneiras de se estudar o anarquismo é se indagar sobre o por que do não-anarquismo. É o que faço, então, no capítulo seguinte, dedicado a um novo diálogo com o modelo.

CAPÍTULO IV

O MODELO REVISTO

A literatura clássica sobre os movimentos operário e sindical brasileiros, no período anterior à Revolução de 30, apresenta a imagem de uma classe trabalhadora homogênea, em grande parte estrangeira, agressiva, revolucionária e predominantemente anarquista e/ou anarco-sindicalista em sua orientação política. No caso do Rio de Janeiro, o exame da reação operária à crise de 1917 mostra que essa imagem dimensiona mal o real alcance da ideologia anarquista e/ou anarco-sindicalista, e faz um nivelamento indevido de práticas sindicais, na verdade, distintas. No Rio, o que existe é uma realidade complexa, onde é possível se perceber conjuntos diferenciados de práticas sindicais, e em apenas um deles os anarquistas ou anarco-sindicalistas são importantes. A relevância da bibliografia clássica não está, contudo, propriamente, no retrato que oferece da classe operária na República Velha ou no período posterior a 30, mas sim, e sobretudo, no modo de interpretar o padrão de desenvolvimento dos movimentos operário e sindical no Brasil. É pelas variáveis explicativas que constrói, e não pelos dados históricos que apresenta, que a literatura clássica se impõe e se perpetua na produção historiográfica mais recente.⁽¹⁾ Ora, ao explicar e criticar esse

(1) Ver, por exemplo, a obra já citada de Boris Fausto - Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920) - onde as variáveis do modelo são historicamente relativizadas, mas com frequência utilizadas como argumento de fundo nas explicações do autor.

esquema de interpretação implícito na literatura, deixei propositalmente em suspenso o problema de suas variáveis. Torna-se quase impositivo, portanto, retomar o diálogo com o modelo explicitado no ponto exato em que foi interrompido, pois é preciso esclarecer a dúvida que ficou no ar: afinal, estou ou não jogando fora as suas variáveis explicativas e, se o faço, que outras coloco no lugar? Redefinindo a pergunta à luz do que agora se sabe sobre o Rio de Janeiro, tem-se, entretanto, uma questão mais precisa: será que através das variáveis básicas do modelo - composição social da classe operária/comportamento do Estado com relação às questões trabalhistas - é possível explicar a diversidade encontrada no perfil político dos sindicatos cariocas e assim dar o primeiro passo para a compreensão do anarquismo enquanto força política? Responder à questão será o objetivo do capítulo.

1. AS VARIÁVEIS DO MODELO

Já indiquei, na Introdução, que a verdadeira variável independente do quadro analítico implícito na bibliografia clássica é o processo de industrialização retardatária segundo o qual ocorre, no Brasil, a mudança da sociedade tradicional à sociedade moderna. É ela que hierarquiza as duas variáveis explicativas apontadas, que se cruzam no Tempo 1 e no Tempo 2 do modelo. A esse respeito, vale a pena relembrar um trecho de Leônio Martins Rodrigues: "... faz-se necessário atentar para as condições

específicas do subdesenvolvimento e da industrialização retardatária e para a remodelação que esse contexto impõe nas relações entre as diferentes camadas sociais: no peso e na influência que essas camadas adquirem no esforço pela industrialização, e no papel e função que determinadas instituições assumem para a aceleração da constituição da sociedade de classes. Quando a Revolução de 30 leva ao governo federal novos grupos políticos (que redefinem o papel do Estado na arena trâbalhista/segunda variável), os mesmos fatores que criaram as condições para sua ascensão agem igualmente no sentido de alterar a composição do proletariado brasileiro (primeira variável). A industrialização, que prossegue na década de 1930, passa a incorporar a mão-de-obra nacional. A acentuada pressão demográfica, aliada à relativa estagnação do setor agrícola, expulsa levas sucessivas de trabalhadores agricultores para as grandes cidades. Os progressos realizados no campo, da técnica e do equipamento põem à disposição das indústrias uma massa de trabalhadores que pode ser rapidamente treinada e preparada para o trabalho fabril, e cujo número supera de muito a capacidade de absorção do parque manufatureiro. Ao contrário das primeiras fases de industrialização, os empresários têm agora diante de si um imenso exército industrial de reserva cuja presença pressiona no sentido de um rebaixamento do nível geral de salários" (RODRIGUES, 1966:167-168; grifo meu). Ora, esse imenso exército industrial de reserva, que habita no pós-30 o coração dos grandes centros urbanos, tem um perfil característico e essencial para o esquema explicativo em questão: é formado do brasileiros vindos do campo, homens, portanto, de mentalidade tradicional. Isso porque, ao surgir no quadro de

uma economia grârio-exportadora, em apenas algumas regiões do país, por substituição de importações e capital intensive, em vez de labor intensive, o processo de industrialização no Brasil deixa praticamente intactas as relações sociais tradicionais (hierárquicas, verticais e de subordinação, centradas no binômio dependência/proteção), vigentes no campo, determinando a persistência de valores tradicionais entre os trabalhadores brasileiros. É por esta via, e com maior ou menor ênfase, que a literatura acaba se apoiando na teoria da modernização, e, em última análise, explicando a diversidade de comportamento político da classe operária, pelo universo de valores tradicional ou moderno presente entre os trabalhadores nos dois tempos do modelo: (2) o movimento operário posterior a 30 é reformista porque constituído de brasileiros recém-emigrados do campo e, por conseguinte, da sombra protetora e autoritária do senhor de terras; o movimento operário anterior a 30 é revolucionário porque constituído de operários estrangeiros modernos, politizados, e já socializados na estrutura de relações individualizadas, igualitárias e horizontais que emergem com a moderna sociedade industrial. Ou seja, para ir logo ao ponto que desejo salientar, ao hierarquizar as variáveis

(2) É interessante notar que, embora se perceba diferenciações na ação política da classe operária durante o próprio Tempo 1, a única diversidade de comportamento político que é problematizada e explicada é a que o modelo procura marcar como tendo existido entre o Tempo 1 e o Tempo 2. Isso faz com que a análise histórica presente na bibliografia clássica vá se empobrecedo e se tornando esquemática até ficar reduzida a uma imagem caricatural dos fatos que tem como objetivo descrever e explicar. O problema é visível principalmente na obra de Leônicio Martins Rodrigues. Sobre a questão ver, por exemplo, a terceira parte ("Do Anarquismo ao Nacionalismo") do livro Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, já citado anteriormente.

do modelo, a variável independente (processo de modernização por industrialização retardatária) privilegia a variável sociológica (composição social da classe operária) e transforma a variável política (comportamento do Estado com relação às questões trabalhistas) num elemento explicativo de segunda grandeza, procedimento que se torna crítico exatamente no Tempo 1.

Assim, se no Tempo 2 o Estado ainda representa um fator dinâmico, muito embora atuando de fora sobre uma classe trabalhadora passiva e tradicional, e desorganizando o que, na verdade, já está logicamente desorganizado; no Tempo 1 é um "fator ausente, que aparece de vez em quando, e apenas negativamente, só para reprimir. Como pode um Estado que nunca está presente influir na diversidade descoberta? Em outras palavras, como é possível um Estado que é dado como tendo um comportamento indiferenciado, unívoco e omisso interferir ou contribuir para explicar o desenvolvimento e a cristalização de práticas sindicais distintas e até mesmo opostas? Não é difícil concluir que por aí o caminho está bloqueado, o que não quer dizer, evidentemente, que as variáveis políticas não tenham lugar num esquema de explicação alternativo. Para que tal aconteça, no entanto, uma visão mais complexa do Estado e do sistema político se faz necessária. Da forma em que as variáveis estão conceituadas e o modelo está construído, só resta indagar sobre a composição social da classe trabalhadora, questionando se não seria a dicotomia brasileiro/estrangeiro que explicaria a diversidade encontrada nas práticas sindicais cariocas.

Proponho, então, que se deixe de lado, por enquanto, as questões relativas às nuances do comportamento político de cada um dos blocos de associações operárias identificado. Isto é, proponho que se esqueça, momentaneamente, que existem matizes no amarelo e que o negro do anarquismo não é a identidade simbólica de inúmeros membros da Federação Operária do Rio de Janeiro. Como, a despeito do seu real perfil ideológico, os sindicatos que organizam os operários do setor industrial privado seguem em linhas gerais as palavras de ordem de anarquistas ou anarco-sindicalistas, e como as organizações dos operários estatais, dos portuários e dos trabalhadores do setor privado de transporte urbano parecem navegar em águas menos agitadas e mais próximas do reformismo, é possível reter inicialmente apenas essa clivagem maior para efeitos de análise. Ou seja, em vez da multiplicidade de práticas sindicais, proponho que se retenha agora essa oposição mais simples: anarquistas e/ou anarco-sindicalistas versus reformistas. Se as correlações sugeridas no modelo entre, por um lado, imigrante/autonomia sindical/anarquismo e, por outro, brasileiro/heteronomia sindical/reformismo são corretas, então, deverá existir no Rio uma classe operária de composição dicotômica: um setor majoritariamente estrangeiro (operários industriais privados), e outro majoritariamente brasileiro (operários estatais, portuários, e trabalhadores das empresas privadas de transporte urbano).



2. A COMPOSIÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA:

BRASILEIROS ANARQUISTAS E ESTRANGEIROS REFORMISTAS

Como as afirmações do modelo com relação à existência de uma classe operária anarquista e estrangeira são construídas com evidências que se referem basicamente a São Paulo, seria interessante iniciar a análise do problema proposto examinando comparativamente em quê o Rio de Janeiro se difere de São Paulo e se perguntando de que modo estariam distribuídos os estrangeiros que imigraram para as duas cidades. O quadro abaixo organiza as informações que se pode obter no censo demográfico:

QUADRO IV-1

ESTRUTURA OCUPACIONAL SEGUNDO A NACIONALIDADE EM %, DF/SP - 1920*

RAMO	Nacionalidade			
	DF brasil.	SP estrang.	SP brasil.	SP estrang.
Agroindústria	5,4	6,2	4,0	6,5
Indústria**	28,8	31,9	41,4	44,2
Transp. Marít./Fluviais	3,5	2,8	0,3	0,7
Transp. Terr./Aéreos	3,3	7,0	3,6	6,1
Finanças	0,6	0,5	0,9	0,8
Comércio	12,6	29,2	8,6	15,3
Força Pública	7,1	0,1	4,3	0,5
Admin. Pública***	7,9	0,8	4,0	1,0
Admin. Particular	1,8	1,9	1,9	1,5
Profissionais Liberais	6,3	3,0	8,2	3,4
Serviço Doméstico	16,2	8,7	8,1	4,8
Prof.mal definidas****	6,3	7,9	15,1	15,2
T O T A L	100,0 (N=348.963)	100,0 (N=172.620)	100,0 (N=121.083)	100,0 (N=118.962)

* Excluídos os de nacionalidade ignorada.

** Inclui os operários em pedreiras, que foram excluídos da categoria Agroindústria.

*** Inclui os empregados nos Correios e anexos, classificados pelo censo na categoria Transportes.

**** Nessa categoria o censo inclui: aprendiz, empregado, operário, trabalhador, etc.

FONTES: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil Realizado em 1º de setembro de 1920, Vol. IV, 5a. Parte (População), Tomo I. Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1930, pp. 24-27 e 170-173; idem, Vol. I (Anexos, Decretos, Instruções e Modelos das Cadernetas e dos Questionários para a Execução do Recenseamento), Rio de Janeiro, Tip. da Estatística, 1922, pp. 80-89.

O Quadro IV-1 torna evidente, em primeiro lugar, que embora existam mais estrangeiros no Rio do que em São Paulo, eles estão cercados por um contingente de brasileiros muito maior. No Rio a percentagem de brasileiros ultrapassa a de estrangeiros em 33,8%, enquanto que em São Paulo somente em 0,8%. Em segundo lugar, o quadro evidencia que no Rio os imigrantes estão bem mais espalhados pela estrutura ocupacional do que em São Paulo. Embora em ambas as cidades a maior concentração de estrangeiros ocorra no setor industrial, o fato é bem mais visível em São Paulo. Nesta, ao contrário do Rio, o percentual de estrangeiros na indústria é bastante superior ao percentual existente no comércio, setor que ocupa o segundo maior contingente de estrangeiros nos dois lugares (a diferença percentual da indústria sobre o comércio é no Rio de apenas 2,7%, enquanto que em São Paulo ela é de 20,9%). Por outro lado, se à categoria "Indústria" for somada a de "Profissões mal definidas", onde o censo populacional reúne os diversos tipos de operários que não consegue classificar por ramo ou setor, a taxa de concentração dos imigrantes na classe trabalhadora aumenta de modo muito mais significativo em São Paulo do que no Rio (em São Paulo o índice de

concentração passa de 44,2% para 59,4%; no Rio aumenta de 31,9% para 39,8%). Esses dados, por si só já indicativos de diferenças razoáveis, necessitam ser, entretanto, complementados por uma análise da relação proporcional existente, nas duas cidades, entre o número de Brasileiros e o de estrangeiros em cada ramo da indústria e em cada setor da economia onde há concentração de operários, pois é essa relação que conforma o perfil - nacional ou estrangeiro - que a classe adquire aos olhos de quem observa. Examine-se, então, o Quadro IV-2 (na página seguinte).

Pelo Quadro IV-2 é possível se ver que a presença do imigrante na classe operária paulista é, de fato, extraordinária. O número de estrangeiros quase que dobra o de brasileiros no setor de transportes e na construção civil; é mais do que o dobro, nas indústrias de alimentação, é um pouco maior nas indústrias metalúrgicas, químicas e de transmissão de forças físicas, sendo quase equivalente nos ramos têxtil, madeiras, cerâmica, vestuário, móveis, artefatos para locomoção, entre os operários classificados em "profissões mal definidas". Já no Rio, o mesmo não ocorre: a presença do imigrante é grande, mas a do brasileiro é muito maior. Na capital da República, os estrangeiros sobrepujam os brasileiros nos transportes terrestres e em três ramos industriais - madeira, cerâmica e alimentação - mas sempre por pequenas diferenças percentuais. Os brasileiros, por sua vez, mais do que dobram a força de trabalho estrangeira em cinco ramos industriais, além dos transportes marítimos e fluviais, e são quase o dobro na construção civil, na indústria química, na de vestuário e na de artefatos para locomoção, assim como entre os tra

QUADRO IV-2

ESTRUTURA OCUPACIONAL NA INDÚSTRIA E NO SETOR DE TRANSPORTES
SEGUNDO A NACIONALIDADE EM %, DF/SP - 1920*

Setores ou Ramos	Nacionalidade			Total (100,0)		
	Bras.	Estr.	SP			
Têxtil	76,9	23,1	0% = 14.960	54,6	45,4	(N= 10.402)
Artefatos de couro/peles	75,7	24,2	0% = 15.533	61,5	38,5	(N= 1.412)
Artefatos de madeira	49,9	50,1	0% = 17.002	50,1	49,9	(N= 1.862)
Metalurgia	71,4	28,5	0% = 15.893	47,8	52,2	(N= 10.101)
Artefatos de cerâmica/vidros	48,4	51,6	0% = 706	56,1	43,9	(N= 2.240)
Produtos químicos	63,1	36,9	0% = 445	46,6	53,4	(N= 427)
Produtos alimentícios	48,3	51,7	0% = 5.803	30,1	69,9	(N= 3.211)
Vestuário e têxtil	65,2	34,8	0% = 54.871	55,1	44,9	(N= 34.454)
Móveis	50,4	49,6	0% = 1.239	50,4	49,6	(N= 3.866)
Construção Civil**	60,9	39,1	0% = 27.568	35,3	64,7	(N= 23.038)
Artefatos para locomoção***	64,3	35,7	0% = 322	52,2	47,8	(N= 556)
Procurão e transmissão de forças físicas****	78,0	22,0	0% = 4.139	47,5	52,5	(N= 4.139)
Indústrias gráficas/de luxo	77,8	22,2	0% = 7.468	64,5	35,5	(N= 4.384)
SUB-TOTAL (INDÚSTRIA) *****	64,8	35,3	0% = 151.918	48,9	51,1	(N= 97.803)
Transportes marítimos/Fluviais	71,6	28,4	0% = 17.019	32,4	67,6	(N= 1.146)
Transportes terrestres/áereos	49,0	51,0	0% = 23.734	37,8	62,2	(N= 11.674)
SUB-TOTAL (TRANSPORTES)	58,4	41,6	0% = 40.753	37,3	62,7	(N= 12.820)
Profissões mal definidas	61,6	38,4	0% = 35.465	50,3	49,7	(N= 36.486)
TOTAL GERAL	63,1	36,9	0% = 228.136	48,2	51,8	(N= 147.109)

* Excluídos os de nacionalidade ignorada.

** Inclui os coextrários em pedreiras, que foram excluídos da categoria Agroindústria.

Nesta categoria o censo populacional inclui segeiros, selteiros, pintores de carropas, albardeiros.

*** E este, eletricistas, gazistas, macinistas sem especificação.

**** Do setor Indústria foi excluída a categoria "Outras Indústrias", porque nela o censo inclui industriais, fabricantes, trapereiros e restauradores de objetos.

balhadores agrupados na categoria "profissões mal definidas". Diante desses dados, e apesar das falhas e imprecisões do censo, me parece seguro concluir que a imagem predominante na literatura aca
dêmica sobre a composição social da classe operária na República Velha não seja adequada para o Rio de Janeiro. No Distrito Federal, são os brasileiros, e não os estrangeiros, que constituem a maioria da classe trabalhadora, e isso é verdade tanto na indústria quanto no setor de serviços.

Essa conclusão, todavia, é ainda insatisfatória para a análise que se quer fazer, por duas razões principais. Primeiro, como o censo demográfico analisa a população, tomando como unidade o indivíduo, a classificação feita por setores da economia ou ramos industriais é, na verdade, muito pouco clara. Tome-se como exemplo, a Estrada de Ferro Central do Brasil, empresa estatal que emprega em 1917, segundo Relatório de Diretoria ao Ministro da Viação e Obras Públicas, nada mais nada menos do que 17.544 pessoas: 1.919 empregados titulados (isto é, do quadro permanente) e 15.625 empregados jornaleiros.⁽³⁾ Comparando as ocupações listadas nos modelos das cadernetas e questionários, utilizados para a execução e apuração do recenseamento, com esse relatório e o Regulamento Interno da Estrada, é possível se ver com clareza que a força de trabalho empregada na EFCB está distribuída em pelo menos quatro categorias da estrutura ocupacional esboçada

(3) ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL. Relatório referente ao ano de 1917, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Tavares Lyra, Ministro da Viação e Obras Públicas, pelo Engenheiro Civil Narciso Aguiar Moreira, Diretor. Rio de Janeiro, Oficinas Auto-Typographicas da Estrada de Ferro Central do Brasil, 1918:182.

pelos autores do censo: "administração pública", "transportes terrestres e aéreos", "correios, telégrafos e telefones" e "indústria". Na primeira está o pessoal burocrático; na segunda estão os trabalhadores ferroviários propriamente ditos (bagageiros, chefe de trem, guarda-freio, manobreiro, mestre de linha, etc.); na terceira, os guarda-fios e telegrafistas da Estrada; e na quarta, os operários industriais, empregados na quarta divisão (oficinas do Engenho de Dentro e do depósito de São Diogo: montagem e reparação de máquinas e locomotivas/fabricação e reparação de carros e vagões) e, na quinta divisão (obras novas, conservação e reparação das linhas e dos prédios da Estrada), assim como, possivelmente, alguns operários das oficinas telegráficas e das usinas de gás e iluminação. Ou seja, a classificação do censo demográfico mascara as atividades industriais do Estado, misturando os operários estatais com os trabalhadores do setor industrial privado. Essa imprecisão na classificação por setores da economia tem, por sua vez, uma razão mais específica - o alto nível de agregação utilizado no agrupamento das ocupações. Chega, assim, a um segundo problema: os dados apresentados têm um nível de agregação que é alto demais para quem tem como objeto de estudo os movimentos operário e sindical. Veja, por exemplo, o ramo "vestuário e toucador". Com base nas cadernetas e questionários mencionados acima, é possível saber que nesse ramo estão reunidas as seguintes profissões, entre outras: sapateiro, alfaiate, costureira, chapelheiro, barbeiro, massagista, engraxate, lavadeira, engomadeira, etc. Ora, entre os operários do setor manufatureiro privado cartoca, os sapateiros constituem uma das frações melhor organizadas, o seu sindicato sendo, como se viu, um dos

poucos que sobrevive à desorganização econômica dos primeiros anos de guerra. Os alfaiates estão entre os que melhores frutos colheram em função do trabalho de propaganda e organização sindical desenvolvido, em 1917, pela Federação Operária: conseguem se reorganizar com rapidez, articular um plano de ação calcado numa tática ofensiva de luta, e alcançar boas vitórias durante o movimento grevista de julho. Os chapeleiros estão desorganizados e mal conseguem participar da greve de julho,⁽⁴⁾ o mesmo acontecendo com algumas costureiras, cuja participação se deve, por sinal, à União dos Alfaiates. Os barbeiros estão organizados, mas não pertencem ao setor industrial, e apenas apoiam a campanha contra a carestia, sem se engajarem no movimento de julho.⁽⁵⁾ Por fim, um percentual elevado das costureiras, assim

(4) Durante o movimento de julho, entram em greve duas ou três fábricas de chapéus e algumas oficinas do centro da cidade. O movimento explode no dia 24, aparentemente sem coordenação prévia, impulsionado pelo clima de entusiasmo gerado pelas manifestações de rua dos grevistas. Uma vez paralisado o trabalho, os chapeleiros dos estabelecimentos em greve fazem uma reunião para discutir as reivindicações que pretendem apresentar aos patrões, e convocam uma assembleia geral da classe para saber qual será sua atitude frente ao movimento. Nesta assembleia, ocorrida a 31 de julho, é aprovada uma indicação nomeando uma comissão de 3 chapeleiros, os mais técnicos, a fim de conseguir a intermediação do Conselho Municipal na aprovação do conjunto de reivindicações que se decide exigir dos industriais. Nos jornais da época não se encontram, contudo, notícias claras sobre a extensão da greve, nem tampouco sobre o seu resultado final. Jornal do Brasil, 25 e 26 de julho de 1917; e de 1 de agosto de 1918; A Razão, 28 e 29 de julho de 1917: 4 e 3, e 1 de agosto de 1917: 3.

(5) A União dos Oficiais de Barbeiro adere à campanha contra a carestia de vida desde a grande reunião promovida pela Federação Operária, em sua sede, no dia 21 de janeiro. Seu representante discursa, no entanto, para explicar que os barbeiros não são anarquistas, e que só participam do movimento por acharem que a causa é justa. No dia 25 de julho, os barbeiros fazem reunião para decidirem o que fazer diante da greve que se alastrava pela cidade. Na reunião aprovam um documento protestando contra a violência policial, e resol-



como as lavadeiras e engomadeiras, os massagistas e os engraxadores são, de certo, profissionais autônomos que trabalham por conta própria, não se envolvendo em greves e pouco ou nada tendo a ver com os movimentos operário e sindical. É fácil concluir, portanto, que a informação obtida através do censo demográfico, de que existem 65,2% de brasileiros e 34,8% de estrangeiros nas indústrias de vestuário e couro carioca é abrangente demais para as necessidades do estudo. Se o que se quer é testar as correlações do modelo nas várias frações organizadas e atuantes da classe operária e, se a relação proporcional entre nacionais e imigrantes varia segundo os diferentes ramos industriais e setores da economia, a impossibilidade de desagregar os dados torna-se obviamente crítica, em todos aqueles casos em que estão agrupados, num mesmo ramo ou setor, categorias ocupacionais de natureza muito diversa, pois, ao contrário dos critérios do censo, as fronteiras sindicais seguem, na grande maioria das vezes, uma lógica precisa e exclusiva - a do ofício.⁽⁵⁾ Assim, se fosse pos-

(5) Continuação:

vem aguardar mais dois ou três dias para tomarem uma atitude definitiva com relação ao próprio movimento. Essa segunda reunião, todavia, ou não ocorre, ou nela se vota contrariamente à greve, que termina semanas depois sem ter contado com a participação de um barbeiro sequer. Jornal do Brasil, 26 de julho de 1917: , e números posteriores.

- (6) Com exceção da União dos Operários em Fábricas Têxteis, que é claramente um sindicato de indústria, todos os sindicatos que, em 1917, organizam os operários industriais privados têm como base o ofício. Ou ales congregam trabalhadores de uma mesma arte - como por exemplo o Centro dos Operários Marmoristas - ou reúnem operários de ofícios ligados ou anexos na mesma indústria - como é o caso da União Geral dos Operários em Construção Civil - sem romper, no entanto, com as fronteiras que separam as diversas "artes", ou "classes", ou "corporações". O fato transparece nos manifestos, na linguagem das decisões - e assim "ficou decidido que todas as corporações que constituem a construção civil declaram desde já a greve" - como também na surpreendente medida de au-

sível suprimir os profissionais autônomos e separar os alfaiates dos sapateiros, como garantir que a relação porporcional entre os brasileiros e estrangeiros que constituem a força de trabalho empregada na confecção de calçados e roupas não sofreria mudanças significativas, influindo na direção da explicação? Por outro lado, como isolar os operários estatais, estimar o seu peso e saber a sua nacionalidade? E como distinguir os marítimos dos portuários, ou os ferroviários estatais dos trabalhadores privados em transporte urbano?

A resposta só pode estar na coleta de dados em outras fontes, já que nem o censo industrial, nem o censo demográfico contêm as evidências que preciso. O censo industrial, além de trabalhar com um universo reduzido, não discrimina a nacionalida

(6) Continuação:

to-dissolução tomada pela União Geral dos Metalúrgicos, após a realização do Terceiro Congresso Operário em 1920, e que acaba quase acarretando o esfacelamento total da organização conseguida em 1917, como pode ser visto no trecho da entrevista:

"Quer dizer que o jornal tinha o apoio da classe? Tinha!... Não houve grande durabilidade porque, nesse período, em consequência do Terceiro Congresso, o nosso sindicato, a União, foi dissolvida platicamente pra dar margem à fundação dos sindicatos por ofícios, e se fazer a Federação dos Metalúrgicos. Mas isso só durou..., isso foi nos fins de 20, durou 21, 22. Já no ano de 22 só existia dois sindicatos organizados, que eram o dos Fundidores e o dos Mecânicos, e a Federação ficou pra lá, os outros sindicatos desapareceram todos. Eu, dos Fundidores, eu ainda convivi nesse período. Mas no fim de 22 pra fim de 23, quase 24, eu fiz o serviço militar, de formas que eu tive de sair da atividade. Foi quando voltaram a levantar novamente a união, porque ela tinha personalidade jurídica, a gente dissolveu ela platicamente, não deu baixa no registro. Quer dizer, em vista de fracassar essa forma de organização, tornou a voltar a União dos Metalúrgicos."

Jornal do Brasil, 23 de julho de 1917:5; entrevista com Manoel Alves da Rocha, Realengo, Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1978.

de dos operários computados. O censo demográfico, que aponta a nacionalidade de toda a população recenseada, classifica as profissões segundo critérios demasiadamente genéricos e abrangentes, dando margem a imprecisões e inúmeras distorções. A tarefa, contudo, não é simples, e pressupõe um longo e árduo trabalho de pesquisa, que envolve não só a utilização de técnicas quantitativas refinadas, como a reunião de um número enorme de fontes dispersas e de difícil localização. Não pretendo ter avançado muito, portanto, no preenchimento das lacunas produzidas pela pobreza dos dados censitários: a produção de estatísticas históricas acuradas sobre a classe operária brasileira é em si mesma um empreendimento singular e específico. Acredito, no entanto, ter conseguido reunir evidências suficientes para mostrar que as correlações do modelo não se sustentam, e que, no Rio de Janeiro, muitos estrangeiros caminham com os reformistas e muitos brasileiros com os anarquistas e/ou anarco-sindicalistas. Observe-se, então, o Quadro IV-3 onde faço um cálculo aproximado do volume de operários civis empregados pelo Poder Federal, no Distrito Federal, e delineio o seu perfil profissional (na página seguinte).

O Quadro IV-3 desvenda realidades que o censo de 1920 oculta e que são, a meu ver, de grande relevância para a exata compreensão da dinâmica do movimento operário carioca. Em primeiro lugar, torna flagrante a importância da presença numérica do operariado estatal: 19.097 indivíduos, ou seja, um número equivalente ou superior ao imenso exército têxtil do Rio de Janeiro.

QUADRO IV-3

OPERÁRIOS FEDERAIS CIVIS POR MINISTÉRIOS SEGUNDO A ESTRUTURA OCUPACIONAL EM %, DF-1917

Ministérios da República	ESTRUTURA OCUPACIONAL					Total 100,0
	Op. Industriais	Portuários	Náuticos	Transp. Urb.	Serv. Vários	
Relações Exteriores	-	-	-	-	-	-
Agricultura, Indústria e Comércio	19,5	-	-	20,8	-	59,4 (N= 106)
Justiça e Negócios Internos	47,5	-	10,3	26,3	15,9	0,0 (N= 1.010)
Guerra	93,2	-	6,8	-	-	0,0 (N= 1.077)
Marinha	74,0	-	24,6	-	-	0,0 (N= 1.902)
Fazenda	34,9	11,9	52,6	0,2	0,4	0,0 (N= 6.371)
Viação e Obras Públicas	67,7	-	-	32,3	-	0,0 (N= 8.445)
T O T A L	57,5 (N=10.994)	4,0 (N=757)	21,2 (N=4.054)	15,8 (N=3.010)	1,5 (N=284)	100,0 (N=19.097)

* Inclui janireiros, cozinheiros, copeiros, barbeiros, lavadeiras, engonadeiras, roupereiras, dispepsícos, etc.

NOTAS:

Tabelas Explicativas do Orçamento da Despesa do Minist. das Rel. Exteriores, exercício/1917, R.J., Imp. Nac. 1917; Tabelas Exp. do Orçamento do Minist. da Agricult., Ind. e Comércio, exercício/1917, R.J., Imp. Nac., 1917; Orçamento do Minist. da Just. e Neg. Internos, exercício/1917, R.J., Imp. Nac., 1917; Orçamento do Minist. da Guerra, exercício/1917, R.J., Imp. Nac., 1917; Regulamento para o Arsenal da Guerra do Rio de Janeiro com aplicação nos demais/ dec. 7.940 de 7/04/1910; Regulamento da Fab. de Cartuchos e Artefatos de Guerra/ dec. 10.783 de 25/02/1914; Orçamento do Minist. da Marinha, exercício/1917, R.J., Imp. Naval, 1917; Tabelas Exp. do Orçamento do Minist. da Fazenda, exercício/1917, R.J., Imp. Nac., 1917; MURANNA, F.G. Memória Histórica da Imp. Nacional, R.J., Imp. Nac., 1922; Lloyd Brasileiro, Relatório do Exercício de 1917, R.J.; Pap. Typ. Villas Boas & Comp., 1918; Tabelas Exp. do Orçamento do Ministr. da Viação e Obras Públ., exercício de 1917, R.J., Imp. Nac., 1917; Regulamento da Estrada de F. Central do Brasil/ dec. 8.610 de 15/03/1911; EFCB, Relatório do Exercício de 1917, R.J., Off. Typ. da EFCB, 1918.

para evoluções, ver Anexo 5.

ro. (7) Em segundo lugar, traz à plena luz do dia um fato talvez insuspeitado: o impacto da mão-de-obra estatal se faz presente de modo muito mais significativo na indústria do que em qualquer outro ramo ou setor da economia, pois a grande maioria dos trabalhadores computados está aí reunida - 57,5% do percentual total, contra 21,2% encontrados no setor marítimo, 15,8% no transporte urbano, 4,0% no portuário e 1,5% no setor classificado como de serviços vários. A análise da estrutura ocupacional por Ministérios não muda muito o quadro. Embora com diferentes percentuais, a concentração de operários industriais ocorre em quatro importantes Ministérios - Justiça, Guerra, Marinha e Viação - caindo apenas no Ministério da Agricultura, onde, por sinal, o número absoluto de operários é ínfimo, e no Ministério da Fazenda, onde a presença do Lloyd Brasileiro, empresa a ele subordinada, faz crescer bastante o número de marítimos. Vale a pena, por conseguinte, desagregar os dados referentes à indústria. Se, tal como em geral é suposto, a força de trabalho estatal for composta necessariamente de cidadãos brasileiros, será aí, e não no setor portuário, como freqüentemente se afirma, que sua presença ou ausência provocará mudanças significativas no sentido da correlação entre a variável explicativa (composição social da classe o-

(7) A mão-de-obra têxtil totaliza 19.264 pessoas, segundo o censo industrial de 1920, e 14.914 indivíduos, segundo os dados ajustados (rever a discussão do Quadro III-2, pp.59/62). Por outro lado, é preciso notar que os 19.097 operários calculados no Quadro IV-3 devem estar aquém do número real global da força de trabalho estatal por duas razões específicas: 1º) muitos trabalhadores não puderam ser calculados por virem englobados nas verbas de material, ou foram computados de modo aproximado com base na verba prevista e no salário médio dos operários da repartição; 2º) aos trabalhadores contabilizados se somam os operários municipais, que, no DF formam um contingente de aproximadamente 2.000 indivíduos.

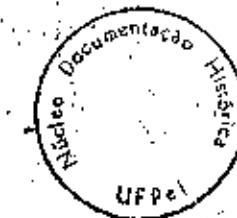
perária) e o fenômeno que se quer explicar (comportamento político dos trabalhadores), ocasionando alterações relevantes na explicação. Para que os dados sejam comparáveis distribuo, então, no Quadro IV-4, os operários industriais federais, segundo os mesmos critérios de classificação profissional empregados pelos autores do censo populacional, na subdivisão da indústria em seus diferentes ramos, utilizando-os também, no Quadro IV-5, para analisar os trabalhadores dos setores marítimo e de transporte urbano, segundo as suas diversas ocupações.

QUADRO IV-4

ESTRUTURA OCUPACIONAL DOS OPERÁRIOS FEDERAIS CIVIS INDUSTRIAS POR RAMOS DA INDÚSTRIA, EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS-DF-1917

Ramos da Indústria	Operários nº absoluto	%
Têxtil	-	-
Artefatos de couro	10	0,09
Artefatos de madeira	716	6,51
Metalurgia	2.788	25,40
Artefatos de cerâmica	1	0,00
Produtos químicos	56	0,50
Produtos alimentícios	-	-
Vestuário e toucação	11	0,10
Móveis	4	0,03
Construção civil	486	4,42
Artefatos para locomoção	6	0,05
Produção e transmissão de forças físicas	66	0,60
Indústrias gráficas/de luxo	1.146	10,42
Profissões mal definidas	5.704	51,90
T O T A I S	10.994	100,00

Fontes: Todas as que são listadas no Quadro IV-3 e mais: Recenseamento do Brasil Realizado em 1 de setembro de 1920. Vol. I - Anexos (Decretos e Modelos das Cadernetas e dos Questionários para a Execução do Recenseamento), Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1922:55-56.



QUADRO IV-5

ESTRUTURA OCUPACIONAL DOS OPERÁRIOS FEDERAIS CIVIS NOS SETORES MARÍTIMO E DE TRANSPORTE URBANO POR PROFISSÕES, EM NÚMEROS ABSOLUTOS E RELATIVOS - DF - 1917

Profissões	Operários	%
	Nº Absolutos	
SETOR MARÍTIMO*		
Calafate	-	-
Maquinista	376	9,30
Foguista	578	14,25
Marinheiro	839	20,70
Remador	246	6,06
Catreiro	-	-
Estivador	-	-
Marítimo	-	-
Mestre de embarcação/contra mestre	127	3,10
Piloto	-	-
Patrão	71	1,75
Carvoeiro	343	8,59
Taifa/serviços de bordo	756	18,64
Moços	357	8,80
Boys	29	0,71
Dragador	1	0,00
Chateiro	10	0,24
Carpinteiro	50	1,23
Mecânico/electricista	13	0,32
Cabos-caldeirinha/foguista/electricista e frigorífico	258	6,40
Sub-totais	4.054	100,0
SETOR DE TRANSPORTE URBANO**		
Ferroviário***	2.729****	90,70
Coqueiro/carroceiro	256*****	8,50
Carreteiro	-	-
Chofer/motorista	25	0,80
Condutor de veículos	-	-
Carregador	-	-
Arrieiro/arreador	-	-
Ciclista	-	-
Sub-totais	3.010	100,00

* As profissões marítimas listadas abaixo da linha pontilhada não figuram nos modelos das cadernetas do censo, e foram relacionadas por mim com base nas fontes manipuladas para a confecção do quadro. Das profissões relacionadas nos modelos do censo, exclui as de barqueiro, canceiro, jangadeiro, comandante/fretador/inspetor/vigia e guardião de navios, por não se referirem ao universo em análise.

** Pela mesma razão, deixei de relacionar as profissões: aeronauta, aviador, calceteiro, cangaceiro, tropeiro e varredor de ruas.

*** Na categoria ferroviário agreguei as seguintes ocupações mencionadas no censo: agente, bagageiro, guarda-cancela, guarda-freios, mestre de linha, manobreiro, carimbador, guarda de estrada de ferro e chefe de trem.

**** Inclui alguns operários industriais das oficinas telegráficas e das usinas de gás e iluminação da EFCB, cuja discriminação foi impossível.

***** Inclui algumas unidas de caçaria e pesca.

Os quadros acima merecem ser examinados com cuidado, pois localizam os operários federais na escala ocupacional empregada pelo censo demográfico, permitindo, por comparação, uma análise mais precisa do impacto de sua nacionalidade entre os trabalhadores das diferentes frações que compõem a classe operária carioca.

Com relação ao Quadro IV-4 quero discutir, então, duas evidências que nele ficam muito claras. Primeiro, a presença do operariado estatal na força de trabalho industrial da cidade não é difusa. Concentra-se principalmente em dois ramos industriais - metalurgia e indústrias gráficas e de luxo - e, com percentuais muito mais baixos, em dois outros ainda - madeira e construção civil. Segundo, se utilizados os critérios classificatórios do censo, é possível se verificar que mais da metade dos trabalhadores industriais federais se encaixa na categoria "profissões mal definidas" e, portanto, fora do universo que, em geral, é considerado nas discussões sobre a composição social da classe operária do Rio de Janeiro.

O fato, quase nunca percebido, parece ter uma explicação que é bem simples e que envolve o seguinte raciocínio. Por um lado, como já foi mencionado, na categoria "profissões mal definidas" os autores do censo reunem cinco profissões operárias que não conseguem enquadrar na escala ocupacional montada - "aprendiz", "artífice", "operário", "empregado" e "trabalhador" - além de duas outras que não se referem à proletários - "Comércio" e "administrador". Por outro lado, a análise dos orçamentos mi-

nisteriais, mas sobretudo o exame dos Regulamentos Internos das oficinas industriais federais, revelam que, a despeito de seu ofício, os caldeireiros, torneiros, carpinteiros ou cravadores, que trabalham para o Estado, são enquadrados, na maioria esmagadora dos casos, em categorias profissionais genéricas, todas elas figurando entre aquelas que o censo encontra e não consegue distribuir por ramos industriais ou setores econômicos: "trabalhador", "aprendiz" (de 1a., 2a., 3a., 4a. e 5a. classe) e "operário" (de 1a., 2a., 3a., 4a. e 5a. classe). Ou seja, os códigos que regem as relações de trabalho no interior das oficinas do Estado silenciam a linguagem do ofício, e relacionam o status profissional do trabalhador, assim como os seus direitos e deveres, a posições existentes numa hierarquia predeterminada, que vai do aprendiz de 5a. classe ao operário de 1a. classe, até chegar à mestrança, sem marcar em nenhum momento a natureza da ocupação exercida. Não parece absurdo, portanto, supor que a identidade profissional dos operários industriais federais seja referida a posições específicas numa hierarquia de classificação genérica, e que tenham sido essas posições e classificações genéricas, em vez dos limites precisos do ofício, o critério pelo qual as perguntas do censo foram respondidas.

Com base nessa dedução, e nos dados apresentados no Quadro IV-4, é possível argumentar, então, que o panorama delineado pelo censo populacional, ao discriminar a nacionalidade dos operários industriais privados, não está muito longe da verda-

de,⁽⁸⁾ já que mais da metade dos operários das oficinas industriais do Estado se encontra reunida numa categoria marginal, distorcendo, assim, o cálculo efetuado, menos do que poder-se-ia a priori imaginar. Se identifico os ofícios dos operários federais computados na categoria "profissões mal definidas",⁽⁹⁾ chego à conclusão de que a taxa de concentração dos operários estatais aumenta sobretudo nas indústrias metalúrgicas e no setor de construção civil, mas a descoberta não altera o argumento relativo à nacionalidade dos operários industriais privados, na medida em que as mudanças que ela produz na relação percentual entre os brasileiros e estrangeiros dos ramos industriais mencionados se devem ao número extra de operários estatais que se acrescentam ao universo de análise, e não a relações diversas entre as nacionalidades dos trabalhadores privados. Se, por outro lado, diminuindo totais absolutos encontrados pelo censo demográfico, os ope-

(8) Refiro-me, evidentemente, aos ramos que não apresentam problemas sérios de classificação: têxtil, couros e peles, madeiras, metalurgia, alimentação, edificação, produção e transmissão de forças físicas e indústrias de luxo. Os ramos cerâmica, produtos químicos e construção de aparelhos de transporte pecam pelo universo reduzido: no primeiro se classificou as seguintes profissões: decorador, esmaltador, mosaista e oleiro; no segundo: fogueteiro, perfumista, preparador de fumo e saboeiro; no terceiro: albardeiro, construtor, pintor, segeiro e seleiro. A mão-de-obra das fábricas e oficinas de mobiliário também está subestimada, com parte dos seus trabalhadores incluídos no setor de madeiras.

(9) Não me foi possível fazer um cálculo quantitativo preciso da distribuição desses operários pelos diversos ofícios, que puderam ser, entretanto, identificados e estimados com base nos esquemas organizacionais que acompanham os Regulamentos Internos das oficinas. A predominância das atividades metalúrgicas é flagrante, chegando à ordem de 60% dos ofícios listados. O aumento da taxa de concentração na construção civil se deve à identificação de um único caso: os 1.990 "trabalhadores" não qualificados, das obras da terraplanagem, assentamento dos trilhos, sinais e desvios da Estrada de Ferro Central do Brasil, que calculei existirem no Rio.

rários federais que, de modo mais significativo, parecem estar ali misturados - 716 operários em madeiras, 2.788 em metalurgia, 486 em construção civil e 1.146 em indústrias gráficas e de luxo - obtendo uma variação percentual que de certo reflete melhor a realidade dos fatos, mas que pouco ou nada muda as conclusões anteriores: os operários brasileiros continuam a ser maioria nos ramos metalúrgicos, de construção civil e de indústrias gráficas (sua participação caindo, respectivamente, de 71,4% para 65,4%, de 60,9% para 60,2% e de 77,8% para 73,8%), e os estrangeiros aumentam em apenas 2,2% o seu predominio sobre os brasileiros existentes no setor da madeiras (sua participação passando de 50,1% para 52,3%).

O Quadro IV-5, por sua vez, confirma, em primeiro lugar, a informação já dada de que entre os trabalhadores do cais do porto os operários estatais são praticamente inexistentes; restringem-se, de fato, aos 4,0% computados no Quadro IV-3,⁽¹⁰⁾ pois no universo analisado pelo Quadro IV-6 não se encontram nem guincheiros nem guindasteiros, nem tão pouco um único estivador sequer. Ora, a indicação estratégica para se comprovar a confusão feita pelo censo demográfico entre portuários e marítimos está encerrada exatamente na categoria "estivador". Ao contrário

(10) A esses 4,0% correspondem 657 guindasteiros, 7 guincheiros, carvoeiros e "trabalhadores" empregados pelo Lloyd Brasileiro, e 100 "trabalhadores" ainda lotados nas capatacias da Alfândega do U.F., já extintas em 1917. O baixo número de operários encontrado se deve ao fato dos trabalhadores qualificados dos serviços do cais do porto (guindasteiros, guincheiros, maquinistas e foguistas dos guindastes, etc.) serem contratados pela Compagnie du Port de Rio de Janeiro, à qual o porto estava arrendado desde 9 de junho de 1910.

do significado restrito, preciso, regulamentado e sacramentado em lei, dos dias de hoje,⁽¹¹⁾ estivador é, em 1917 e/ou 1920, uma categoria abrangente utilizada para qualificar tanto o armazensor quanto o ensacador de café do porto, como o carregador e descarregador de minérios, além do próprio estivador. Ou seja, exatamente porque a categoria estivador não figura entre as profissões computadas nos quadros mencionados acima, é que é possível afirmar sem medo que no seio do operariado reunido na Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trápiche e Café, na União dos Operários Estivadores e na Associação dos Trabalhadores em Carvão Mineral não existem operários públicos federais. A conclusão, no entanto, me deixa na estaca zero, com relação ao problema da desagregação dos dados censitários, essencial para uma visão mais acurada da composição social da mão-de-obra portuária. O mesmo não acontece com os trabalhadores em transportes urbanos. Nesse setor existem pelo menos 3.010 operários públicos federais, 90,7% dos quais estão concentrados na Estrada de Ferro Central do Brasil. Se diminuo esses operários do total encontrado pelo censo, tenho um universo menos distorcido dos operários privados, e verifico que a participação dos brasileiros no setor cai de 49,0% para 41,5%, fazendo com que a dos estrangeiros

(11) A regulamentação da estiva data dos anos 30:

"Art. 1º - Estiva das embarcações é o serviço de movimentação das mercadorias a bordo, em carregamento ou descarga, ou outro de conveniência do responsável pelas embarcações, compreendendo esse serviço a arrumação e a retirada dessas mercadorias no convés ou nos porões.

§º - Quando as operações de carregamento ou descarga forem feitas dos cais e pontes de acostagem para bordo, ou de bordo para essas construções portuárias, a estiva começa, ou termina, no convés da embarcação atracada, onde termina ou se inicia o serviço de capatacias."

Decreto-lei nº 1371, de 23 de junho de 1939. Define e regula o Serviço de Estiva e sua Fiscalização nos Portos Nacionais. Diário Oficial de 26 de junho de 1939.

ros se eleve de 51,0% para 58,5%. Esse dado é particularmente interessante por duas razões principais: Primeiro, como a Estrada de Ferro Central do Brasil espalha postos telegráficos, depósitos e estações ferroviárias pelo interior de três Estados - Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais - e, como é impossível saber pela análise de Orçamentos, Relatórios e Regulamentos Internos quantos empregados estão domiciliados no Distrito Federal, calculei (tomando por base o número de estações dos subúrbios cariocas) em apenas 35% do total, o número de ferroviários existentes no Rio. O percentual escolhido pode estar, é claro, aquém da verdade dos fatos. Segundo, como os cocheiros, carroceiros, choferes e motoristas do Estado foram contabilizados com relativa precisão, a correção do erro (se ele tiver sido cometido) só fará dilatar a taxa de concentração dos operários federais no setor ferroviário, confirmando a descoberta de que os carroceiros ou cocheiros computados pelo censo demográfico são, de fato, em sua maior parte, operários privados e de nacionalidade estrangeira. Ora, a análise da ação operária na crise de 1917 demonstra claramente que entre os trabalhadores do setor privado de transporte urbano não existem traços do anarquismo ou do anarco-sindicalismo. O que aí existe - isso sim - é o desabrochar de organizações que revelam forte tendência amarela: que bajulam o Chefe de Polícia, que se preocupam com a lei e a ordem, que vêm no Estado e no Governo atermos seguros para a consecução de suas reivindicações. Porém, impossível evitar a pergunta, será que se pode confiar na evidência? Isto é, será que se pode afirmar que os sindicatos congregados na Federação dos Condutores de Veículos organizam, de fato, operários que são na sua maioria imigran-

tes estrangeiros?

Até aqui venho analisando os dados partindo do pressu-
posto de que o proletariado estatal reúne necessariamente cida-
dãos brasileiros. As informações contidas na Assistência Púli-
ca e Privada do Rio de Janeiro - História e Estatística, obra rea-
lizada, de 1913 a 1915, a pedido do Prefeito do Distrito Fede-
ral, General Bento Ribeiro, pelo Desembargador Ataulpho N. de
Paiva, e que faz um recenseamento global das associações benefi-
centes cariocas, me permitem, entretanto, não só afirmar com se-
gurança que a suposição é errônea, como também responder à inda-
gação acima, discutindo ainda a questão da composição social da
mão-de-obra no porto. Como na época inúmeras associações de re-
sistência desenvolvem atividades de cunho mutualista (o que é pa-
ticularmente verdadeiro para as associações que não seguem a or-
ientação anarquista), na estatística estão mencionados muitos
sindicatos que vêm sendo objeto da análise. Por sorte, a publi-
cação discrimina a nacionalidade dos membros de quase todas as
associações computadas, não resolvendo a questão da nacionalida-
de do conjunto de operários existente em cada setor, mas contri-
buindo de modo significativo para a sua solução. O fato, aliás,
não chega a ser um problema, podendo mesmo ser encarado como uma
vantagem. Como o que se pretende é testar as correlações do mo-
delo nas frações organizadas da classe operária, e como informa-
ções precisas sobre o corpo de associados e sobre a representa-
tividade dos sindicatos na Primeira República são moeda escassa, pa-
ra não dizer inexistente, a estatística encontrada vem, na reali-
dade, preencher uma grande lacuna, e permitir uma avaliação mais

acurada das explicações dadas para o comportamento político das organizações sindicais. Os quadros abaixo sistematizam os dados obtidos:

QUADRO IV-6

CORPO DE SÓCIOS DAS ASSOCIAÇÕES BENEFICENTES DO PESSOAL TITULADO E JORNALEIRO DA EFCE SEGUNDO A NACIONALIDADE EM % - ANO BASE 1912

Associações	Nacionalidade		
	Bras.	Estr.	Total (100,0)
<u>Associações de Titulados</u>			
Associação Geral dos Auxílios Mútuos da EFCE	100,0	-	(N=6.385)
Assoc. Funerária São Diogo dos Emp. da EFCE	100,0	-	(N=2.041)
Assoc. dos Emp. da Estação Marítima	100,0	-	(N= 269)
Caixa Auxiliar dos Bagageiros da EFCE	100,0	-	(N=1.497)
Caixa de Socorros Imediatos dos Emp. da Contabilidade da EFCE	100,0	-	(N= 104)
Caixa Aux. de Socorros Imediatos do Movimento da EFCE	100,0	-	(N= 815)
Caixa Aux. da Classe Telegráfica da EFCE	100,0	-	(N= 578)
Soc. Benef. dos Maquinistas da EFCE	100,0	-	(N= 301)
<u>Associações de Jornaleiros/pessoal das Oficinas</u>			
Assoc. Benef. dos Emp. Jornaleiros da EFCE	59,7	40,3	(N= 293)
Caixa Geral do Pessoal Jornaleiro da EFCE	72,7	27,3	(N=5.203)
Caixa Benef. dos Carpinteiros da Locomoção da EFCE	66,4	33,6	(N= 122)
Caixa Aux. dos Guarda-Freios da EFCE*	87,0	13,0	(N=1.492)

* Por reforma de Estatutos, feita alguns anos antes do ano tomado como base da estatística, passa a admitir operários jornaleiros que não pertençam à classe dos praticantes de condutores, conferentes, maquinistas e telegrafistas.

FONTE: Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro - História e Estatística. Obra mandada publicar, sendo Presidente da

República o Dr. Epitácio da Silva Pessoa, pelo Prefeito do D.F. Dr. Carlos Cesar de Oliveira Sampaio. Diretor Geral do Departamento Municipal de Assistência Pública - o Prof. Dr. Luiz Barbosa. Rio de Janeiro, Typographia do Anuário do Brasil, 1922.

QUADRO IV-7

CORPO DE SÓCIOS DAS ORGANIZAÇÕES DOS FUNCIONÁRIOS E OPERÁRIOS MUNICIPAIS SEGUNDO A NACIONALIDADE EM %-D.F. - ANO BASE 1912

Organizações	Nacionalidade		
	Bras.	Estx.	Total(100,0)
<u>Associação dos Funcionários</u>			
• Sociedade Benef. dos Emp. Municipais	100,0	-	(N=1.183)
• Caixa Benef. dos Guardas Municipais	100,0	-	(N= 164)
<u>Associações dos Operários</u>			
• Centro Benef. dos Operários Municipais em Obras e Viação	56,3	43,7	(N= 213)
• Caixa Humanitária dos Operários da Repartição de Águas e Obras Públicas	66,0	34,0	(N= 247)
• União dos Operários Municipais*	63,2	36,8	(N=1.384)

* A informação se refere a 1920.

FONTE: Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro - História e Estatística. Obra mandada publicar, sendo Presidente da República o Dr. Epitácio da Silva Pessoa, pelo Prefeito do D.F. o Dr. Cesar de Oliveira Sampaio. Diretor Geral do Departamento Municipal de Assistência Pública - o Prof. Dr. Luiz Barbosa. Rio de Janeiro, Typographia do Anuário do Brasil, 1922.

QUADRO IV-8

CORPO DE SÓCIOS DAS ORGANIZAÇÕES MARÍTIMAS E PORTUÁRIAS

SEGUNDO A NACIONALIDADE EM % - D.F. - ANO BASE/1912

Organizações	Nacionalidade		
	Bras.	Estr.	Total(100,0)
<u>Associações Marítimas</u>			
Associação de Marinheiros e Remadores	75,9	24,1	(N=2.563)
Grêmio dos Maquinistas da Marinha Civil*	82,1	17,9	(N= 307)
Sociedade Protetora dos Mestres Práticos da Baía do Rio de Janeiro	53,6	46,8	(N= 237)
Sociedade União dos Foguistas	75,6	24,4	(N=2.426)
União Protetora dos Catraeiros	100,0	-	(N= 293)
<u>Associações Portuárias</u>			
Associação Beneficente dos Empregados da Compagnie du Port de Rio de Janeiro	65,0	35,0	(N= 297)
Centro dos Conferentes de Estiva	67,8	32,2	(N= 59)
Associação dos Trabalhadores em Carvão Mineral	50,7	49,3	(N= 850)
Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café**	89,8	10,2	(N=1.040)
Sociedade União dos Estivadores	65,3	34,7	(N=1.942)

* O número de estrangeiros está subestimado, pois a fonte só discrimina a nacionalidade dos maquinistas que se filiam em 1912, silenciando a respeito dos sócios remanescentes.

** A informação se refere ao ano de 1920.

FONTE: Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro - História e Estatística. Obra mandada publicar, sendo Presidente da República o Dr. Epitácio da Silva Pessoa, pelo Prefeito do D.F. o Dr. Cesar de Oliveira Sampaio. Diretor Geral do Departamento Municipal de Assistência Pública - o Prof. Dr. Luiz Barbosa. Rio de Janeiro, Typographia do Anuário do Brasil, 1922.

QUADRO IV-9

CORPO DE SÓCIOS NAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES PRIVADOS

EM TRANSPORTE URBANO SEGUNDO A NACIONALIDADE EM % - D.F.

ANO BASE/1912

Organizações	Nacionalidade		
	Bras.	Estr.	Total (100,0)
<u>Associações</u>			
Centro dos Choferes do Rio de Janeiro	73,8	26,2	(N= 829)
Centro dos Empregados em Ferrovias	21,1	78,9	(N=2.142)
Associação de Resistência dos Cocheiros, Carrodeiros e Classes Anexas	26,8	73,2	(N=2.333)
Sociedade União Beneficente dos Cocheiros	27,7	72,3	(N=1.339)

FONTE: Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro - História e Estatística. Obra mandada publicar, sendo Presidente da República o Dr. Epitácio da Silva Pessoa, pelo Prefeito do D.F. o Dr. Cesar de Oliveira Sampaio. Diretor Geral do Departamento Municipal de Assistência Pública - o Prof. Dr. Luiz Barbosa. Rio de Janeiro, Typographia do Anuário do Brasil, 1922.

Uma simples leitura dos Quadros IV-6 e IV-7 é o bastante para se ver que as portas do emprego público não estão fechadas ao imigrante. Tanto na Estrada de Ferro Central do Brasil, quanto na Prefeitura do Distrito Federal, a composição social da mão-de-obra empregada parece se dividir segundo os parâmetros de uma clivagem distinta: de um lado, 100% de brasileiros entre os funcionários do quadro; de outro, presença significativa de estrangeiros entre os empregados jornaleiros e os operários das oficinas industriais (diáristas ou mensalistas). Com relação à

esses quadros, é necessário esclarecer, no entanto, dois pontos que não são auto-evidentes mas que merecem ser destacados. Primeiro, os dados são indicativos de um fato que se repete em outros Ministérios e Oficinas do Estado - 27,5% dos sócios da Caixa de Socorros dos Operários da Oficina de Aparelhos e Velas do Arsenal da Marinha, e 21,6% dos membros do Sindicato Profissional dos Operários do Arsenal da Guerra são, por exemplo, estrangeiros. Segundo, a informação assim obtida tem, a meu ver, relevância não tanto pelo percentual de imigrantes que demonstra haver no seio do operariado federal ou municipal (quanto a isso os dados são parciais e inconclusivos), mas sim, e principalmente, pela taxa não desprezível de estrangeiros que revela existir, lado a lado com os brasileiros, no seio de organizações que seguem a orientação do Sr. Sarandy Raposo, comprometendo-se com o sindicalismo-cooperativista e, portanto, com a consolidação de um projeto ideológico que hostiliza "o lamentável predominio de teorias revolucionárias" e aspira contribuir para a "unidade e integração nacionais."

É, todavia, pela leitura dos quadros seguintes que a presença estrangeira nas organizações sindicais amarelas pode ser melhor comprovada. As organizações que nele figuram são as mesmas que, em 1937, repelem a mensagem de luta da Federação Operária, recusando-se a participar do Comitê de Agitação Popular, da campanha contra a carestia de vida e das greves e manifestações de rua que quase paralizam o Rio de Janeiro, por vários dias durante o mês de julho. A esse respeito, cumpre chamar a atenção para o ascenso que sofre o percentual de participação do

imigrante no movimento sindical quando se passa das associações dos operários do Estado para aquelas do setor marítimo, portuário e privado de transporte urbano, onde ela chega a atingir até 46,8%, 49,3% e 78,9%, respectivamente.

Em contraposição, embora eu não disponha de dados quantitativos sobre a participação dos brasileiros nas associações que revelam a marca da orientação anarquista ou anarco-sindicalista, entrevistas feitas com operários que militaram em 1917, e nos anos imediatamente posteriores, qualificam as informações censitárias sobre a predominância dos brasileiros em vários ramos do setor industrial privado, indicando precisamente o envolvimento, e mais do que isso, o papel de liderança desempenhados por nacionais em várias organizações sindicais. (12)

(12) "A voz do metalúrgico não era patrocinada pelo Sindicato, não. Era por um grupo editor. Dava-se o nome de grupo editor ao grupo de companheiros que se cotizavam mensalmente com a importância para a impressão de mil jornais. Então aquilo era por nossa conta, havia companheiros que preparavam o jornal. Era no mínimo vinte e cinco pessoas, todos sindicalizados.

- O senhor participava?

- Participava, justamente a direção era minha e de um outro companheiro - Olinto Rabelo de Moraes. Ele que era o verdadeiro editor, eu era repórter. Eu fazia serviço de reportagem naquilo que estivesse na minha condição, porque eu trabalhava, aquilo era feito nas horas vagas, nas horas que a gente tinha de folga, de noite, pegava um antigo de um companheiro, de outro, fazia-se a reportagem de uma fábrica, o que estava se passando. Agora, ele preparava, o Olinto. Preparava fazia o jornal, mandava para a imprensa e lá eles faziam a revisão gramatical, aí o jornal saía.

- Esse "seu" Olinto, eu nunca tinha ouvido falar dele. Ele foi muito atuante?

- Foi muito atuante, sim. Foi um dos fundadores do nosso Sindicato.

- Ele era estrangeiro?

- Não, era brasileiro, foi muito atuante e sofreu muita perseguição, ele ficou mutilado numa greve que a gente fez."

"Da outra vez, quando o senhor estava conversando comigo

Ora, com base nesses dados parece seguro concluir que a tentativa de explicar o comportamento político do movimento sindical carioca pela manipulação da variável composição social da classe trabalhadora é uma tarefa impossível já que as correlações supostas do modelo entre, por um lado, estrangeiro/anarquismo/autonomia do movimento sindical e, por outro lado, brasileiro/reformismo/heteronomia do movimento sindical não encontram suficiente referencial empírico. A classe operária de composição ditotómica não existe: os brasileiros são tão numerosos na indústria como o são no setor de serviços, misturando-se com os estrangeiros nos quatro conjuntos de sindicatos identificados no Rio, pela análise da reação operária à crise de 1917. Ademais, no único setor econômico no qual os estrangeiros constituem a larga maioria da classe trabalhadora não só não existem traços do anarquismo como a relação explicativa postulada pelo modelo é invertida pela realidade dos fatos: no setor privado de transporte urbano estrangeiros lideram e constituem a maioria esmagadora dos sócios de sólidas organizações reformistas.

(12) Continuação:

Sobre o Paschoal o senhor falou que ele girava muito mais em torno da doutrina, do ideal, do que propriamente da função sindical. O senhor podia me explicar isso melhor?

- Era o seguinte: o Gravina, antes de entrar e lutar pela organização sindical da classe, é a isso que eu quero chegar, ele já era um militante, ele já dirigia a Federação Operária e as massas. Ele já trabalhava para esse fim, de esclarecimento dos trabalhadores, comprehende?

Não é demais lembrar que o informante é repórter da Voz do Metalúrgico, é brasileiro, como brasileiro também o é Paschoal Gravina, militante ativo da Federação Operária, membro do Comitê Central de Agitação Popular Contra a Carestia de Vida, fundador e 1º Presidente da União Geral dos Metalúrgicos.

Entrevista com Manoel Alves da Rocha, em 15 de agosto de 1978, Realengo, Rio de Janeiro.

Ora, estes achados têm, para a discussão que estou trazendo, duas implicações fundamentais. Primeiro, acrescentam ao conjunto de restrições feitas ao quadro analítico implícito na literatura clássica uma refutação empírica. Neste sentido, a primeira implicação fundamental é negativa - falsifica as explicações centrais do modelo num ponto capital. Há, não obstante, uma segunda implicação - esta positiva - que em muitos sentidos pode ser considerada mais importante, na medida em que sugere hipóteses alternativas e abre um novo campo à reflexão teórica e à investigação histórica.

Anarquismo, reformismo: duas tendências do movimento sindical. O que esses dados sugerem é uma correlação dessas modalidades de práticas político-sindicais e setores econômicos ou ocupacionais. Se, rompendo com o que seria uma visão meridianamente economicista, entendermos que esses setores não se caracterizam apenas ao nível das relações econômicas, mas que ao contrário definem campos de relações de força distintas e sobre os quais incidem padrões diversos de ação estatal, torna-se possível encará-los como elemento determinante para a inteligência não do problema mal colocado da origem do anarquismo, mas para este outro, mais relevante tanto histórica como analiticamente, a saber: o como e o porque as ideologias anarquistas e reformistas se difundem neste contexto particular que é a cidade do Rio de Janeiro no início do século.

ESTADISTICA

• Na seção final, o candidato pode apresentar, conforme a distribuição das notas da Oficina, versões para a ilustração das 3 horas de trabalho. Para ressaltar é importante que o candidato evite redações muito extensas ou que não ilustram suas ideias.

¹ Ainda que o artigo de Lins e Vilela (2009) tenha demonstrado que a estruturação da economia portuguesa é similar à da Alemanha, existem diferenças entre os dois países.

distância e profundidade das categorias, ou seja, a medida que o leitor vai se familiarizando com as categorias de análise, a teoria ganha consistência e é de menor probabilidade de alterações.

Indica a constituição das reuniões de autorização e organização.

Almirante Tamandaré da Cunha, Duque de Caxias, Ministro da Marinha e Juiz da Fazenda.

13. Any other documents which you consider it is necessary to include in this application
Please attach them.

卷之三

• • •

—
—

1. *Leucosia* *leucostoma* *leucostoma*

—
—

aprendeu em Jutô que fui capaz
de lutar contra meus próprios

10. *Journal of the American Statistical Association*, 1952.

• 10 •

REFERENCES

Única é de correspondência, e não de
executiva provisória.

www.ijerph.org

Digitized by srujanika@gmail.com

que é o que se passa

recorridos e visitados para.

[Conselhos de Governo](#)

ANSWER

• 100 •

• 100 •

• • • •

• • • • •

1980-1981

• • • • •

• 100 •

• 10 •